



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCO ANTÔNIO DA GAMA RENNER

**AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE  
PESCADO EM RIO GRANDE-RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RIO GRANDE – RS  
2012

MARCO ANTÔNIO DA GAMA RENNER

**AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE  
PESCADO EM RIO GRANDE-RS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Geografia” – Área de Concentração: Análise Urbano-Regional.

Orientador: Profº Dr. César Augusto Ávila Martins

RIO GRANDE – RS  
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCO ANTÔNIO DA GAMA RENNER

AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE  
PESCADO EM RIO GRANDE-RS

Dissertação de mestrado

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins (ICHI-FURG)

Membros:

Prof. Dr. José Messias Bastos (CFH – UFSC)

Prof. Dr. Cassius Rocha de Oliveira (ICEAC-FURG)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Naomi Kunioschi (ICHI-FURG) - suplente

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas”.

(Nietzsche)

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi viabilizada mediante a conjugação de apoios institucional e de pessoas, no campo acadêmico, profissional e pessoal. Durante a sua elaboração, muitos contribuíram para que ela chegasse ao seu final, dando demonstrações de amizade e paciência em muitos momentos e incentivando com palavras de confiança e estímulo, muitas vezes necessárias no desenvolvimento de uma tarefa tão árdua. No esforço de não esquecer ninguém, tento aqui expressar minha gratidão.

Ao Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins, em especial, que orientou este trabalho com extrema dedicação e por se fazer presente desde sempre, com seu apoio incondicional e sua compreensão permanente. Sua capacidade intelectual e as discussões realizadas ao longo desse tempo muito contribuíram para o meu aprendizado acadêmico e profissional.

Aos professores Dr. Solismar Fraga Martins e Dr. Cassius Rocha de Oliveira, pelas contribuições feitas durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Ulisses Rocha de Oliveira pelo apoio que tornou possível a continuidade do meu trabalho.

Aos colegas Geógrafos MSc. Luciano Marin Lucas pelo auxílio na formatação, revisão e elaboração dos mapas; e MSc. Paulo Ricardo Salati de Souza, pelas contribuições feitas na elaboração de mapas.

Ao colega mestrando Cledir Lopes, pelo respeito construído ao longo dos anos e pelo apoio nas horas de desânimo e stress.

Ao Valter Carlos Trindade da Costa, pelos vários momentos em que as trocas de ideias contribuíram para a elaboração do trabalho.

Ao senhor Henrique José Vieira e ao engenheiro Alexandre Llopart na Leal Santos pelo atendimento nas instalações da fábrica.

As instituições CAPES, FURG e REUNI, que me deram as condições necessárias para a realização do meu curso de mestrado.

## RESUMO

A dissertação analisa a evolução e as transformações da indústria da pesca instalada no município do Rio Grande no sul do Rio Grande do Sul. O estudo realiza uma caracterização histórica da evolução da industrialização do pescado com a caracterização das principais empresas em suas ligações genéticas com a Formação Econômica e Social (FES). A análise com base em fontes históricas, estatísticas e de atividades de campo, identificou a constituição de um parque industrial pesqueiro que realizava diversas formas de processamento e até a década de 1990 foi um dos mais relevantes no país com políticas estatais de financiamento e regulamentações. As reestruturações da década de 1990, especialmente com a abertura das importações, articuladas a redução das capturas das principais espécies processadas, produziram as atuais estruturas de processamento que incluem a manutenção de partes das imponentes fábricas das décadas passadas com a execução de tarefas com regulamentações flexíveis quanto às normas sanitárias e as relações de trabalho.

Palavras-chave: fábricas; industrialização; pescado; Rio Grande.

## **ABSTRACT**

This thesis reports a study that analyzed the evolution and the transformations of the fishing industry in Rio Grande, a city located in the south of Rio Grande do Sul state, Brazil. It carried out a historical characterization of the evolution of the fish product industrialization in the main companies connected to the Economic and Social Formation (ESF). The analysis, which was based on historical and statistical sources and on field activities, identified the development of a fishing company cluster that used several types of processing and was one of the most relevant complexes in the country due to its state policies regarding funds and regulations up to the 90's. Restructuring processes that occurred in the sector in the 90's, especially concerning importation along with a reduction in the capture of the main fish species for processing, led to the present structures; they keep parts of the impressive factories from the last decades but tasks are carried out in flexible regulations regarding sanitary norms and work relations.

Key-words: factories; industrialization; fish products; Rio Grande.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município do Rio Grande: localização no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	22
Figura 2 - Rio Grande em 1904.....	26
Figura 3 - Rio Grande-RS: ocupação urbana e áreas industriais nas décadas 1970 e 1980. ....	28
Figura 4 - Material de divulgação da Fábrica de Conservas de Tullio Martins. ....	31
Figura 5 - Barco “Indústria 1”, construído no município do Rio Grande em 1943. A embarcação pertencente a Indústria Brasileira do Peixe (depois PESCAL), com capacidade para 15 toneladas é um marco na pesca em alto mar.....	33
Figura 6 - Áreas de atuação de barcos do Rio Grande. Na área tracejada a pesca é permitida com licença. ....	35
Figura 7 - Áreas de pesca de alto mar da frota instalada em Rio Grande entre 1952 e 1973...	35
Figura 8 - Parte dos equipamentos Borsig na Indústria Joqueira em Rio Grande/RS.....	39
Figura 9 - Rótulo de pescado enlatado pela firma Joqueira (data não definida entre o final dos anos de 1960 e começo da década de 1970).....	39
Figura 10 - Marca Pescal.....	51
Figura 11 - Imagem do Sobrado da Macega.....	52
Figura 12 - Embalagem do pescado processado pela Atlantis do Rio Grande para a Distribuidora Caxiense de Pescados de Caxias do Sul.....	78
Figura 13 - Propaganda do barco Espada produzido pelo Estaleiro Só para a Leal Santos. ....	91
Figura 14 - Logotipo da empresa Leal Santos (Grupo Actemsa).....	92
Figura 15 - Notícia sobre investimentos na empresa Leal Santos.....	92
Figura 16 - Notícia – Grupo espanhol Jealsa-Rianxeira investe na Leal Santos de olho no mercado internacional.....	93
Figura 17 - Fábrica Junção, localizada à rua José Bonifácio, nº 214, Bairro Junção.....	96
Figura 18 - Parte de nota fiscal com carimbo Instrução Normativa 81.....	102
Figura 19 - Ofício 08/2011 expedido pela Agência da Receita Estadual do Rio Grande para SIPOA/SFA/RS em 08/02/2011. ....	103
Figura 20 - Mensagem do MAPA – Brasília - DF para o MAPA – Rio Grande – RS e a respectiva resposta. ....	104

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1 - Antigo prédio da fábrica de conservas alimentícias “Ideal” e salga de peixes (Pontes, Ayres & Cia), fundada em 01/09/1938 pelos sócios Torquato Ribeiro Ponte, Francisco José Ayres e Albano Guedes, na Rua General Osório nº 568 e 570. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 48
- Foto 2 - Prédio da empresa Leal Santos S/A, na 4ª Secção da Barra, S/Nº - Distrito Industrial em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 50
- Foto 3 - Prédio da Pescal S/A, na rua Bento Martins em 09/07/2010. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 51
- Foto 4 - Unidade da Torquato Pontes Pescados S/A, na rua Francisco Campelo, nº 567. Atualmente trabalhando na captação de água subterrânea e produção de gelo para pescados. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 94
- Foto 5 - Matriz da Torquato Pontes Pescados S/A, na rua Marechal Andrea, nº 208. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 94
- Foto 6 - Fachada da Matriz da Torquato Pontes Pescados S/A, com o símbolo da marca “ideal”, na rua Marechal Andrea, nº 208. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner. .... 95
- Foto 7 - Barco Dona Adelina será recuperado pela Furg. Foto: Rosane Borges, divulgação. Notícia no Clicrbs on-line; <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/tag/pesca/>, 27/03, 19:12; acesso dia 01/08/2012. .... 96
- Foto 8 - Prédio da empresa Paulo Hepp Pescados Ltda, na rua Francisco Campello nº469/475 em 09/07/2010. Pesquisa de campo: Marco Antônio da G. Renner. .... 97
- Foto 9 - Guias de Trânsito já utilizadas em remessas para outros municípios e Estados do Brasil. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 107
- Foto 10 - Antigas instalações da Jahu na rua Mal. Andreia onde há registros de funcionamento das empresas Super Pier e Leardini Pescados Ltda. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 109
- Foto 11 - Estabelecimento José Antonio do Amaral – Pescados. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 110
- Foto 12 - Sandro Oli da Silva Rodrigues (S Oli Comércio de Pescados). Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 110
- Foto 13 - D F M de Castilho. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 111
- Foto 14 - Miriam Beatriz Xavier Garcia. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner. .... 111

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Rio Grande do Sul: desembarque da frota artesanal e industrial (1945-1989). ..... 34

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Estabelecimentos da década de 1960 .....	37
Mapa 2 - Estabelecimentos da década de 1970 .....	42
Mapa 3 - Estabelecimentos da década de 1980 .....	46
Mapa 4 – Estabelecimentos entre os anos de 1990 e 2010.....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Rio Grande-RS: indústrias de pescados afetadas pela cheia de 1941 .....	32
Quadro 2 - Empresas que industrializavam pescado em Rio Grande – década 1960 e começo da década de 1970.....	38
Quadro 3 - Indústrias pesqueiras instaladas no Estado do Rio Grande do Sul 1975/1976.....	45
Quadro 4 - Empresas e suas respectivas linhas de processamento em atividade em 1988. ....	47
Quadro 5 - Rio Grande-RS: empresas registradas como fábricas de pescado em diversos anos .....	71
Quadro 6 - Estabelecimentos registrados no SIF, Rio Grande, 2011 .....	83
Quadro 7 - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS - Fábricas com cadastro no SIF e na FEPAM .....	87
Quadro 8 - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS – Pessoas Físicas .....	88
Quadro 9 - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS – Comércio Atacadista de Pescados e Frutos do Mar.....	89
Quadro 10 - Pessoas responsáveis pelos endereços onde manipulam peixe <i>in-natura</i> em situação irregular no município de Rio Grande – RS .....	98
Quadro 11 - Licenciamentos das empresas Pescal e Super Pier na Fepam e MAPA.....	105
Quadro 12 - Relação dos estabelecimentos registrados como comércio atacadista de pescados e frutos do mar .....	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (PIB) em mil reais do Rio Grande do Sul e dos municípios da Aglomeração Urbana (AUSul) e a participação municipal em relação ao estado (%) em anos escolhidos .....	23
Tabela 2 - Rio Grande do Sul: os cinco municípios com maior PIB, sua participação estadual, estrutura interna e PIB <i>per capita</i> (2009) .....	23
Tabela 3 - Brasil: indústria de conservas de carnes e peixes (1907) .....	30
Tabela 4 - Brasil - fábricas de conservas de carne e de peixe (1920).....	31
Tabela 5 - Desembarque médio (toneladas) obtido em intervalos de 5 anos das principais espécies capturadas pela frota artesanal no Estado do Rio Grande do Sul.....	36
Tabela 6 - Brasil: quadro geral das liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (em U\$) .....	40
Tabela 7 - Brasil - distribuição estadual das solicitações e liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (%) e média dos orçamentos dos projetos (U\$).....	41
Tabela 8 - Total do desembarque e importação de pescado no Rio Grande do Sul .....	43
Tabela 9 - Capacidade de produção das indústrias de pesca em Rio Grande-RS em diversos anos (em toneladas) .....	44
Tabela 10 - Taxa de crescimento da economia entre 1993 e 2010 (%).....	55
Tabela 11 - Brasil: índice de emprego: ano base 1999 = 100 .....	67
Tabela 12 - Rio Grande - Indústrias de pesca operando legalmente entre 1994 e 1995 .....	74
Tabela 13 - Rio Grande - totais de pescado desembarcado (em toneladas) .....	75
Tabela 14 - Rio Grande - empresas, trabalhadores e seus gêneros na classe de preparação e preservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos (1995-2010) .....	79
Tabela 15 - Brasil - trabalhadores no setor de preparação e conservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos – 1997/2010 .....	80
Tabela 16 - Desembarques registrados no Rio Grande do Sul entre 1997 e 2009 (em toneladas).....	84
Tabela 17 - Comercialização de produtos de origem animal - SIF 2083 PESCAL S/A - Período de 10/2009 .....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BC – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CIRG – Centro de Indústrias do Rio Grande

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CONEPE – Conselho Nacional da Pesca

DAS – Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

DANFE - Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica

DPA – Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Pesca e Aqüicultura

DEPREC - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais

DIPES – Divisão de Inspeção de Pescado e Derivado

DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FES – Formação Econômica e Social

FISSET - Fundos de Investimentos Setoriais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

MPA – Ministério da Pesca e Aqüicultura

PIB – Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

RAIS - Relação Anual de informações Sociais

RIISPOA – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal

SAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico

SEAP – Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira

SUPRG - Superintendência do Porto do Rio Grande

TQM - Gerência da Qualidade Total

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 FORMAÇÃO ECONÔMICO E SOCIAL COMO CONCEITO E NOTAS SOBRE A GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE</b> .....	20
1.1 A formação do município do rio grande e a gênese da indústria da pesca .....	21
1.2 A indústria de pesca localizada em Rio Grande .....	29
<b>2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA ATIVIDADE INDUSTRIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990</b> .....	54
2.1 A industrialização brasileira no cenário econômico mundial .....	57
2.2 Um análise sobre as reestruturações ocorridas na indústria brasileira.....	58
2.3 A lógica discursiva do uso do território na indústria da pesca e sua conotação na FES	68
<b>3 AS ATIVIDADES DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PESCADO EM RIO GRANDE</b> ..	71
3.1 Uma nova realidade na indústria de pescado.....	86
3.1.1 As empresas organizadas nos padrões anteriores.....	91
3.1.2 As pessoas físicas que trabalham beneficiando pescado.....	97
3.1.3 Os registrados como comércio atacadista de pescados e frutos do mar.....	101
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	116

## INTRODUÇÃO

As águas fascinaram e afastaram os homens em suas diferentes formações sociais. Os corpos de água ao mesmo tempo em que forneceram o líquido vital para existência humana, produziram alimentos, afastaram e aproximaram povos. Algumas sociedades se organizaram e garantiram suas reproduções baseadas em relações sincréticas com as águas de diferentes qualidades e características. Outras sociedades assentaram a vida de suas populações afastadas dos grandes cursos de águas como fonte de alimentos prioritários.

O Brasil foi incorporado ao sistema mundial num momento em que as águas foram fundamentais para aproximar, constituir impérios e disputar hegemonias. A condição marítima foi um dos elementos das múltiplas determinações da formação e consolidação da ex-colônia portuguesa, em sua condição agroexportadora de mercadorias geradas pela extração extensiva da natureza e do trabalho.

A inexistência de condições objetivas para a extração de produtos da natureza e da produção agrária de mercadorias de agro-exportação, bem como as beligerâncias com espanhóis contribuíram para retardar a efetivação ocupação econômica do atual estado do Rio Grande do Sul.

O ajustamento das fronteiras internacionais ocorrido apenas nos albores do século XX com os acordos com o Uruguai e a Argentina, apresentava uma unidade federada partida entre um sul hegemônico pela propriedade pastoril, o norte pelas pequenas produções mercantis relativamente ligados com a capital em Porto Alegre. No sul, destacam-se núcleos urbanos em que determinados agentes drenavam parte das rendas do campo e especialmente Pelotas e Rio Grande. A primeira, ascendeu com as charqueadas e a segunda com a condição portuária e ambas drenavam parte das rendas do sul e receberam investimentos públicos e capitais diversos como de comerciantes que produziram grandes riquezas privadas e demonstrações de opulências registradas na riqueza arquitetônica de alguns prédios. Um parte dos ganhos foram transformada em empreendimentos industriais onde as múltiplas determinações foram parte das condições para a alavancagem dos empreendimentos.

O trabalho analisa uma parte deste processo no município do Rio Grande. O processo de criação e composição do parque industrial pesqueiro do município do Rio Grande será analisado em relação ao conceito de Formação Econômica e Social (FES) como uma

possibilidade analítica. O município desponta no contexto regional e nacional com um histórico de diversos investimentos estatais e privados e a presença das águas da Laguna dos Patos e litoral adjacente com a matéria prima disponível pra a criação das indústrias objeto da pesquisa. O peixe destaca-se como matéria-prima principal, porém algumas fábricas processavam camarões, siris e bivalvos, Somavam-se a primeira natureza, os pescadores com sua técnica para o trabalho, os comerciantes que transformaram seus comércios fábricas de pescado, investidores diversos e os trabalhadores, especialmente mulheres, no chão das fábricas.

A presente dissertação é composta por três capítulos que analisam, caracterizam e definem o parque industrial pesqueiro no município do Rio Grande. Assim, o objetivo principal do trabalho é analisar a evolução das atividades industriais, principalmente da pesca e indústria a partir da década de 1990. Este objetivo liga-se a dois outros: (a) analisar quais foram às ações econômicas adotadas pelas indústrias pesqueiras no município do Rio Grande a partir da década de 1990; (b) estudar a evolução da atividade pesqueira na produção do pescado industrializado. A metodologia deste trabalho é estrutura em duas partes básicas e conexas: (a) caracterização histórica da evolução da industrialização do pescado a partir dos registros oficiais disponíveis e (b) a caracterização dos atores na reestruturação produtiva a partir da década de 1990 na produção do pescado industrializado e sua influência na composição local com base em atividades de campo.

No primeiro capítulo apresentamos anotações sobre a gênese do parque industrial localizado em Rio Grande articulado ao conceito de FES. Para melhor entendimento do processo em curso de reestruturação do setor industrial de pescado apresentamos uma breve trajetória embasada em duas variáveis: (a) a formação do município e (b) nas oscilações das capturas com um dos elementos de constituição da atividade industrial.

No segundo capítulo procuramos apresentar as reestruturações a partir da década de 1990. Uma breve abordagem deste processo no mundo e no Brasil questionando se as indústrias de pesca instaladas em Rio Grande adaptaram-se ou não as transformações ocorridas neste período.

No capítulo final descrevemos as atividades de industrialização de pescado em Rio Grande no contexto atual e sua ligação com a FES brasileira nas especificidades do local como uma das variáveis para entender a dinâmica social no município, especialmente em suas

repercussões quando a estrutura industrial, do trabalho nas fábricas e dos reflexos na paisagem da cidade.

# **1 FORMAÇÃO ECONÔMICO E SOCIAL COMO CONCEITO E NOTAS SOBRE A GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

O capítulo apresenta anotações sobre a gênese do parque industrial localizado em Rio Grande articulado com ao conceito de formação econômica e social.

Para a discussão do processo em curso de reestruturação do setor industrial de pescado em Rio Grande apresentamos brevemente a sua trajetória a luz de duas variáveis: a formação do município e nas oscilações das capturas com um dos elementos fundantes da atividade industrial.

O processo de criação e composição do parque industrial pesqueiro está intimamente relacionado a Formação Econômica e Social (FES). O conceito é uma das possibilidades analíticas das ciências humanas e especialmente da Geografia. Na Geografia como em outras ciências humanas, ocorreram e ocorrem períodos de hegemonias temporárias de determinados conceitos em função de determinadas conjunturas políticas e acadêmicas que fazem com que determinados campos da disciplina tenham maior visibilidade. Assim, conceitos como região, paisagem, espaço, território ligados ora aos estudos econômicos, ora aos culturais, ora as ciências da natureza Economia. Evitado o debate da ascensão e o ocaso de determinados conceitos bem como das consequências acadêmicas e políticas deste processo, neste trabalho a base, a formação econômica e social é uma manifestação e condição do funcionamento do modo de produção capitalista. Nela, há regras e especificidades que se viabilizam e dão viabilidade ao modo de produção. A operacionalidade está nas ligações entre as especificidades das diferentes sociedades organizadas ao longo da História que se viabilizam produzindo determinadas relações internas e externas com as dinâmicas da natureza. Santos (1982) advoga que

[...] Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1982, p. 9-10).

A análise das condições concretas de reprodução social é dada pelas inscrições das sociedades no espaço mundial. Como é a viabilização: a partir de cada formação social que ao se apropriar material e na materialmente das diversas condições naturais, estabelece projetos e traços que as diferenciam e ligam ao sistema mundial. Portanto, na formação social brasileira está inscrita a atividade estudada.

Do ponto de vista da pesquisa realizada, das análises e das exposições, o recorte temático são as empresas de industrialização de pescado localizadas em Rio Grande, onde o local é um dos “momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, se constitui na totalidade, isto é, no estado-nação” (SANTOS, 1982, p.29). Ou seja, a análise é de uma atividade específica, a industrialização de pescado, dependente de uma matéria-prima extraída dos cursos de água dos regimentos do Estado brasileiro e realizada por agentes (industriais e trabalhadores fabris) localizados num ponto do território nacional: Rio Grande.

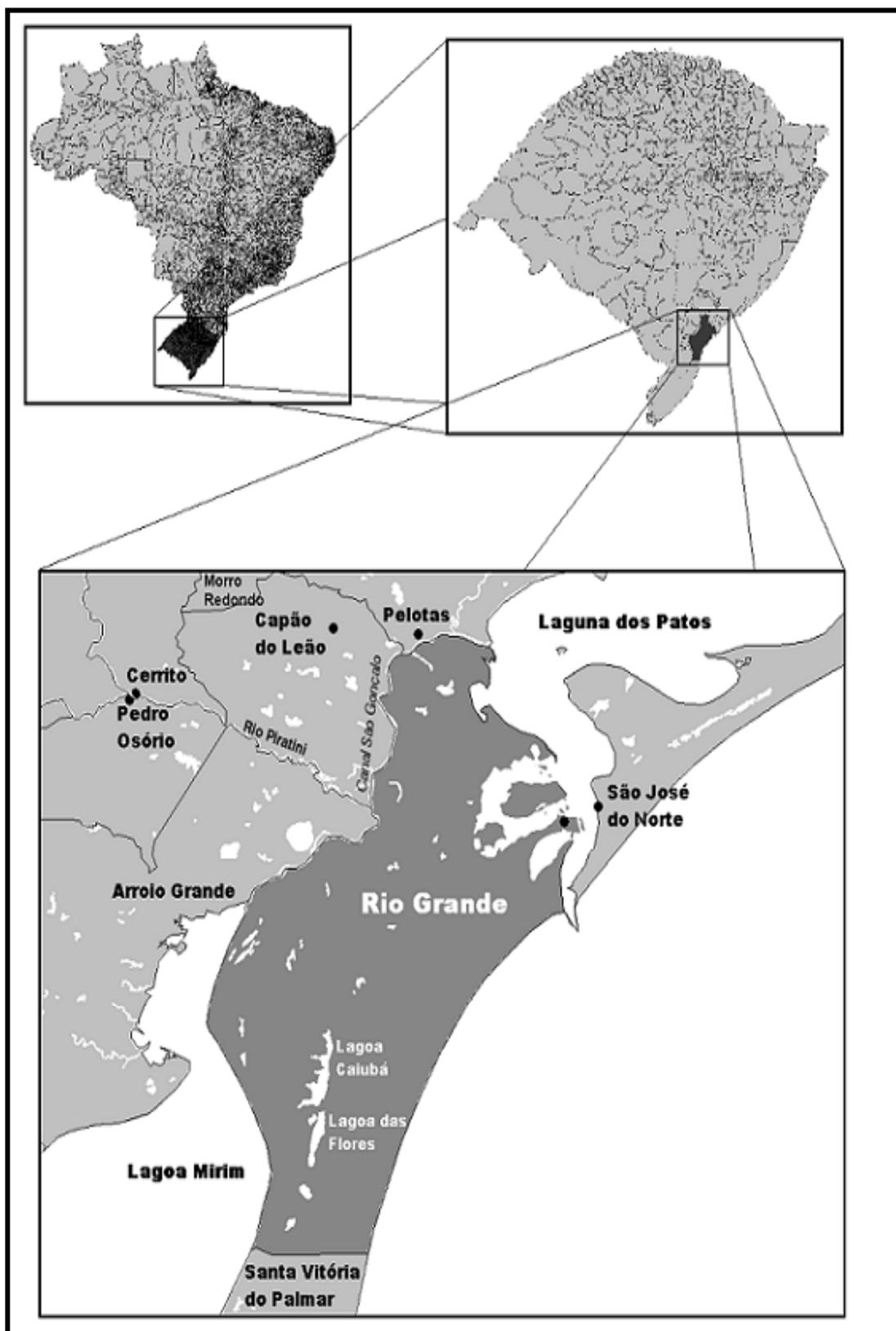
A posição de apresentar apenas algumas breves notas deve-se a constatação inicial de Diegues (1983) e Martins (2003) que não existem estudos sistemáticos sobre a indústria da pesca no Brasil. Arrisca-se a afirmar que em não se tratando de um objeto com visibilidade na escala nacional, o padrão se repete na escala regional, posto o significado das pesquisas que polarizam e priorizam o Rio Grande do Sul marcado pelas contradições da produção social no campo (a pecuária, o agronegócio, a agricultura de base familiar) e nas aglomerações urbanas hegemônicas pelos setores terciário e secundário. Para Rio Grande, Copstein (1975) afirma que para a atividade industrial pesqueira, a exceção das firmas Cunha Amaral e Leal Santos, fundadas respectivamente em 1876 e 1889, “as outras fábricas tiveram início mais modestos (...) os tempos heróicos das fábricas (...) é um estudo a fazer” (p. 39).

### **1.1 A formação do município do rio grande e a gênese da indústria da pesca**

O município riograndino, com especificidades regionais e locais, é cercado pela Laguna dos Patos e litoral adjacente com a matéria prima disponível para a criação das indústrias objeto da pesquisa (figura 1).

Rio Grande é um dos municípios de relevo no concerto estadual, com posição de destaque em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*, oscilando historicamente entre os dez melhores colocados no *ranking* da unidade federada. O município compõe com Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas e São José do Norte a Aglomeração Urbana do Sul, uma das áreas de planejamento do governo estadual, coordenado pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). O município, com 197.228 moradores, polariza com Pelotas (328.275 habitantes), polariza de ampla parcela do sul do Rio Grande e ambos representam cerca de 90% do PIB da AUSul (tabela 1).

**Figura 1** - Município do Rio Grande: localização no Brasil e no Rio Grande do Sul.



Fonte: Base Cartográfica Digital do Rio Grande do Sul (1:250.000). UFRGS, 2006. Adaptado por Edílson W. Pedroso Júnior (Geógrafo, CREA: RS143232). In: CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.1.n.1, 2007.

**Tabela 1** - Produto Interno Bruto (PIB) em mil reais do Rio Grande do Sul e dos municípios da Aglomeração Urbana (AUSul) e a participação municipal em relação ao estado (%) em anos escolhidos

Unidades	Variáveis	2001	2005	2008
Arroio do Padre	PIB	9.112	16.763	23.550
	Participação no RS	0,009	0,01	0,01
Capão do Leão	PIB	128.187	208.020	317.628
	Participação no RS	0,14	0,14	0,16
Pelotas	PIB	1.827.862	2.629.071	3.564.296
	Participação no RS	1,98	1,82	1,79
Rio Grande	PIB	2.183.847	3.015.264	5.402.761
	Participação no RS	2,37	2,09	2,71
São José do Norte	PIB	83.216	135.899	194.460
	Participação no RS	0,09	0,09	0,10
Total AUSul	PIB	4.232.224	6.005.017	9.502.695
	Participação no RS	4,58	4,16	4,77
<b>Total do estado</b>	<b>PIB</b>	<b>92.310.000</b>	<b>144.218.198</b>	<b>199.499.011</b>
	<b>Participação no RS</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: MARTINS, C.A.A. Transformações econômicas e territoriais no Sul do Rio Grande do Sul (RS). Anais do IX Encontro Nacional da Associação Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia, 2011.

A confluência das determinações políticas de estabelecer planos de crescimento econômico com distintas bases econômicas no país a partir da primeira metade da primeira década do século XXI reativou a condição localizacional da área municipal. Como marco esta a estruturação de um polo naval para produzir e realizar manutenções distintos equipamentos navais, cujas consequências econômicas, sociais e ambientais deverão ser avaliadas. Do ponto de vista dos resultados parciais há alguns indícios da manutenção da importância econômica do município no concerto estadual (tabela 2).

**Tabela 2** - Rio Grande do Sul: os cinco municípios com maior PIB, sua participação estadual, estrutura interna e PIB *per capita* (2009)

Municípios com os cinco maiores PIB estaduais	Valor	Variação nominal (%)	Participação (%)		Posição Ranking em 2008	Estrutura (%)			PIB <i>per capita</i>
	R\$ 1 milhão		2009	2008		Agropecuária	Indústria	Serviços	(R\$)
<b>Porto Alegre</b>	37.787	5,4	17,51	17,97	1°	0,07	14,74	85,19	26.312
<b>Canoas</b>	16.444	11,2	7,62	7,41	2°	0,03	43,48	56,49	49.523
<b>Caxias do Sul</b>	12.509	6,0	5,80	5,92	3°	1,63	42,55	55,82	30.499
<b>Rio Grande</b>	6.280	-0,3	2,91	3,16	4°	2,85	38,56	58,59	31.990
<b>Gravataí</b>	5.628	10,6	2,61	2,55	6°	0,34	57,65	42,00	20.890

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Organização: César Martins

O território do município do Rio Grande foi construído nos embates entre as coroas portuguesa e espanhola no sul da América do Sul. As escaramuças luso-espanholas produziram a partir do século XVIII um conjunto de fortes a partir da Ilha de Santa Catarina (atual município de Florianópolis) em direção ao sul do continente sul-americano. As fortificações tinham limites meridionais no estuário do Prata onde os espanhóis criaram ainda no século XVI as instalações que deram origem a atual cidade de Buenos Aires na margem ocidental e a Colônia do Sacramento de origem lusitana na margem oriental. Entre o limite sul da afirmação da tese do *uti possidetis* pelos portugueses sua presença está cristalizada na construção de fortificações ainda no século XVII como por exemplo, no atual município de Laguna no estado de Santa Catarina, criado por bandeirantes vicentistas e na Colônia do Sacramento nas margens do Prata no atual território uruguaio.

As condições técnicas para os deslocamentos até o século XIX impunham a utilização dos cursos de água e mares e oceanos como principais sistemas de fluxos. Ou seja, o controle de determinados pontos que permitissem o abastecimento das embarcações e a atração para fins de proteção em relação a determinadas condições naturais ou em função de possíveis enfrentamentos bélicos. Neste contexto, a ligação entre os pontos controlados pelos portugueses ao redor de Laguna e a Colônia do Sacramento dependiam de longas marchas realizadas pelo litoral do atual estado do Rio Grande do Sul ou pelo litoral riograndense. O caminho terrestre era realizado em áreas marcadas pela presença de duas grandes restingas caracterizadas, sobretudo, pela presença de dunas móveis, banhados e lagoas (SUERTEGARAY e FUJIMOTO, 2004; OLIVEIRA e LUCAS, 2009). A ligação marítima era dificultada pela simplicidade dos equipamentos e das cartas e mapas utilizados para indicar as melhores rotas numa costa litorânea de formação geológica recente em que sua dinâmica é marcada pela intensidade dos ventos e a manutenção de forte deposição de material sedimentar. As determinações da natureza eram exponencializadas pela inexistência de sinalização náutica e de pontos que pudessem servir para a criação de instalações portuárias. Neste sentido, a desembocadura da Laguna dos Patos, torna-se uma área estratégica para a formalização dos poderes dos Estados português e espanhol na porção meridional da América do Sul. Assim, os portugueses firmam sua posição com a construção de um conjunto de fortificações a partir da primeira metade do século XVIII e os espanhóis reagem ocupando o atual município entre 1763 e 1776.

A flexibilidade da linha formal de fronteira no sul da América do Sul que oscila desde a institucionalização do Tratado de Tordesilhas, foi confirmada com sucessivos embates e

acordos como o Tratado de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777) e que se arrastará até os últimos acordos entre o Estado brasileiro e o uruguaio no começo do século XX (PEREGALLI, 1984; MENZ, 2006).

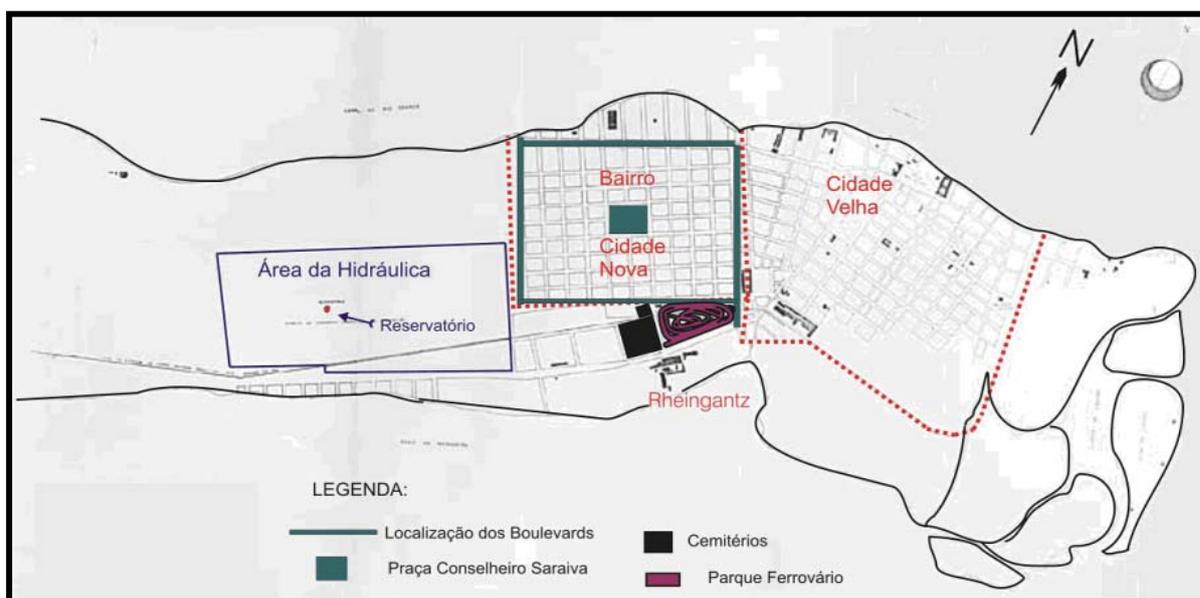
A transição da monarquia para a república e do regime de trabalho escravagista para o trabalho livre no último quartel do século XIX é o pano de fundo da transformação da economia gaúcha até então alicerçada na produção pastoril da courama e posteriormente charqueadora em um conjunto de atividades mais diversificadas com a formação das primeiras indústrias. Se as condições de acesso ao único porto marítimo da província eram marcadas pelos ritmos da natureza que dificultavam a entrada e saída de embarcações de diferentes calados, as inovações do setor naval como o uso generalizado do aço na construção e do vapor produzido pela queima do carvão para a movimentação dos navios, indicavam a urgência de obras de regularização e aprofundamento do canal de acesso, bem como da substituição dos antigos trapiches por cais de atracação. Após longas e complexas negociações, no final da década de 1910, as obras de construção dos molhes da barra do Rio Grande e de um complexo sistema de cais de atração permitem a inserção do Porto do Rio Grande na rota comercial de grandes agentes portuários.

No município do Rio Grande no começo do século XX, somam-se as instalações dos prédios das fábricas que estão na gênese da industrialização gaúcha, como a Rheingantz, a Ítalo-Brasileira, o Cunha Amaral e a Leal Santos, as marcas da opulência da vida de alguns comerciantes de importação e exportação com seus sobrados nas proximidades da área central, das moradias dos “capitães de fábrica” na cidade e na Vila Siqueira (atual Balneário do Cassino) e não distantes da área portuária que será conhecida como “Porto Velho”, das construções religiosas e estatais (como o prédio da Alfândega), as novas instalações portuárias nos aterros de baixios e as áreas ocupadas por populações de baixa renda nos cortiços e sub-habitações no centro e em áreas de areais e alagadiços. A ação do poder municipal faz-se representar por exemplo na abertura de uma nova cidade, o bairro “Cidade Nova” para além dos limites da “Cidade Velha” (MARTINS, 2007). A figura 2 apresenta uma representação cartográfica na forma da “cidade velha” e da “cidade nova”.

A localização geográfica do município torna-se uma das determinações para a estruturação da sociedade ali localizada, mas que está sujeita a implantação de projetos e execução de ações que conectam a escala local com os processos regionais, nacionais e mundiais. Neste sentido, a partir das primeiras décadas do século XX são implantados grandes investimentos de capitais internacionais, como o frigorífico da estadunidense Swift, capitais

nacionais associados como a Refinaria Petróleo Ipiranga (atual Refinaria Riograndense) e reforçado o aparato estatal de gestão e controle que resulta na criação em 1951 do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), como uma autarquia que englobou os serviços concedidos, entre eles o Porto do Rio Grande, e outros executados pelo Estado na área hidroviária.

**Figura 2** - Rio Grande em 1904.



FONTE: Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento. Escala original: 1:12.000. Adaptado por: Solismar Fraga Martins e Matheus Rodrigues de Oliveira. In: CaderNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, v.1., n.1, p. 17.

A consolidação do espaço nacional a partir da década de 1950 é coordenada pela hegemonia da aliança dos capitais que articulavam os setores industriais e bancários com as políticas de Estado que visavam alavancar a afirmação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Esta consolidação afirma o papel periférico do país no contexto da bipolarização econômica, política e militar advinda da vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial (1939-1945) que colocou como opostos o bloco capitaneado pelos Estados Unidos da América com aquele organizado ao redor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e há a redefinição das funções das economias locais e/ou regionais em todo o país. Em Rio Grande, uma das marcas é o fechamento de empreendimentos que não tinham escala e escopo para a concorrência facilitada pela eliminação dos impostos entre as unidades federadas e a aceleração dos fluxos com as melhorias nas redes de transporte e comunicações.

A partir do começo dos anos de 1960 a localização do Rio Grande auxilia a alavancagem de dois setores industriais: o pesqueiro e o de fertilizantes. O primeiro, já possuía uma base fabril e de trabalhadores: com o decreto 221-67 o governo federal objetivava transformar a indústria da pesca em uma indústria de base. A riqueza biológica do Estuário e do litoral adjacente é somada as possibilidades de realizar capturas com embarcações industriais nas águas distantes e profundas do sul do Oceano Atlântico. A combinação de políticas estatais, uma base empresarial, de trabalhadores da pesca e das fábricas e as melhorias nas condições de transporte e conservação do pescado, produzem em Rio Grande até o começo dos anos de 1990, o maior e mais completo complexo industrial pesqueiro do país (MARTINS, 2006). Esta característica pode ser mensurada tomando por base o ano de 1980: cerca de 17.000 dos 146.000 moradores de Rio Grande eram trabalhadores do setor pesqueiro (MARTINS, 1997). Atualmente há cerca de 1.600 trabalhadores entre os 196.000 habitantes do município. O segundo setor (o de fertilizantes), articula o projeto de modernização da agricultura com a elevação do patamar tecnológico e a criação de uma categoria de empresários rurais (como no arroz e na soja). Rio Grande, torna-se um ponto de uma rede mundial de fluxos onde são reestruturadas e/ou instaladas modernas fábricas que utilizam matéria-prima importada e também grandes terminais de grãos para receber a produção e realizar a exportação com condições de competitividade internacional.

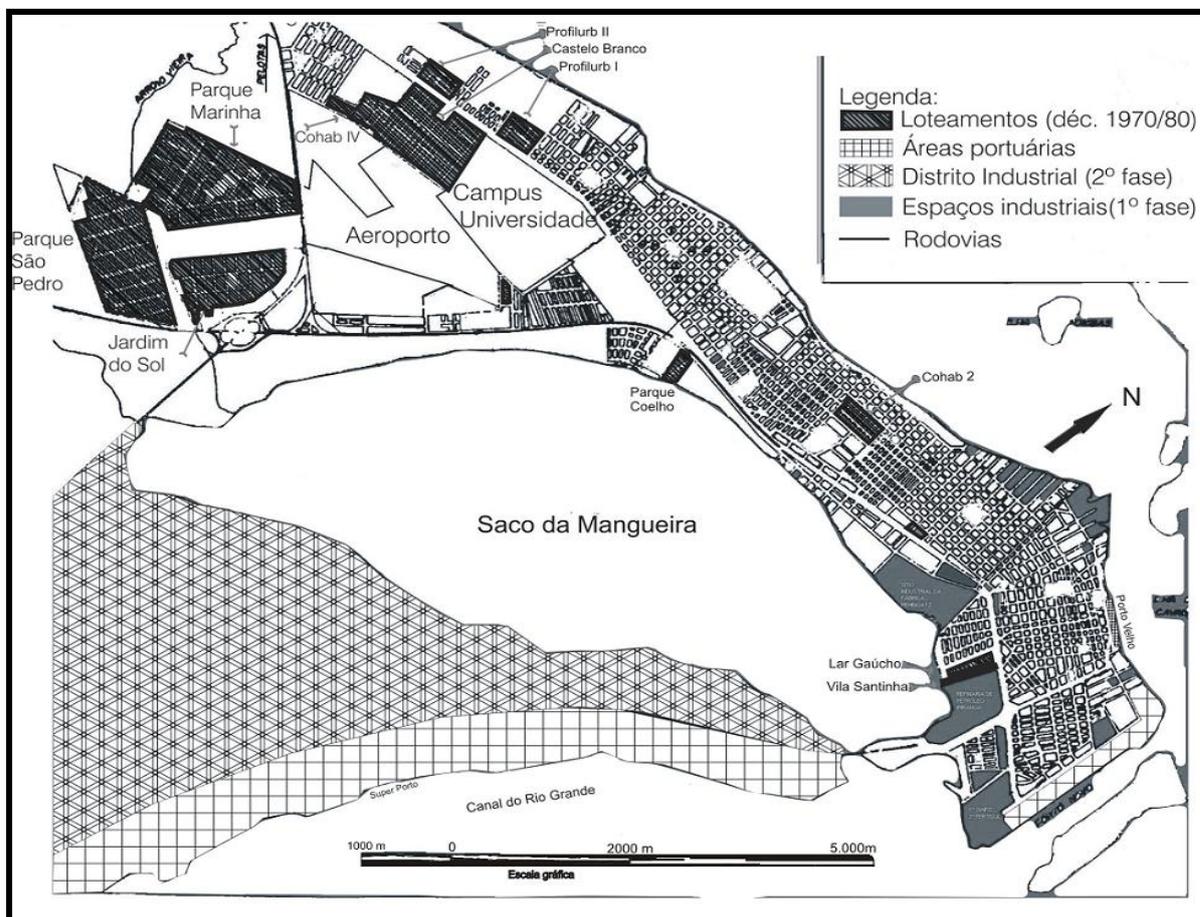
A década de 1980, considerada como a “a década perdida” no país, para Rio Grande ainda que com as marcas do choque do petróleo da década de 1970, é um período de consolidação das grandes obras advindas do II Plano Nacional de Desenvolvimento que reforça os investimentos na área portuária e prepara algumas condições para os futuros investimentos (DOMINGES, 1995). Também houve a federalização da Fundação Universidade do Rio Grande e instalação do Comando do 5º Distrito Naval, transferido de Florianópolis.

A configuração da área urbana do Rio Grande, com os sinais da expansão horizontal e a consolidação das áreas industriais no Distrito Industrial estão na figura 3.

As políticas de ajuste fiscal da década de 1990 atingiram diretamente a estrutura industrial e estatal instalada em Rio Grande. Em números absolutos, o número de trabalhadores empregados formalmente cai de cerca de 38.000 em 1994 para aproximadamente 33.000 em 1998 segundo dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS). Em conjunto com este pequeno balanço, pesquisas identificavam que desde a década de 1980 havia índices preocupantes de comprometimento das águas que contornam o

município (NIENCHESKI *et al*, 1980) que foram confirmadas pelo meticuloso estudo de Almeida *et al* (1993) que identificou doze áreas comprometidas quanto a qualidade ambiental.

**Figura 3** - Rio Grande-RS: ocupação urbana e áreas industriais nas décadas 1970 e 1980.



FONTE: Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento. Escala original: 1:12.000. Adaptado por: Solismar Fraga Martins e Matheus Rodrigues de Oliveira. In: CaderNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, v.1., n.1, p. 19.

Rio Grande, município cercado por águas doces e salgadas em um ambiente mixoalino, inaugura o século XXI com um lento processo de desaceleração econômica e de crescimento populacional (as taxas ficam entre 0,5 e 1,0 % ao ano). A imagem que esta registrada é da concentração urbana (96,07 % é a população urbana do município) e da posição privilegiada no *ranking* dos maiores Produtos Internos Brutos e da renda *per capita* entre todos os municípios do Rio Grande do Sul: os dados quantitativos do município do Rio Grande indicam uma posição constante entre os dez melhores resultados do estado.

O reaquecimento da economia brasileira a partir da metade da primeira década do século XXI, é acompanhada por iniciativas de planejamento e de ações do Estado brasileiro para romper alguns gargalos do desenvolvimento. Entre as ações está a adoção do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que entre outras iniciativas propõem a reativação da

indústria de construção naval e dos sistemas de engenharia responsáveis pelas articulações com diferentes mercados.

Em Rio Grande, a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), criada em 1996 como sucessora do DEPREC é o órgão do governo estadual responsável pela administração dos usos das áreas portuárias. O longo período de lento crescimento, de desestruturação das atividades econômicas e o fracasso das políticas habitacionais públicas, empurrou parcelas da população riograndina de baixa renda para a ocupação das amplas áreas de responsabilidade da administração portuária. Estas parcelas somaram-se aos moradores de áreas limítrofes aos corpos de água que tinham na atividade pesqueira uma fonte primordial de sobrevivência. Ou seja esta na gênese do município as marcas de um passado recente em que a dinâmica natural foi riqueza pelo trabalho dos pescadores, industriais e trabalhadores das fábricas.

O estudo pretende analisar como a indústria da pesca no município do Rio Grande se adaptou com a reestruturação econômica do Brasil a partir da década de 1990. Reafirmamos a necessidade de estudar o papel da indústria da FES com suas especificidades regionais e locais, que segundo SANTOS (1982),

[...] O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1982, p. 12).

O peixe destaca-se como matéria-prima principal, porém algumas fábricas processavam também camarões, siris e vegetais. Somando-se a primeira natureza, encontram-se os pescadores com sua técnica para o trabalho. Pequenos comerciantes transformaram seus comércios também em pequenas fábricas de pescado. A organização do processo dá-se em conjunto com a natureza, responsável pela produção e reprodução dos peixes, camarões, siris, bivalvos, necessários para a satisfação das necessidades da sociedade que extrai sua produção.

## **1.2 A indústria de pesca localizada em Rio Grande**

Com base em Diegues (1983), Martins (1997; 2006) e em documentos de instituições oficiais são apresentados os elementos seguintes que situaram o parque pesqueiro instalado

em Rio Grande como um dos maiores e mais complexos do Brasil entre as décadas de 1970 e 1990. Conforme documento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca citado do Martins (2006): “as indústrias pesqueiras localizadas em Rio Grande, na década de 1940, apresentavam relevância nacional e até o início da década de 1980 possuíam metade da capacidade instalada em todo o Brasil” (p. 119).

A inexistência de pesquisas aprofundadas com fontes primárias sobre a dinâmica econômica do município, obrigam nos limites deste trabalho a utilização de alguns estudos que são base de vários estudos sobre diferentes processos no município (IBGE, 1965; PIMENTEL, 1944; COPSTEIN, 1975).

Um dos primeiros registros identificados da produção industrial pesqueira está no primeiro censo industrial brasileiro publicado em 1907 com em conjunto as firmas que realizavam conservas de carnes e de peixe, impedindo identificar seus dados separadamente. Na tabela 3 as firmas instaladas em Rio Grande representam um terço o total utilizando entre 40 e 50% da força motriz e dos trabalhadores registrados.

**Tabela 3** - Brasil: indústria de conservas de carnes e peixes (1907)

Município/UF	Firma	Força Motriz energia (cv)	Número de trabalhadores
Rio Grande/RS	José Francisco da Costa	10	20
Rio Grande/RS	Rosa Júnior	4	30
Rio Grande/RS	Túlio Martins Freitas	10	30
Rio Grande/RS	Leite Nunes e Irmão	20	30
Rio Grande/RS	Leal, Santos & Companhia	25	150
Pelotas/RS	Leite Neves e Irmão	20	130
Pelotas/RS	MC Cool e Cia.	25	45
Pelotas/RS	Estabelecimento Paredão	16	32
Cabo Frio/RJ	Terra e Marques	8	5
Cabo Frio/RJ	Augusto Lourenço Cunha	4	8
Cabo Frio/RJ	Antonio José C.G. Periquito	6	6
Cabo Frio/RJ	Leger Palmer	6	8
Mendes/RJ	Ricardo Ranger	Manual	3
S.Paulo/SP	Diogo J. Silva	10	31
Antonina/PR	Bruno Baer	Manual	8
<b>Totais</b>		<b>164</b>	<b>536</b>

Fonte: Organizado por César Martins com base em: IBGE. Série estatísticas retrospectivas. Vol. 2 Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3, 1983 (edição fac-similada)

Das indústrias localizadas em Rio Grande e apresentadas na tabela 3, será destacada em itens anteriores a Leal, Santos & Companhia. Das outras empresas identificamos apenas que a Tullio Martins Freitas, criada em 1906 foi transferida em 1911 para a Companhia de Conservas Rio-Grandense (figura 4).

**Figura 4** - Material de divulgação da Fábrica de Conservas de Tullio Martins.



Fonte: <http://armazemdoporto.blogspot.com/>. Acessado em 01-10-2011.

Como já apresentamos, em referência ao Censo de 1907, havia a inclusão de estabelecimentos que produziam conservas de carnes, no item correspondente às conservas de pescado. O Censo Industrial, de 1920, apresenta a mesma classificação do censo de 1907 e limita a análise do setor pesqueiro, pois inclui as conservas de carnes no setor divulgado (tabela 4). Porém, a relevância do setor no contexto nacional pode ser observada, posto que seus dados representem cerca de 50% das variáveis nacionais.

**Tabela 4** - Brasil - fábricas de conservas de carne e de peixe (1920)

Unidade Federada	Número de estabelecimentos	Capital (contos)	Força Motriz (Hp)	Número de Trabalhadores	Valor da Produção (contos)
Rio Grande do Sul	42	2.944:250	431	564	7.641:961
Distrito Federal	12	3.061:401	109	176	2.631:931
São Paulo	12	257:550	52	42	1.873:120
Minas Gerais	7	280:000	23	41	946:056
Rio de Janeiro	7	560:161	25	88	1.439:629
Santa Catarina	7	16:800	10	10	66:073
Outras UF	4	616:042	53	175	1.735:129
<b>Totais</b>	<b>91</b>	<b>7.766:204</b>	<b>703</b>	<b>1096</b>	<b>16.333:899</b>

Fonte: Organizado por César Martins com base no Censo Industrial, 1920.

Um quadro com maior precisão é apresentado no TORRES (2011) sobre a extensão, repercussão e danos causados pela enchente de março de 1941, no município do Rio Grande, muitos estabelecimentos tiveram grandes danos. As águas da Lagoa dos Patos transbordaram e começaram a invadir as ruas e prédios. Tais registros apresentados nos proporcionam uma visão do número de empresas de pescada instaladas naquela época. Conforme quadro abaixo, podemos observar as indústrias de peixe que tiveram avarias.

**Quadro 1** - Rio Grande-RS: indústrias de pescados afetadas pela cheia de 1941

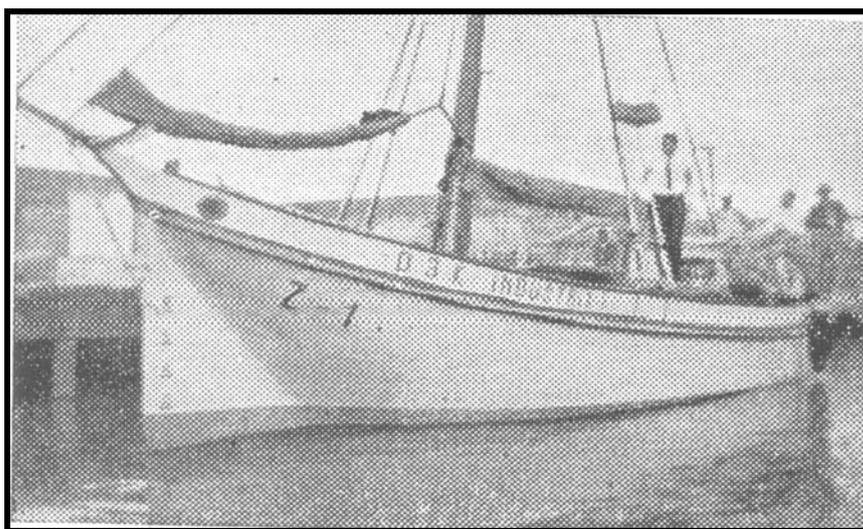
<b>Data Fundação</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Logradouro</b>	<b>Nº de Empregados</b>	<b>Tipo de Atividade</b>
1923	Fábrica de Conservas Alimentícias Souto.	Rua Teixeira Júnior, 141	20	Beneficiamento de conservas de frutas, legumes e peixes
1936	Fábrica de Conservas Alimentícias Triunfo. (Figueiredo)	Av. Portugal, 338	100	Beneficiamento de conservas, fabrico de sabão e escamação de peixe.
1891	Fábrica Leal Santos.	Rua Gal. Portinho, 125	450	Conservas de peixe, frutas e legumes. Biscoitaria e pregaria.
1876	Fábrica de Conservas Alimentícias Cunha Amaral. (Cunha, Amaral & Cia)	Av. Portugal, 262 e Rua Francisco Campelo, 471	720	Secções de cozinha geral, cozinha de fritura do peixe, carpintaria, latoaria, oficina mecânica, embalagem, almoxarifado e escritórios.
N/I	Fábrica de Conservas Almeida. (Manoel Pereira de Almeida & Cia)	Rua Mal. Floriano, 1	100	Conservas de legumes, peixes e computas em geral.
N/I	Fábrica de Conservas Ideal. Firma Ponte, Ayres & Cia. (Abel Dourado ?)	Rua Gal. Osório, 568	30	Latas de conservas em geral.
1923	Fábrica de Conservas Alimentícias. (Eduardo Ballester)	Rua Rheingantz, 307	40	Latas de conserva em geral.
N/I	Fábrica de Conservas Alimentícias. (Firma Francisco Galo)	Rua Rheingantz, 119	170	Conservas em geral.
N/I	Exportação em Geral. Firma de Abel Dourado.	Rua Gal. Osório, 562/564	N/I	Beneficiamento de peixe.
N/I	Empresas de Luiz Loréa.	Rua Visconde de Paranaguá, 1	N/I	Salga de peixe.
N/I	Salga de Peixe e Armazéns de Exportação. Firma Marcos & Pinho.	Rua Mal. Andréa, 268	30	Beneficiamento de peixe.

Fonte: TORRES, Luiz Henrique. Águas de Maio: a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: FURG/Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, 2011, p. 24-28 Organizado por Marco Antônio Renner

As indicações são que estavam se estabelecendo as bases para a construção do futuro parque industrial pesqueiro: pescada nas águas da lagoa dos Patos e litoral adjacentes,

pescadores, industriais e trabalhadores para as fábricas. A formação social brasileira, que se urbanizava e estabelecia as bases industriais, na escala local-regional, as determinações históricas e geográficas são transformadas em possibilidade. As unidades fabris de imigrantes e comerciantes recebem investimentos para as capturas e processamento (figura 5).

**Figura 5** - Barco “Indústria 1”, construído no município do Rio Grande em 1943. A embarcação pertencente a Indústria Brasileira do Peixe (depois PESCAL), com capacidade para 15 toneladas é um marco na pesca em alto mar.



Fonte: PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais do Município de Rio Grande. IBGE/CNG, Rio de Janeiro, 1944, p. 257.

Os dados encontrados na pesquisa, ainda eram relativamente pequenos quando comparados com os números a partir da década de 1970 que serão apresentados a seguir. Segundo, PIMENTEL (1944), os dados de 1941 foram os seguintes para o processamento industrial (em quilos): 1.561.111 em conservas; 3.046.245 em secos; 6.410.879 de pescado fresco.

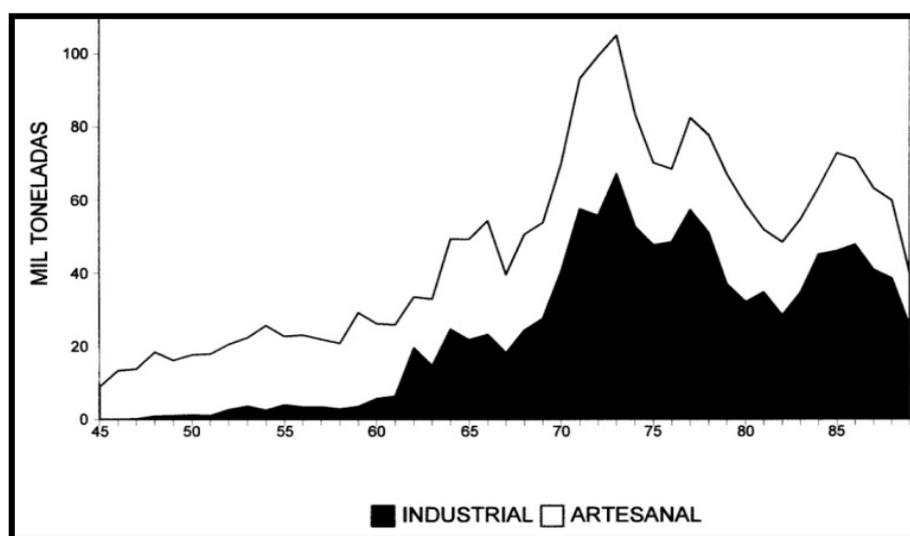
Inicia-se a partir da década de 1950 uma nova perspectiva que vai alterar o modelo de estrutura existente e as relações entre os envolvidos.

Em 13 de junho de 1956 foi fundado o Centro de Indústrias do Rio Grande (CIRG), todavia sua inscrição foi lavrada no dia 13 de agosto de 1956. Constitui-se em sociedade civil de direito privado para agrupar empresas que exerciam atividades industriais. Em 31 de agosto de 1956, na Câmara do Comércio do Rio Grande realizou-se a primeira eleição da diretoria. Os seguintes associados estavam presentes: Indústrias Reunidas Leal Santos S/A; Wigg S/A Comércio e Indústria; Frigorífico Anselmi S/A; Lucio Souto Cia; Fiação e Tecelagem Rio Grande e Cia União Fabril; Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleo; Cunha

Amaral Cia Ltda.; F. R. Amaral Cia Ltda.; Frigorífico Armour do Rio Grande do Sul S/A; Frigorífico Anglo; Indústria Brasileira de Peixe S/A; J. G. Sequeira (Cartório Américo, 1956).

O valor da indústria da pesca é tão significativo para o município que no final da década de 1950 nos registros do CIRG mais de 60% das empresas associadas no momento da fundação são do setor pesqueiro. Um dos gargalos do setor (a disponibilidade e acesso ao pescado em diferentes ambientes) é minimizado pela aceleração das capturas no estuário e, sobretudo no Oceano Atlântico. A gradual introdução de embarcações e equipamentos com maior autonomia e poder de captura, faz com que as capturas da frota industrial ultrapassem os desembarques artesanais em 1964 (gráfico 1).

**Gráfico 1** - Rio Grande do Sul: desembarque da frota artesanal e industrial (1945-1989).



Fonte: IBAMA/CEPERG. Perfil pesqueiro da frota artesanal do RGS de 1945 a 1989. Rio Grande, 1990. Adaptação: César Martins

Consideramos como marco da expansão das capturas em águas mais profundas e/ou distantes dos pontos de atracação em Rio Grande, o ano de 1947 com a introdução das embarcações “Albamar” e “Brisamar” construídas em Santos (YESAKI e BAGER, 1975). As figuras 6 e 7 trazem a extensão das áreas de pesca litorâneas e de alto mar das embarcações sediadas em Rio Grande entre 1952 e 1973.

A estruturação do perfil da indústria pesqueira, em novo momento, vem marcada pela lógica de desenvolvimento proposto para a industrialização numa escala nacional, e, o setor não vai fugir ao novo padrão exigido pelo processo de expansão do mercado consumidor com a urbanização e as altas taxas de crescimento populacional, as exigências sanitárias, a disponibilidade de trabalhadores para as pescarias e as fábricas, bem como sujeitos que se tornaram os industriais da pesca.

**Figura 6** - Áreas de atuação de barcos do Rio Grande. Na área tracejada a pesca é permitida com licença.

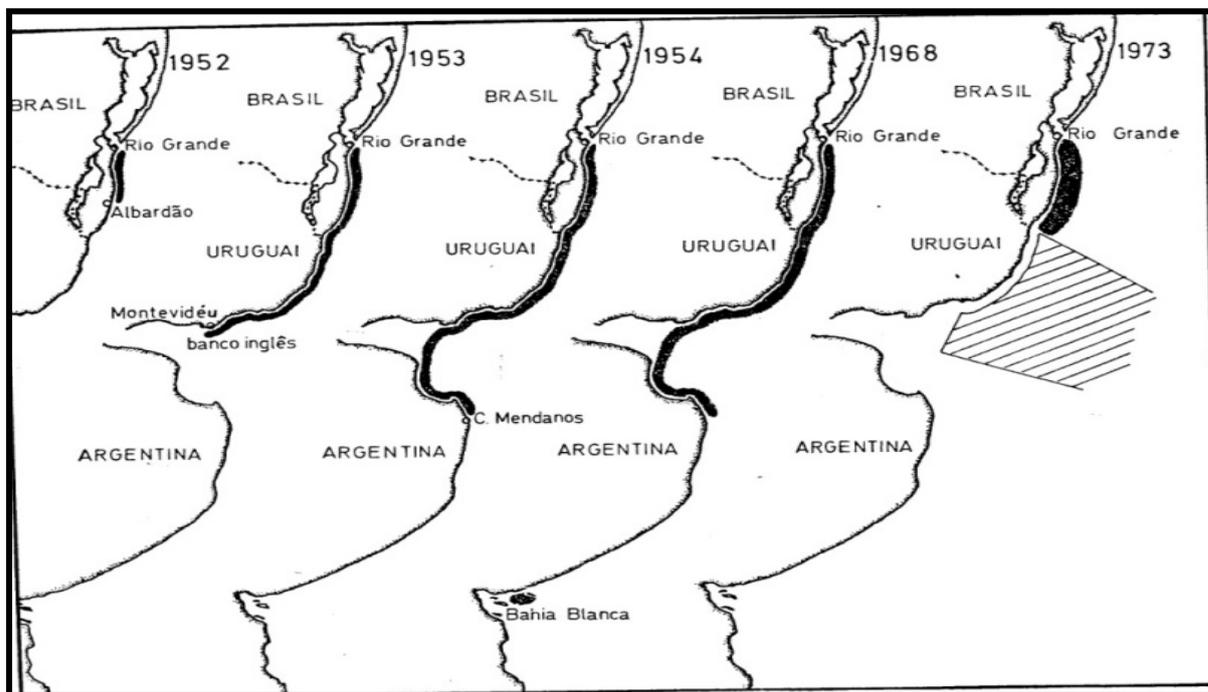
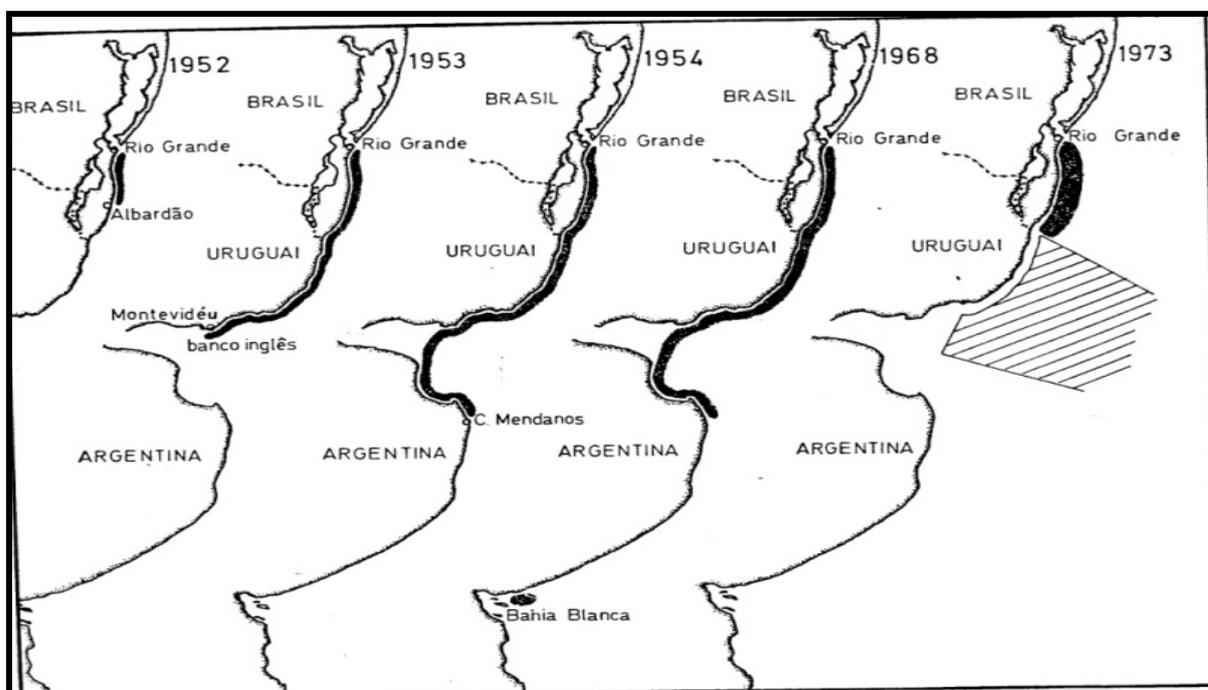


Figura 6: Fonte: YESAKI, M. e BAGER, K.J. Histórico da evolução da pesca industrial em Rio Grande. R.Janeiro: FAO-SUDEPE, 1975.

**Figura 7** - Áreas de pesca de alto mar da frota instalada em Rio Grande entre 1952 e 1973.



Fonte: YESAKI, M. e BAGER, K.J. Histórico da evolução da pesca industrial em Rio Grande. R.Janeiro: FAO-SUDEPE, 1975.

Ou seja, o setor pesqueiro passaria a fazer parte do processo de modernização conservadora que se instalava no Brasil com um aparato para o planejamento centralizado e com forte regulação:

É, sobretudo a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, e por meio do decreto 221 de 1967, que o Estado objetivou transformar a pesca em uma indústria de base, executada por agentes modernizados, portadores dos mais eficazes instrumentos e técnicas para reduzir as incertezas das capturas e dos problemas relativos à comercialização e à conservação. Os principais benefícios fiscais eram isenções de impostos: para produtos industriais que equipariam embarcações; para o pescado *in natura* destinado ao mercado interno e exportações; de Imposto Renda para pessoas jurídicas com projetos aprovados na SUDEPE; para produtos industrializados para importações previstas em projetos aprovados pela SUDEPE (MARTINS, 2008, p. 185).

Qual o quadro da indústria pesqueira localizada em Rio Grande, antes da consolidação das políticas da SUDEPE, a partir da década de 1960? Como frisado anteriormente o aumento dos esforços de pesca, que com outros fatores podem ter contribuído para a redução das capturas em anos seguintes, aumentou em 25 anos 2,5 vezes os desembarques anotados desde o começo da sistematização dos dados em 1945 (tabela 5).

**Tabela 5** - Desembarque médio (toneladas) obtido em intervalos de 5 anos das principais espécies capturadas pela frota artesanal no Estado do Rio Grande do Sul

Anos	1945/ 1949	1950/ 1954	1955/ 1959	1960/ 1964	1965/ 1969	1970/ 1974	1975/ 1979	1980/ 1984	1985/ 1989
<b>Total Médio</b>	14.173	18.692	20.174	19.375	26.367	35.517	24.925	20.548	20.580

Fonte: ANTERO SILVA, J. Perfil pesqueiro da frota artesanal do Rio Grande do Sul de 1945 a 1990. Rio Grande: IBAMA/CEPERG, 1990. Organização: César Martins

O aumento das capturas, a alta perecibilidade do pescado, a disponibilidade de equipamentos de conservação e de energia e a melhoria das redes de comunicação e de transporte, conduzem a busca dos responsáveis pela industrialização. Com as anotações anteriores, identificamos a formação do que poderíamos chamar de parque industrial pesqueiro, capitaneados por imigrantes com e sem capitais e/ou comerciantes que conseguiram compor com a formação social brasileira (as transformações de uma sociedade rural-agrária para urbano-industrial) em sua escala local-regional (a dinâmica natural que disponibiliza pescado e a disponibilidade de trabalhadores para atuarem como pescadores e operários fabris). O mapa 1 apresenta a primeira formação industrial pesqueira no município do Rio Grande, na década de 1960.

**Mapa 1** - Estabelecimentos da década de 1960

Barcellos (1966), com dados entre 1959 e 1962 apresenta o melhor perfil: “indubitavelmente a cidade de Rio Grande é dos grandes centros de industrialização do pescado no Brasil” (p. 85). Ou seja, com capturas de cerca de 20 mil toneladas anuais médias entre 1945 e 1969 foram suficientes para estruturar e manter o parque fabril local com destaque nacional (quadro 2),

**Quadro 2** - Empresas que industrializavam pescado em Rio Grande – década 1960 e começo da década de 1970

<b>Indústria, ano de fundação e endereço</b>	<b>Congelado</b>	<b>Salgado</b>	<b>Enlatado</b>	<b>Óleo</b>	<b>Farinha</b>	<b>Gelo</b>
Ind.Bras.de Peixe S.A-ISAPEIXE (1967) Mal. Andrea, 268 e 296	X	X		X	X	X
Eduardo Ballester e Filhos Ltda (1923) Mal. Andrea, 320	X	X	X	X	X	
Ind.Reunidas Leal Santos S/A (1891) General Portinho, 125	X	X	X	X	X	X
Torquato Pontes S/A (1970) General Osório, 568 e 574	X	X	X	X	X	X
Furtado (1943) Avenida Portugal, 126	X	X	X	X	X	X
Cunha Amaral e Cia.Ltda (1876) Mal. Andrea, 218 e Av. Portugal, 262	X	X	X	X	X	X
Ind. e Com. Figueiredo S/A (1936) Avenida Portugal, 338	X	X	X	X	X	
J. G. Sequeira e Filho Ltda General Osório 578	X	X	X	X	X	X
Wigg S/A Coronel Sampaio, 345		X	X			
Manoel Pereira de Almeida (1913) Mal. Andrea S/N e rua Mal. Deodoro, 1	X	X	X		X	X
Souto e Filhos Ltda (1923) Teixeira Junior 141		X	X			
Rio Grande Produtos Alimentícios Caramuru, 222			X			
Albano de Oliveira e Irmão Ltda (1953)	X	X				X
F.R. Amaral (1949) Av. Portugal, 484 e 496	X	X		X		
Napesca		X				
Dourado (1931) General Osório 556 Fundos	X	X				X
Paulo Faria		X				
Brasilpesca- Presidente Vargas, 263		X				
Furtado (1943) Av. Portugal, 204 e R General Osório, 554	X	X	X	X	X	X
Schneider Matte e Cia. Ltda. Dom Pedro I, 164	X	X	X	X	X	X

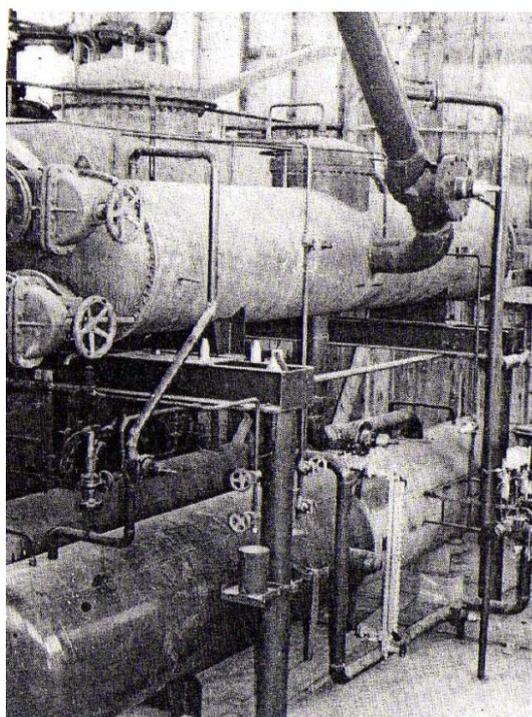
Fonte: IBGE (1965). BARCELLOS (1966). Organizado por César Martins e Marco Antônio G. Renner.

Entre os destaques do período houve as normatizações sanitárias que impuseram limitações às salgas realizadas nas áreas de pesca e para a hegemonia do processo nas fábricas

que passaram a adquirir maior quantidade de pescado para este tipo de processamento. Também se destacam o aumento e qualidade da capacidade das câmaras frias e de congelamento, bem como a produção de enlatados de pescado e vegetais.

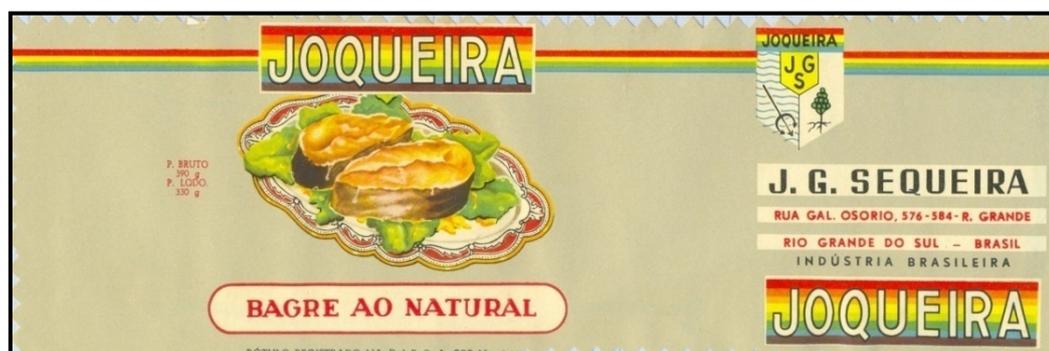
A tendência em investimentos na frigorificação pode se observada na J.G. Siqueira, criada em 1945 e que foi sucedida em 1958 pela Joqueira S/A- Indústria Alimentícia que utilizava equipamentos da firma Borsig GMBH da então Alemanha Ocidental representada no Brasil pela MADEF S/A e também produzia enlatados (figuras 8 e 9).

**Figura 8** - Parte dos equipamentos Borsig na Indústria Joqueira em Rio Grande/RS.



Fonte: Anuário da Pesca, 1973.

**Figura 9** - Rótulo de pescado enlatado pela firma Joqueira (data não definida entre o final dos anos de 1960 e começo da década de 1970).



Fonte: MARTINS, C.A.A. Indústria de pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. Florianópolis: CFH, 2006 (tese de doutorado em Geografia), p. 133.

Uma das marcas da atividade pesqueira é a presença estatal estabelecendo marcos regulatórios sobre as espécies e períodos de capturas, as artes de pesca, tarifas de importação e também mecanismos de financiamento. No Brasil, desde o período colonial existiram regramentos (Silva, 1988), especialmente sobre a atividade baleeira nas chamadas armações (Silva, 1992). As construções de estruturas estatais de reconhecimento da costa brasileira e de seus moradores, através da Marinha brasileira e de instituições de pesquisa, marcam o começo da República e culminam com a criação do Instituto de Pesca em 1912 e dos mecanismos do monopólio na criação dos Entrepostos de Pesca e das taxas para financiamento para a compra de equipamentos na década de 1930 (Martins, 2006). Porém, é a partir da década de 1960 que a organização da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Decreto Lei 221/67 que estabelece mecanismos para transformar a pesca em uma indústria de base e um conjunto de normas de financiamentos, isenções e incentivos para a construção de estruturas de pesca, transformação e comercialização de pesca no país.

A tabela 6 apresenta o total de recursos solicitados e liberados pelas empresas no período de 1968 até 1973 que representou cerca de 75 % do total dos pedidos e das liberações efetuadas até 1986.

**Tabela 6** - Brasil: quadro geral das liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (em U\$)

<b>Total de firmas/grupos solicitantes</b>	<b>Recursos solicitados</b>	<b>Recursos liberados</b>	<b>% dos recursos liberados</b>
137 (1)	216.004.012	102.696.634	47,5

(1) As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis (RJ) elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados.

Fonte: Anuário da Pesca, 1974. Organização: César Martins

A tabela 7 mostra a concentração dos recursos em empresas instaladas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e o destaque para as empresas instaladas no estado do Rio Grande do Sul que receberam o maior volume e média de recursos no conjunto do país.

Segundo o “Anuário da Pesca” de 1974, entre as empresas localizadas em Rio Grande que receberam os incentivos estavam a Leal Santos, Pescal, Wigg, Abel Dourado, Isapeixe e Torquato Pontes. Combinado com a concentração dos recursos em empresas instaladas no Sudeste e no Sul, que rapidamente exerceriam pressão para que os pescadores e/ou armadores trabalhassem com mais eficácia sobre os estoques, houve também a concentração em nível das empresas que teve na criação dos Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET) como uma das iniciativas estatais para realizar ajustes na política de financiamento da década de 1960 e

começo dos anos de 1970. O mapa 2 apresenta a nova configuração da indústria da pesca nos anos de 1970.

**Tabela 7** - Brasil - distribuição estadual das solicitações e liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (%) e média dos orçamentos dos projetos (US\$)

<b>Unidade Federada</b>	<b>Firmas/grupos solicitantes</b>	<b>Recursos solicitados (%)</b>	<b>Recursos recebidos (%)</b>	<b>Média dos recursos recebidos por projeto (US\$)</b>
<b>Santa Catarina</b>	36	17,8	15,8	447.920
<b>São Paulo</b>	35	35,0	38,8	1.135.405
<b>Rio Grande do Sul</b>	20	20,3	19,5	995.578
<b>Guanabara</b>	19	14,9	10,9	591.639
<b>Rio de Janeiro (1)</b>	16	8,4	11,0	705.551
<b>Pará</b>	4	1,2	1,4	367.054
<b>Espírito Santo</b>	2	0,5	0,4	237.563
<b>Paraná</b>	2	1,1	2,1	1.099.747
<b>Pernambuco</b>	1	0,2	...	...
<b>Bahia</b>	1	0,5	0,1	152.850
<b>Ceará</b>	1	0,1	...	...
<b>Totais</b>	<b>137</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>747.983</b>

(1) As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói/RJ e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis/RJ elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados.

... Informação não disponível

Fonte: Organização e cálculos de César Martins, com base em: Anuário da Pesca, 1974.

Em 1974, o governo federal, ao detectar um conjunto de denúncias e irregularidades na sistemática da concessão e aplicação dos incentivos fiscais, pelo decreto-lei nº 1376, criou cinco fundos de investimentos: (I) o Fundo de Investimento do Nordeste; (II) o Fundo de Investimento da Amazônia; (III) o Fundo de Investimento para o setor florestal; (IV) o Fundo de investimento para o turismo; (V) o Fiset/Pesca. O começo do período de implantação do Fiset/Pesca coincidia com o começo do esgotamento do modelo político dos golpistas de 1964 e que tomaria sobre vida, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e com as artimanhas para dar sustentação ao governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), em função especialmente dos resultados das eleições de 1974, que deram ampla vitória para oposição no então Movimento Democrático Brasileiro.

**Mapa 2** - Estabelecimentos da década de 1970

O conjunto de ações estava baseado na disponibilidade de trabalhadores e das pescarias nas águas das bacias lacustres do sul do Rio Grande do Sul, do seu litoral adjacente e a até 1978 em águas uruguaias. Na pesca interior e costeira a partir de 1979 com incentivos estatais, barcos artesanais foram cabinados e dotados com equipamentos de detecção de cardumes e de equipamentos mecânicos para ação das redes. As pescarias estavam assentadas em camarões, especialmente o rosa (*Penaeus paulensis*), na corvina (*Micropogon furnieri*), em bagres (*Netuma barba*, *Netuma planifrons* e *Genidens genidens*) na tainha (*Mugil brasiliensis*) e na castanha (*Umbrina canosai*).

A combinação do aumento das capacidades de capturas, incentivos estatais para alavancar a produção e proteger a produção nacional com o trabalho de pescadores, trabalhadores fabris e empresários, transformaram o conjunto das empresas industrial localizadas no maior e mais complexo parque industrial pesqueiro do país. Uma das características foi à expansão dos desembarques e a importação de cerca de 30% do pescado industrializado na década de 1980 (tabela 8).

**Tabela 8** - Total do desembarque e importação de pescado no Rio Grande do Sul

Ano	Desembarque de pescado	Importado de outros países e unidades federadas	Total em toneladas
1977	120.697	38.277	158.974
1978	115.525	38.581	154.106
1979	114.755	47.834	162.589
1980	90.879	32.317	123.196
1981	70.189	18.375	88.564
1982	70.627	22.263	92.890
1983	74.408	19.743	94.151
1984	76.968	12.883	89.851
1985	87.421	14.695	102.116
1986	97.200	26.398	123.598

FONTE: MA/SUDEPE. Diagnóstico do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul. Rio Grande, maio de 1988, p. 24 e p. 27.

Para fins de síntese neste trabalho a tabela 9, apresenta o processo de estruturação das atividades no conjunto das empresas industriais de pesca instaladas no Rio Grande com o crescimento das capacidades produtivas com destaque para as melhorias possibilitadas pela disponibilização de energia elétrica e de equipamentos de transporte e conservação para a preparação e venda nas modalidades: frescos, refrigerados e congelados e a redução das conservas produzidas localmente com ascensão das conserveiras de sardinhas e atuns com escala nacional como o Coqueiro e Gomes da Costa (Martins, 2006) e dos secos e salgados.

**Tabela 9** - Capacidade de produção das indústrias de pesca em Rio Grande-RS em diversos anos (em toneladas)

<b>Tipo de produto</b>	<b>1941(a)</b>	<b>1959-1962 (b)</b>	<b>1974-1979(c)</b>	<b>1987 (d)</b>
<b>Conservas</b>	1.561	2.785	2.713	980
<b>Secos-salgados</b>	3.046	6.868	18.558	6.130
<b>Fresco-refrigerado</b>	6.410	-	-	22.628
<b>Congelados</b>	-	10.297	27.339	20.071
<b>Sub-produtos</b>	-	871	5.957	2.826
<b>Prensados</b>	-	1.931	-	-
<b>Totais</b>	<b>11.017</b>	<b>22.752</b>	<b>54.568</b>	<b>52.632</b>

Fontes: (a) PIMENTEL, F.. Aspectos Gerais do Município de Rio Grande. IBGE/CNG, Rio de Janeiro, 1944; (b) BARCELLOS, B. Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul. P.Alegre: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1966. (c) CENTRO DE INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE. Perfil da Indústria Pesqueira do Rio Grande. Rio Grande, março de 1980; (d) MA/SUDEPE. Diagnóstico do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul. Rio Grande, maio de 1988. Organização: César Martins.

A consolidação do parque industrial riograndino pode ser avaliado não apenas pelo número de empresas e do aumento das capacidades produtivas, mas da tipologia das atividades desenvolvidas. O quadro 3 apresenta a composição das indústrias de no Estado do Rio Grande do Sul com destaque para a sua localização em municípios no Estuário da Laguna dos Patos e adjacências: Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul.

O significado dos desembarques quantificados no município do Rio Grande entre 1982 e 1986 é anotado quando se considera, responde por entre 93 e 91,02 % dos desembarques totais de pescado no Rio Grande do Sul (MA/SUDEPE 1988: 29) e por aproximadamente 80 % dos resultados das indústrias pesqueiras instaladas no Estado (ALONSO, José F. et alii, 1994: 75).

Além da complexidade das atividades desenvolvidas, algumas das empresas indústrias de pescado do Rio Grande tiveram importância nacional no setor durante duas décadas, segundo os *rankings* da revista “Visão: quem é quem na economia brasileira”. Entre as 125 empresas do setor de todo o Brasil citadas entre 1969 e 1989, 12 estavam localizadas e tinham seus centros de gestão em Rio Grande (Pescal, Leal Santos, ISAPEIXE, Torquato Pontes, Abel Dourado, Joqueira, Cunha Amanaral, Furtado, FR Amaral, Promar, Pesqueira Nacional e Figueiredo).

**Quadro 3 - Indústrias pesqueiras instaladas no Estado do Rio Grande do Sul 1975/1976**

Nome das Empresas	Município	Resfriados	Congelados	Enlatados	Farinha	Óleo	Salga	Defumados	Gelo
Albano de Oliveira e Irmão Ltda	Rio Grande	X	X				X		X
Alimentos supergelados S/A.	Rio Grande		X						
Cunha Amaral S/A Ind. e Com.	Rio Grande	X	X				X		X
Eduardo Ballester Ind.Pesc.Ltda	Rio Grande	X	X				X		X
F.R.Amaral Ind.Com. Pescado	Rio Grande	X	X		X	X	X		X
Farimpesca Ind. Pescado Ltda	Rio Grande				X	X			
Frigorífico Alselmi	Rio Grande	X	X		X	X	X		X
Furtado S/A Com. e Indústria	Rio Grande	X	X	X	X	X	X		X
Ind. Com. Figueiredo S/A	Rio Grande			X	X		X		
Ind. Riograndense de Pescado (ISAPEIXE)	Rio Grande	X	X		X	X	X		X
Sopesca Com.Pesc.Ltda/Ex.	Rio Grande	X							X
Jean Lacombe	Rio Grande							X	
Joqueira S/A Ind. Alimentícias	Rio Grande	X	X	X			X		X
Leal Santos Pescados S/A	Rio Grande	X	X	X	X	X	X		X
Manoel Pereira de Almeida S/A	Rio Grande	X	X	X			X		X
Pescal S/A Ind.Brasileira de Peixe	Rio Grande	X	X		X	X	X		X
Promar S/A Ind.Com. Pescados	Rio Grande	X	X				X		X
Rio Grande Produtos Alimentícios	Rio Grande	X	X				X		
S/A. Abel Dourado	Rio Grande	X	X				X		X
Souto de Oliveira S/A	Rio Grande	X	X				X		X
Torquato Pontes Pescados S/A	Rio Grande	X	X	X			X		X
Wigg S/A Com e Ind.	Rio Grande	X	X				X		X
Eduardo Ballester Ind. de Pescados	Rio Grande						X		
Frigoria Ind. e Com. de Frio S/A	S.José do Norte	X	X				X		X
Norte Mar Pescados S/A Ind.Com.	S.José do Norte	X			X	X	X		
Saraiva Santos-Confrio e Cia.Ltda.	S.José do Norte	X	X						X
Incamar S/A Ind. Pesqueira	Pelotas	X	X	X			X		X
J.S. de Freitas e Cia. Ltda.	Pelotas	X							
S.A. Abel Dourado	Pelotas			X					
Ind. Alimentícias São Lourenço	S. Lourenço do Sul	X					X		X
J. L. Cunha Ltda.	S. Lourenço do Sul	X	X						X
Pesqueiros do Sul	S. Lourenço do Sul	X	X				X		
Timm S.A. Comércio e Indústria	S. Lourenço do Sul				X		X		X

Fonte: MA/SUPEDE/Depto. de Economia Pesqueira/Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil/Série Documentos Ocasionais nº 28. Base de Operações do Rio Grande, 1978.Organização: Marco Renner e César Martins

No mapa 3 encontramos a disposição das indústrias de pescados no município do Rio Grande na década de 1980.

**Mapa 3** - Estabelecimentos da década de 1980

No final da década de 1980, o parque industrial pesqueiro mantinha as características de complexidade das atividades e 20 empresas registradas na SUDEPE.

**Quadro 4** - Empresas e suas respectivas linhas de processamento em atividade em 1988.

<b>Empresas</b>	<b>Resfriado</b>	<b>Congelado</b>	<b>Salgado</b>	<b>Enlatado</b>	<b>Farinha</b>	<b>Óleo</b>	<b>Gelo</b>
Albano Oliveira, Sobrinho	X	X	X				X
Atlântica Pescados Ltda	X	X	X				X
Furtado S/A Ind. Com.	X	X	X	X	X	X	X
Ind. & Com. Figueiredo S/A	X	X	X	X			
Comercial Discon S/A	X	X	X				
Manoel Pereira de Almeida				X			
Pescal S/A		X	X		X	X	X
Promar S/A Ind. & Com Pescado	X	X	X				X
Rio Grande Produtos Alim	X	X	X				
Torquato Pontes Pescados S/A		X	X				X
Marsilva Imp. Exp. Pesc.			X				
Nilmarsul Ind. Exp. Pesc.		X	X				
Jahu Ind. Com. Pescado	X	X	X				X
Cooperat. Mista Pesc. Nipo Bras.	X						X
Leal Santos Pescados S/A		X	X	X	X	X	X
Pesqueira Nacional	X	X	X				
Souto Oliveira Ind. E Alim.		X	X				X
Moura Ind. Com. de Pesc.*	X						X
J. L. Cunha**	X	X	X				X
Atlantis Com. Pescado	X	X					

Fonte: SUDEPE. Diagnóstico do Setor Pesqueiro do RS, Rio Grande, 1988. \* No município de São José do Norte; \*\* No município de São Lourenço do Sul.

COPSTEIN (1975) em estudo sobre o trabalho estrangeiro no município de Rio Grande, apresenta a atividade de famílias de origem italiana como Luiz Lórea, Raffaele Anselmi e Pedone & Irmãos, inglesa como a família Wigg, espanhola Ballester que investiram no processamento de pescado. Aos lusitanos o autor faz referências a “moderna

indústria de peixe”, com destaque para um dos primeiros empreendimentos criados com capital estrangeiro no município.

Entre as iniciativas está a de Torquato Ribeiro Pontes, proprietário da indústria Torquato Pontes, que exportava frutas, legumes e pescado para o Rio de Janeiro, resfriado em gelo. A firma Pontes, Ayres & Cia., foi fundada em 1º de setembro de 1938, por Torquato Ribeiro Pontes, Francisco José Ayres e Albano Guedes, em suas dependências estão instalada as suas seções de exportação, fábrica de conservas alimentícias “Ideal” e salga de peixes. Nas seções de fabricação e industrialização de pescado, frutas, legumes e crustáceos, localizadas à Rua General Osório n.º 568 e 570. Diversas melhorias correram até a década de 1950, no começo com as salgas, mais tarde com as câmaras frias. Com o crescimento das plantas industriais, a capacidade de agregar valor à mercadoria, desde a sua origem até seu destino final completa-se.



**Foto 1** - Antigo prédio da fábrica de conservas alimentícias “Ideal” e salga de peixes (Pontes, Ayres & Cia), fundada em 01/09/1938 pelos sócios Torquato Ribeiro Ponte, Francisco José Ayres e Albano Guedes, na Rua General Osório nº 568 e 570. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner.

As pré-condições para a montagem existiam da estrutura industrial estavam colocadas: matéria-prima em abundância para os padrões produtivos da primeira metade do século XX, mão de obra qualificada para as capturas e com as lidas dos produtos do mar, mercado consumidor, empresários interessados em investir na produção e reprodução do capital. Nesse conjunto, juntam-se os pioneiros Cunha Amaral e Leal Santos, empreendedores como Abel Francisco Dourado (S/A Abel Dourado), Joaquim Gomes Sequeira (Joqueira S/A), Albano

Gonçalves de Oliveira (Albano Oliveira S/A) que serão alguns dos agentes do setor pesqueiro no município de Rio Grande.

A Pescal e a Leal Santos merecem destaque especial, pois a primeira figurou entre as quinze maiores entre 1969 e 1989, sendo a primeira em 1982 e 1983, enquanto a Leal Santos foi uma das dez maiores entre 1972 e 1988 segundo a “Visão: quem é quem na economia brasileira”. Além desta condição, os caminhos de ambas as empresas no final do século XX e começo do século XXI são distintos como será apresentado no caminho final. Para fins de compreensão dos processos nas duas empresas, apresentamos alguns elementos das trajetórias de ambas às empresas.

Iniciativa essa dada por Francisco Marques Leal Pancada, proprietário em 1881 de uma empresa em Portugal, (Leal, Santos & Cia.) que resolve ampliar seus negócios, instalando uma filial em Rio Grande, um pequeno exemplo da possível internacionalização do setor.

Segundo GARCIA (2001),

A fábrica instalada em meados de 1889, na rua Imperatriz, atual rua Coronel Sampaio, próximo da rua Riachuelo, gozava de privilegiada localização, pois distava poucos metros do porto – principal meio de escoamento da produção (GARCIA, 2001, p. 59).

No ano de 1905 a empresa mudou-se da atual Rua Coronel Sampaio para a Rua Aquidaban, onde construiu seu parque fabril. Atuando por mais de sessenta anos neste endereço, em 1970 adquiriu a empresa rio-grandina Wigg Sociedade Anônima, que começava a construção de uma fábrica de pescados no distrito industrial do Rio Grande, a primeira a se instalar na quarta secção da barra s/nº, local que, depois, abrigou à sede da Leal Santos.

A filial da matriz portuguesa instalada em Rio Grande já aparece na primeira iniciativa censitária das atividades econômicas do Brasil realizado pelo Centro Industrial do Brasil em 1907. Em um panorama estatístico do país apresenta a indústria de Francisco M. Leal Pancada e sócios em destaque no setor de “Artigos de folha de flandres”. GARCIA (2001) retrata que a fábrica de conservas da empresa fazia largo negócio, produzindo latas de conserva de legumes, peixe, carne, caça, frutas, etc.

No ano de 1905 a empresa mudou-se da atual Rua Coronel Sampaio para a rua Aquidaban, onde construiu seu parque fabril. Atuando por mais de sessenta anos neste endereço, em 1970 adquiriu a empresa rio-grandina Wigg Sociedade Anônima, que começava a construção de uma fábrica de pescados no distrito industrial do Rio Grande, a primeira a se instalar na quarta secção da barra s/nº, local que, depois, abrigou a sede da Leal Santos (foto 2).

A filial da matriz portuguesa instalada em Rio Grande já aparece na primeira iniciativa censitária das atividades econômicas do Brasil realizado pelo Centro Industrial do Brasil em 1907. Em um panorama estatístico do país apresenta a indústria de Francisco M. Leal Pancada e sócios em destaque no setor de “Artigos de folha de flandres”. GARCIA (2001) retrata que a fábrica de conservas da empresa fazia largo negócio, produzindo latas de conserva de legumes, peixe, carne, caça, frutas, etc.

Do conjunto de empresas identificadas como participantes do processo de captação dos recursos estatais das décadas de 1960 e 1970, a reorganização da Leal Santos fez parte do processo capitaneado pelo grupo Ipiranga em 1967 criou a ISAPEIXE e no final da década de 1960, com a aquisição da Wigg e na década foi uma das empresas que investiu na construção e aquisição de barcos para pesca em águas profundas.

O processo deu origem a uma das maiores empresas do setor pesqueiro nacional durante várias décadas que a partir de 2006 faz parte dos investimentos do grupo espanhol Actemsa-Jealsa, concentrando as atividades nos tunídeos e preparando enlatados de sardinhas importadas com a marca “Robinson Crusoe”.



**Foto 2** - Prédio da empresa Leal Santos S/A, na 4ª Secção da Barra, S/Nº - Distrito Industrial em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner.

Distintas dessas e que se combinará no retrato da industrialização está a Indústria Brasileira do Peixe (Pescal).

A Pescal foi fundada em 1942 em Rio Grande como diversificação do capital da família Renner que tem origem no primeiro quartel do século XIX com a chegada ao Brasil do casal Jacob e Clara. Em 1894, Jacob monta uma refinaria de banha nas margens do rio caí

em Montenegro que deu origem ao frigorífico que abate 65.000 bovinos, suínos e ovinos. Na década de 1970, a firma participa de investimentos como a Nutrigel que comercializa pescado no Paraná e São Paulo e da Forpex que abastece a então Guanabara e com financiamento diversos instala uma unidade para produzir 60 toneladas ao dia de farinha e óleo de peixe.



**Foto 3** - Prédio da Pescal S/A, na rua Bento Martins em 09/07/2010. Autor: Marco Antônio G. Renner.

Os produtos com a marca Pescal passaram a ser reconhecidos no país e a empresa destaca-se no concerto nacional (figura 10) e realiza investimentos em atividades culturais e patrimoniais no Rio Grande como na retomada da Festa do Mar e no “Sobrado da Maçega”, localizado em frente à sede da empresa na Rua Marechal Andréia.

**Figura 10** - Marca Pescal.



Fonte: Revista Parlamento- edição histórico-cultural político empresarial dos municípios: Rio Grande-RS. Edição Especial, n. 78, 1987, p. 27.

**Figura 11** - Imagem do Sobrado da Macega.



Fonte: Rio Grande - fatos em revista. n 1, abril de 1992, p.10.

Numa síntese da importância da atividade pesqueira até o começo da década de 1990, MARTINS (1997) com base em matérias de jornal locais relata que empresas como a Furtado S.A. Comércio e Indústria e Pescal S.A. de Rio Grande exportavam “camarões para Europa e os Estados Unidos” (p. 34) e que a Pescal era primeira empresa do setor pesqueiro nacional, segundo a Gazeta Mercantil, com 850 trabalhadores, consumidora de matéria-prima de seus próprios barcos, importadora do Uruguai e Argentina, de armadores independentes, de pescadores artesanais e realizadora de joint-ventures com barcos estrangeiros, que naquele momento adquiria uma concorrente por cinco milhões de dólares, se constituía em figura do primeiro escalão da indústria gaúcha. Na outra ponta da atividade pesqueira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação denunciava a demissão diária de cerca de 50 trabalhadores ao dia pelas indústrias da pesca (p. 35).

Desde o final do século XIX, o trabalho dos pescadores artesanais no município do Rio Grande, de armadores e pescadores industriais, garantiu a matéria-prima para os trabalhadores fabris produzirem para os industriais o que seria processado como pescado salgado, congelado, enlatado e seus subprodutos (óleos e farinhas) que abasteciam mercados no Brasil e no exterior. Com as políticas estatais, sobretudo a partir de 1967, as indústrias instaladas em Rio Grande passaram a abrigar cerca de 50% da capacidade de industrialização de pescado do Brasil. Tais fatores forjaram no município de Rio Grande a criação de um parque industrial, abrangendo diversas áreas econômicas. (MARTINS, 2006).

O esgotamento dos modelos regulatórios e as crises do final do século XX atingiram também o parque industrial pesqueiro localizado em Rio Grande. O capítulo seguinte apresentará os debates sobre as transformações daquele período, seus reflexos no tema de estudo que serão articulados no capítulo final.

## **2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA ATIVIDADE INDUSTRIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

A década de 1990, além de marcar o final de um século e o início não somente de um novo século, mas um milênio deixou marcas como a queda do muro de Berlim, o fim da URSS, o começo da ascensão da China, o ocaso dos regimes ditatoriais na América Latina e a fragmentação da vida social e do estabelecimento de novas relações com conteúdos que parecem muito velhos entre as esferas pública e privada mascarando o aprofundamento da concentração e centralização da riqueza e do poder em um número cada vez menor de agentes privados localizados num reduzido conjunto de Estados Nacionais. Na conjugação da economia e da política tratava-se da emergência e consolidação dos pressupostos do que serão considerados como neoliberais e assemelhados.

Os resultados econômicos nas últimas décadas demonstraram a ineficácia de seus corolários com a emergência das ações estatais nos países periféricos. Uma das características do crescimento econômico mundial é sua desigual distribuição entre o centro e periferia do sistema. O esgotamento dos modelos de financiamento de sustentação das sociedades de bem-estar social e de estruturas produtivas que deixam de ser assentadas na produção material vem conduzindo a taxas de crescimento mais lentas entre os chamados países desenvolvidos, especialmente quando comparadas as novas dinâmicas internas e ações orquestradas por alguns Estados e agentes privados na periferia. Em suas relações externas, com políticas agressivas de criação de novos mercados e aproveitamento de determinadas oportunidades permitem que mesmo que com as crises, provocadas especialmente pelo embretamento de governos ao capital especulativo, as economias periféricas e em desenvolvimento, na definição de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), apresentam as maiores taxas de crescimento econômico e participam mais ativamente do comércio internacional.

A tabela 10 apresenta os resultados desiguais do crescimento mundial, com destaque para a aceleração das dinâmicas nas economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo na China.

Foram forjadas diversas expressões para tentar expressar a aparente confusão e os imbróglis construídos socialmente na última década do século XX. Destacamos apenas três: era de extremos (HOBSBAWN, 1991), tempo das dúvidas (REIS FILHO, 2000) e no loop da montanha russa (SEVCENKO, 2001). Nos limites do trabalho, preferimos a fecunda metáfora

formulada por Nicolau Sevcenko - no loop da montanha russa. No estar de cabeça para baixo, descolados da gravidade, figurativamente des-norteados, há a possibilidade de “compreendermos o que significa estar expostos às forças naturais e históricas agenciadas pelas tecnologias modernas. Aprendemos os riscos implicados tanto em se arrogar o controle dessas forças, quanto em deixar-se levar de modo apatetado e conformista por elas” (p. 13).

**Tabela 10** - Taxa de crescimento da economia entre 1993 e 2010 (%)

Região	1993 - 2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Mundo</b>	3,2	3,6	4,9	4,6	5,3	5,4	2,8	-0,7	5,1
<b>Países Desenvolvidos</b>	2,8	1,9	3,1	2,7	3,1	2,8	0,1	-3,7	3,1,
<b>Economias Emergentes e em desenvolvimento</b>	4,1	6,2	7,5	7,3	8,2	6,9	6,0	2,8	7,3
<b>Brasil</b>	2,9	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,6	7,5

Fonte: Fondo Monetário Internacional. Perspectivas de La economia mundial. Washington, 2011. Organização: César Martins

Propositadamente, destacamos as três expressões, pois marcaram a trajetória e o trabalho final. Compreendemos que o desnorteado no *loop* servirá para reassentar as possibilidades de análise do tema de pesquisa: o que ocorreu e ocorre nas fábricas de pescados em Rio Grande? A análise está limitada e centrada em quatro autores; David Harvey (1992), George Benko (1999), Jacob Gorender (1999) e Gilberto Dupas (2000; 2001).

A década de 1990 anunciou profundas reestruturações sócio-espaciais baseadas nos desdobramentos/crises do taylorismo-keynesianismo. HARVEY (1992, p. 117) ao tratar a transformação político econômica do capitalismo do final do século XX, afirma que uma forma de explorar o tema é uma linguagem na qual vemos eventos recentes como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado. Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados. O teorizar sobre a nova produção do espaço-tempo, Harvey

(1992) identifica na luta contra a “rigidez” (p. 135) a busca e a construção de alternativas para os diferentes agentes sociais. Baseado nas formulações da escola da regulação escreve que

o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1992, p. 151/152).

Para BENKO (1999, p. 110-111, 222-223), as teorias da regulação foram desenvolvidas para explicar processos de desenvolvimento socioeconômico que apresentam grande variabilidade nos planos espacial e temporal. Que é que provoca a passagem de um crescimento regular a um crescimento instável ou à estagnação? Por que as fases de crescimento e de crise têm intensidade e características diferentes segundo os lugares, e por que as fases de crescimento e de crise revestem um caráter específico para cada período histórico? Ao tentar identificar e compreender os mecanismos que estão na gênese desse novo mundo e dos processos de mudança das configurações territoriais BENKO (1999) afirma existir laços estreitos entre as grandes cidades e a rede mundial das empresas capitalistas. As grandes cidades representam centros geográficos privilegiados. Essas cidades globais em desenvolvimento favorecem a desregionalização dos sistemas urbanos, derivando-se nas mais diferentes funcionalidades cada vez mais acentuadas, permitindo uma produção flexível de maior ocupação do espaço.

A globalização da economia metropolitana na economia regional caminha de par com o estabelecimento de uma nova organização territorial que aparece, ao mesmo tempo, como um efeito e como uma causa do desenvolvimento geral (BENKO, 1999, p. 79).

Gorender (1999) sintetiza as três consequências da crise fordista na direção de um “modelo japonês ou toyotista”: interrupção parcial da degradação contínua do trabalho (p. 157), reversão da verticalização via empresa-rede (p.158/159) e *dowsizing* ou reestruturação produtiva (p. 159). Evitamos polemizar sobre o processo de generalização do chamado toyotismo, apenas indicamos que esta forma de produzir e de regular as diferentes relações ocorreu com a imposição estatal americana para as indústrias japonesas que deram sustentação à Guerra da Coreia. O toyotismo teve início no final da década de 50 com a adoção do método de “estoque zero” que era utilizado desde as décadas de 1940/50 em algumas redes de supermercados estadunidenses e foi implementado após truculentas ações contra os trabalhadores japoneses (como exemplo, na greve de dois meses de 1950, 1.500 operários foram demitidos). Ainda hoje apenas uma parcela reduzida dos trabalhadores

japoneses está submetida às características básicas da relação de trabalho que diferenciaram a atual formação espacial japonesa, como o emprego vitalício e o salário por antiguidade, bem como as novas formas de organização do trabalho como just-in-time, kan-ban, andon, poka yoké.

A leitura esta pode ser sumarizada nas análises de Dupas (2000; 2001). O pressuposto é que o período histórico atual é hegemônico por uma crescente concentração de poder em um número cada vez menor de grandes grupos (corporações transnacionais) centrados basicamente nos Estados Unidos e que lutam internamente em determinadas circunstâncias. Esses grupos operam com diferentes mecanismos para garantir sua reprodução ampliada sobre os territórios e os Estados. Daí o papel fundamental da ciência tornada tecnologia, que ao rebaixar os custos das diferentes mercadorias, intensifica a concorrência intercapitalista e dá sinais de que todo o território e dimensões da vida estão em redes. Porém, sua realização é viabilizada pela necessidade das *networks* onde “as corporações decidirão basicamente o que, como, quando, e onde produzir os bens e serviços (marcas e redes globais) e da onda de fragmentação - terceirizações, franquias e informalização - abrindo espaço para grande quantidade de empresas menores e trabalho flexível que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos” (DUPAS, 2001 p. 434/435).

É importante, desde já, afirmar que não haverá um aprofundamento das teses quanto à evolução dos processos de desenvolvimento industrial, até porque daria para produzir uma tese à parte para cada interpretação referente às diversas bibliografias que analisam tais transformações industriais, em diferentes setores da produção no espaço territorial brasileiro.

## **2.1 A industrialização brasileira no cenário econômico mundial**

Os debates sobre a industrialização no Brasil estão articulados na gênese da sociedade brasileira com a hegemonia dos proprietários de terras e de seus representantes no aparelho estatal que forjaram projetos de inserção subalterna no sistema mundial e em alguns momentos compuseram com outros agentes como os comerciantes, agricultores capitalizados e o Estado em diferentes esferas, para a formação de empreendimentos industriais. No Brasil, MAMIGNONIAN (2000, p. 8) faz uma análise do processo da industrialização brasileira, destacando que a princípio o tema não era de interesse das universidades, pois não percebia as dimensões econômico-sociais e políticas que o processo de industrialização já alcançava. O caráter controvertido das discussões apresentava-se em interpretações diferentes, destacando:

(1) as conjunturas de crise das exportações (guerras mundiais, crise de 1929, etc.) tinham sido favoráveis ou desfavoráveis ao avanço industrial? (2) a condição de periferia do sistema mundial capitalista bloqueava ou não a industrialização? (3) a que classes sociais couberam as primeiras iniciativas industriais: aos fazendeiros, aos comerciantes de export-import, à pequena burguesia e outros setores populares? O autor apresenta também as três teorias referentes à economia brasileira em geral e à industrialização em particular, defendidas pelas esquerdas brasileiras que tiveram papel hegemônico na luta intelectual, sucessivamente: (1) a teoria da CEPAL, que popularizou a expressão “industrialização por substituição de importação”, dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964, (2) a teoria da dependência, que teve grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista, (3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro.

Tais teorias não serão discutidas aqui, pois cada uma delas daria uma nova dissertação, porém sua lembrança serve como guia histórico da construção teórica dos movimentos de caráter econômico-sociais que ocorrem no transcorrer dos períodos do desenvolvimento da industrialização brasileira.

## **2.2 Um análise sobre as reestruturações ocorridas na indústria brasileira**

Ao analisarmos as mudanças econômicas ocorridas ao longo da década de 1990 no Brasil, encontramos diferentes interpretações dos processos históricos industriais como parte do funcionamento de uma economia que passou dos marcos regulatórios e especialmente da estruturação do III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) para as novas regulamentações que seguiram até o começo do século XXI. Segundo CASTRO (2001, p. 4)

[...] é importante acrescentar que o problema que acaba de ser apontado se agravou ao longo dos anos 1980. Enquanto no mundo desenvolvido a renovação dos métodos de organização e gerenciamento, bem como novas técnicas produtivas, ganhavam vigor, aqui – muito particularmente na segunda metade dos anos 1980 – virtualmente cessavam as mudanças do lado real da economia. Com razão, pois, a segunda metade dos anos 1980 já foi referida como - o quinquênio perdido da década perdida (CASTRO, 2001, p. 4).

Em uma análise geral, CASTRO (2001, p. 7) apresenta os processos de reestruturação perseguidos pelas empresas entre 1989 e 1994 incluíram não apenas o redimensionamento de quadros, o enxugamento do catálogo de vendas e o fechamento de instalações, como também,

destacadamente, a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente associadas à Gerência da Qualidade Total (TQM) e ao *Jus in Time* (JIT).<sup>1</sup> Multiplicam-se, em suma, as experiências com mini-fábricas e “células de produção”, bem como soluções de tipo *kan ban*<sup>2</sup>, visando “puxar” a produção de acordo com a demanda “todas associadas a sistemas JIT”. Destacam-se também as políticas do tipo TQM, como a difusão de práticas de identificação e o uso intensivo de indicadores operacionais para gestão. Há ainda a busca de certificação nas normas ISO, e consideráveis esforços visando o treinamento de pessoal.

Podemos dizer que o método *Kan ban* é um método que determina a produção a partir da procura: de fato, o ritmo de produção é determinado pelo ritmo de circulação de *Kanban*'s, o qual, por sua vez, é determinado pelo ritmo de saída dos produtos a jusante do fluxo de produção.

Podemos identificar como principais objetivos do método *Kan ban* os seguintes:

- regular internamente as flutuações da procura e o volume de produção em cada secção de forma a evitar a transmissão e ampliação dessas flutuações;
- minimizar as flutuações do stocks de produto acabado com o objetivo de reduzir os custos de estocagem;
- descentralizar a gestão da fábrica, criando condições para que as chefias diretas desempenhem um papel de gestão efetiva da produção e dos estoques;
- produzir as quantidades solicitadas no momento em que são solicitados.

Ressalte-se que o objetivo de produzir as quantidades solicitadas no momento em que são solicitados traz uma enorme dificuldade para a industrialização do pescado. Aqui o processo de captura do peixe não respeita o ciclo natural do desenvolvimento e maturação das espécies que não são estabelecidos pelo homem e sim pela natureza. Em uma das análises feita por OLIVEIRA (2004) destaca,

[...] Outro fenômeno que se constata nas simulações é que, quando submetidas a grandes esforços de pesca, as trajetórias desestabilizam-se, percorrendo caminhos que não convergem para qualquer valor. É como se o ecossistema não conseguisse se equilibrar a partir de certos esforços de pesca e percorresse as mais diversas

---

<sup>1</sup> Convém advertir que o realce (a seguir) da reorganização não deve ser entendido como desconsideração da importância dos profundos cortes realizados no período. Referindo-se à severidade destes cortes afirma com razão o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB, *op. Cit.*) que em muitos casos: “a sobrevivência implicou a rápida implementação de ajustes – vários deles cirúrgicos, abruptos e emergenciais...”.

<sup>2</sup> Kanban é uma expressão japonesa que designa um método de fabrico em série aplicado aos processos de aprovisionamentos, produção e distribuição, seguindo os princípios do Just-in-Time.

trajetórias com enormes variações em curtos períodos de tempo (OLIVEIRA, 2004, p. 129).

Portanto, pelas suas características, o método *Kan ban* apenas pode ser aplicado em sistemas de produção repetitiva, em que os produtos são estandardizados e a produção é relativamente estável, sendo obrigatório que o processo de produção esteja organizado em série. Em diversos segmentos da indústria esse método vai ser aplicado, porém no caso da indústria da pesca torna-se inviável determinar a produção a partir da procura. O ritmo de reprodução das espécies não corresponde com a demanda, fazendo com que a fábrica beneficie o peixe de acordo com as quantidades solicitadas no momento desejado, obrigando-se a importação do pescado *in natura* para manter a produção na fábrica.

CASTRO (2001) apresenta o caso da empresa Alpargatas. Entre 1991 e 1992, a empresa enfrentou um grave período de sua história, amargando um prejuízo de US\$ 121 milhões. Partiu então para um amplo processo de reestruturação, fechando 11 de suas fábricas, e reduzindo seus quadros de 32.000 para 17.000 funcionários. Das 17 marcas de confecções que fabricava, passou a fabricar cinco. Das 40 de calçados, permaneceram 17. Mais enxuta e produtiva, veio a ser premiada pela explosão de demanda do real, que não apenas expandiu as suas vendas, como evidenciou a maior lucratividade alcançada em cada dólar vendido. Por trás do melhor desempenho e do ressurgimento dos lucros encontravam-se a duplicação do faturamento por empregado (entre 1990 e 1995) e grandes economias de custos fixos, conforme destacou a revista Exame em 5 de julho de 1995. O autor retoma analiticamente a trajetória da reestruturação econômica através da reflexão sobre a fase que chama de “Cirurgia e Reorganização”, dizendo que a economia brasileira viveu neste primeiro período, o equivalente de uma “abertura travada”.<sup>3</sup> Em sua sumária reflexão, refere-se à excepcionalidade do contexto e não ao rebaixamento tarifário anunciado em 1990. Afirma que a abertura andou a frente da contestabilidade, e a proximidade do caos hiperinflacionário reduzia a capacidade dos agentes econômicos de exercer a contestação via não aquisição de mercadorias que pudessem (talvez) ser adquiridas em melhores condições. Segundo ele, enquanto perdurassem os distúrbios maiores, era inclusive difícil financiar importações: todos, inclusive potenciais financiadores de importações, mantinham o pé pousado sobre o freio. Outro aspecto a destacar, era a característica estrutural da economia brasileira. Trata-se do alto grau de encadeamento vertical observado em diversos setores da indústria, uma herança do intenso e duradouro processo de substituição de importações. Admitida a

---

<sup>3</sup> Esta é uma aplicação singular da noção mais geral de uma economia (em vários sentidos) “travada”, em decorrência da alta inflação crônica.

característica, acrescenta-se que as demandas intermediárias apresentam relações de maior inércia do que as do consumidor final com o varejo. E isto, segundo o autor não só pelo maior grau de conhecimento recíproco, como porque as trocas de fornecedor (de insumos) requerem frequentemente, outras mudanças e adaptações.

As empresas optaram pelo corte/eliminação de postos de trabalho, linhas de produto e equipamentos como uma simples reação à ameaça de uma maior pressão competitiva que para o autor, há algo mais sério e profundo nestas dolorosas cirurgias: o que está sendo muitas vezes eliminado é possíveis trajetórias futuras, que passam a ser percebidas como, digamos, não férteis. Esse reposicionamento que define as trajetórias de possível interesse daí por diante. O que se acabou de afirmar fornece elementos para a distinção entre experiências nacionais em que a indústria passou exitosamente pelo teste da abertura, e outras em que isto não ocorreu. Caso muito particularmente, à orientação dada aos cortes: seletivos, de maneira a preservar possíveis futuros, ou, no polo oposto, a tal ponto indiscriminados e profundos, que o resultado seja indústrias meramente de fachada. Mas o que predominou no início dos anos 1990, no tocante às empresas nacionais, genericamente, foi à tomada de consciência, havia que mudar para permanecer. O autor destaca que em meados de 1996, a economia estava de volta ao crescimento, liderada pela indústria, e com expectativas em relação ao futuro majoritariamente otimistas. A rigor, nos 12 meses findos em junho de 1997, a indústria cresceu 7,5%.

O caso da indústria automobilística brasileira BOTELHO (2002) afirma que a partir da década de 1990, o país passou por uma mudança nas estratégias de acumulação do capital em alguns ramos industriais. As práticas fordistas/tayloristas foram substituídas, em parte significativa das indústrias, por práticas mais flexíveis de produção, sendo incorporadas as estratégias mais predatórias desenvolvidas nas duas últimas décadas pelo capital nos países avançados, em detrimento, novamente, da população e da classe que vive do trabalho. Porém, devemos ter em conta o fato de que o processo de reestruturação industrial observado no período pós 1990 se deu de maneiras diferenciadas segundo as origens e dimensões dos capitais envolvidos no processo, sendo que a reestruturação se deu de maneiras distintas em diferentes indústrias de um mesmo setor, como o automobilístico. As empresas neste período de intenso processo de reestruturação fecharam postos de trabalho e procuraram obter um aumento da produtividade por meio de inovações na gestão e de maior automação da linha produtiva. Em 1980 segundo Sindicato dos metalúrgicos do ABC e a Anfavea no Brasil as montadoras produziam 1.165,1 mil unidades com o emprego de 133,8 mil trabalhadores, que

correspondia à produtividade de 8,7 veículo/trabalho/ano. Em 1998 as montadoras produziram 1.585,6 mil unidades com o emprego de 83,0 mil trabalhadores, que corresponde à produtividade de 19,1 veículo/trabalho/ano. As mudanças no setor automotivo ocorreram simultaneamente à entrada de novos produtores de veículos no mercado nacional e ao aumento da internacionalização da cadeia produtiva. A partir do ano 2000, 17 marcas de automóveis passaram a atuar no mercado brasileiro, o que coloca o Brasil como o primeiro do mundo em número de montadoras instaladas<sup>4</sup>.

CARNEIRO (2002) pesquisa os últimos 25 anos do século XX analisando esse processo histórico da economia brasileira. Dividindo em três partes apresenta uma interpretação dos últimos cinco anos da década de 1970, as transformações da década de 1980 e os impactos das mudanças ocorridas na década de 1990. Sua construção cronológica é importante para a compreensão dos acontecimentos nos anos de 1990. O autor destaca a segunda metade da década de 1970, e os efeitos gerados pela crise dos acordos firmados em Breton Woods e da primeira crise do petróleo. O governo brasileiro lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) como uma resposta à crise que se anunciava. Sendo o plano a última ação para o desenvolvimento nacional na época, pois a produção com destino à exportação pressupunha o crescimento com endividamento externo. Durante a década de 1980, também chamada década perdida, o autor destaca a rápida elevação das taxas de juros, como reflexo da crise econômica mundial, ocorrendo um agravamento da dívida externa nos países periféricos como o Brasil. Nesse período houve um esforço sem precedentes da economia brasileira que só conseguia pagar os juros da dívida externa impactando internamente na hiperinflação e na estagnação econômica. Com a vinda dos anos 1990 o Brasil continuava com baixa dinâmica industrial nacional e pagando a dívida externa, todavia houve mudanças econômicas como planos recessivos de ordem neoliberal (Plano Collor e Plano Real), que pararam a inflação via paridade artificial do câmbio, elevando a taxa de juros e liberando a economia, tornou a bolsa de valores um paraíso para a especulação financeira e a economia brasileira um grande negócio para os capitais especulativos de curto prazo. Nesse período há um afastamento da economia por parte do Estado brasileiro, abrindo espaço pra a terceirização, privatizações e parcerias, limitando as ações do Estado como regulador da economia, liberando a ação do capital privado no mercado nacional. O Plano Real foi o marco para uma nova política econômica com ampla sustentação, que estancou um círculo vicioso

---

<sup>4</sup> Os Estados Unidos contam com 14 fabricantes, a Alemanha e a Itália 12 cada uma, e a Espanha 11, apud BOTELHO.

advindo das décadas anteriores. A ampla emissão de títulos da dívida pública com taxas de juros elevadas, conduziram a economia nacional à uma hiperinflação, aumentando cada vez mais a dívida externa, aumentando sucessivamente o valor dos títulos públicos, com mais juros e mais dívida. Esse vicioso ciclo mantinha a economia brasileira em constante crise, em outras palavras, as empresas repassavam os dólares de suas exportações para o governo, comprando títulos da dívida pública que o governo emitia. Mas para manter esta operação constante, o governo tinha que desvalorizar cada vez mais a moeda e ofertar com juros elevados esses títulos, aumentando esse cenário vicioso. O resultado dessas operações foi o desaparecimento da moeda local como reserva de valor, conservando somente o dólar, ou seja, o controle da economia brasileira estava em mãos de grandes grupos nacionais enriquecidos e do capital financeiro internacional conduzido pelo FMI. O remédio foi criar uma extrema política recessiva para aumentar as importações. Passou-se então, a privatizar a seguridade social, desregulamentar a força de trabalho, privatizar estatais, equiparar o câmbio artificialmente e terminar com os subsídios e fomentos à agricultura e às indústrias nacionais. As críticas apresentadas ao modelo de substituição de importações serviram para sustentar as mudanças inseridas na economia brasileira. Entre outras, a falta de competitividade, ineficiência estatal e uma tendência as empresas a autarquia. Esse modelo já era criticado por analistas e pesquisadores desde a década de 1970, por causa dos problemas apresentados como: a baixa competitividade da indústria nacional em tecnologia, baixa produtividade da mão de obra, atraso em desenvolvimento e pesquisa tecnológica, um leque de exportações baseados na desvalorização cambial e falta de poupança interna para custear os financiamentos de longo prazo. Os defensores neoliberais ao apresentar tais críticas, as fizeram com maior peso ideológico do que fundamentação técnica. O Plano Real tornou-se o maior sucesso neoliberal, pois conquistou a estabilidade, principalmente, na securitização das estatais nacionais. Quatro pilares básicos foram apontados pelos técnicos.

- a) A paridade do câmbio com o dólar deveria levar ao aumento da produtividade da indústria nacional tornando-se efetivamente mais competitiva, estimulando a entrada do capital estrangeiro;
- b) Os preços estabilizados possibilitavam o cálculo ao longo prazo, incentivando o planejamento e aumentando os investimentos privados;
- c) O câmbio artificial com sua liberalização controlada estimulou o desenvolvimento da economia nacional. O controle gerou uma previsibilidade atraindo a “poupança externa”.

- d) As privatizações e a entrada do capital estrangeiro removeriam pontos de estrangulamento da economia nacional que impediam o desenvolvimento econômico, melhorando a eficiência de oferta, baixando custos nas indústrias de base e, conseqüentemente, produzindo um custo menor nas indústrias de ponta nacionais com uma melhor infraestrutura.

O capital produtivo nacional, mesmo com esses quatro pilares, continuou a sofrer conduzindo o cenário econômico para uma situação perigosa, pois os juros altos e a valorização artificial do câmbio afetavam diretamente a produção nacional implicando em desemprego insustentável, encolhimento das cadeias produtivas devido a importações predatórias, inibição das exportações, elevada participação do capital estrangeiro no capital doméstico, desequilíbrio da economia com aumento da dívida externa e interna, jogada negativa no desenvolvimento da economia nacional, impedimento do crescimento econômico e da capacidade de gerar empregos e com tudo isso a economia nacional passou a ser controlada pelo capital especulativo internacional ficando nas mãos dos especuladores, pois uma simples declaração política ou vésperas de eleições são situações para esses capitais sentirem-se desprotegidos evadindo-se e jogando crise nas economias dos países periféricos, pois aumenta o risco país, dispara o câmbio e a crise se aprofunda.

CARNEIRO (2002) afirma que tais problemas acontecem na medida em que uma economia aberta a relação taxa de juros e câmbio são complexas, com uma economia nacional de passivo externo alto com dificuldades em aumentar as transações correntes por incompetência de gerar um saldo significativo em sua balança comercial, levando investidores a uma incerteza entre manter seus recursos em moedas locais ou em divisas estrangeiras. Do ponto de vista hierárquico, a moeda mais estável mantém uma certa hegemonia que é disputada imperialisticamente. Os capitais estrangeiros se mantêm no Brasil, em dólar, porém qualquer instabilidade, ele retira-se, provocando a imediata desvalorização da moeda do país. Tal situação leva a uma intervenção do Banco Central (BC) no câmbio, segurando as cotações. Novamente, um novo círculo vicioso se forma, intervindo na economia e esgotando as reservas cambiais o Banco Central (BC) aumenta as taxas de juros oficiais do país, há um descrédito na moeda local, o que gera uma simpatia do FMI, mas desagrade o capital produtivo nacional tornando o governo paciente do seu próprio tratamento, pois a queda de tais taxas provoca alívio no crédito e uma inferência pressão de preços, impulsionando o

componente de demanda da inflação e aumentando também a parte da dívida interna em dólar.

MIRANDA (2001) aponta o caminho percorrido pelas empresas brasileiras nos anos 1990. Segundo o autor esse período foi constituído por

[...] importante ponto de inflexão na trajetória evolucionária das empresas no Brasil. A intensificação da concorrência entre empresas, países e blocos comerciais redesenhou as estratégias de crescimento, a organização interna das empresas, as relações entre firmas individuais e entre seus proprietários e administradores. Tais transformações estão ainda em curso, resultando em mercados em constantes mudanças, novas tecnologias, redefinições patrimoniais e das relações entre mercado e Estado (MIRANDA, 2001).

Esse processo propiciou uma maior concentração nos negócios, desenvolvendo alguns setores mais que outros, privatizações, compras, vendas e incorporações deram mais agilidade ao mercado acelerando o crescimento da indústria e serviços no país. Ainda na primeira metade da década de 1990 os ajustes estratégicos iniciados tiveram que ser revistos e uma reestruturação mais acentuada foi feita que segundo o autor baseou-se em quatro eixos básicos:

Concentração seletiva de atividades nas áreas de maior competência, redução dos níveis de integração vertical com ampliação do conteúdo importado de partes e componentes; reorganização e compactação dos processos e layouts de plantas; e redução das hierarquias e níveis organizativos das empresas, o que teve como contrapartida maior profissionalização da gestão empresarial (MIRANDA, 2001, p. 18).

A indústria brasileira tem vivenciado, nos anos 90, um processo significativo de mudanças impulsionado pelo processo de liberação comercial, Programa de Qualidade e Produtividade, processo de privatização, desregulamentação da economia e difusão de novas técnicas gerenciais de produtivas. O aumento marcante de produtividade que a indústria vem apresentando constitui uma das consequências dessas mudanças (BONELLI e FONSECA, 1998, p 01).

SILVA (2002) faz uma análise das empresas nacionais na reestruturação da indústria nos anos 90 com o objetivo de situar essas empresas no contexto das transformações ocorridas na economia ao longo desse período e sua contribuição para os resultados da balança comercial. Em diálogo com autores como SAMPAIO e NARETTO (2000); CARNEIRO (2000); LAPLANE et al (2000); ERBER (2001) e MIRANDA (2001) apresentam a abertura comercial e o regime macroeconômico induzidos a adaptações por parte das empresas industriais, ora por força da organização, ora por necessidade tecnológica. Nessa evolução

econômica ao longo desse período no país as empresas tiveram a necessidade de adotar ajustes em quatro pontos principais:

Concentração seletiva de atividades nas áreas de maior competência, redução dos níveis de integração vertical com ampliação do conteúdo importado de partes e componentes; reorganização e compactação dos processos e layouts de plantas; e redução das hierarquias e níveis organizativos das empresas (MIRANDA, 2001, p. 18, apud SILVA, 2002, p. 49).

Nas diversas atividades industriais do país, algumas foram mais atingidas que outras. Gerando uma resposta diferente de acordo com o setor industrial correspondente. Tais transformações que ocorreram na economia brasileira mudaram a estrutura vigente o que demonstrou uma melhor capacidade de adaptação as empresas de maior porte, em destaque para as multinacionais, que com o aporte de capitais estrangeiros e acesso as suas tecnologias advindas de suas matrizes enfrentaram melhor as mudanças que estavam ocorrendo no Brasil. Algumas das empresas nacionais e de menor porte não obtiveram êxito em razão da falta de recursos e capacidade de mudanças em busca de eficiência no processo produtivo em transformação não sobrevivendo aos impactos fortes resultantes do processo de reestruturação econômica, em transição, para uma economia aberta que instalava no país de forma rápida. A abertura comercial intensificou a competição internacional junto aos mercados globalizados expondo as empresas nacionais e sua estrutura produtiva interna. Essas dificuldades das empresas nacionais, principalmente a capacitação tecnológica e a obtenção de escalas mais competitivas, possibilitariam uma melhor equivalência aos padrões internacionais de produção, almejando melhores produtividades e qualidade, fizeram com que muitas empresas fechassem.

Por outro lado, as empresas nacionais que conseguiram fazer as mudanças necessárias, adotaram medidas para enfrentar a concorrência com as empresas estrangeiras. A renovação tecnológica através de novas máquinas e equipamentos para a melhoria da produção, adequação das linhas de produção e produtos para atingir melhor rendimento em competitividade com os estrangeiros. E a redução dos níveis de emprego diretos, formaram um novo modelo econômico industrial nacional na década de 90. Muitas empresas optaram pela terceirização de mão-de-obra como forma de redução de custos na produção, junto a uma política de importação de máquinas e equipamentos com alta tecnologia.

Em 2010 o IPEA divulgou um texto para discussão intitulado “O Brasil em quatro décadas”. Neste texto, estão apresentados dados sobre a inserção internacional da economia brasileira – 1960-2000. O processo de desenvolvimento, que envolve a redução significativa

do atraso econômico e social dos países periféricos em relação aos países centrais, depende, essencialmente, de estratégias domésticas promovidas pelos Estados nacionais em articulação com os capitais públicos e privados. Porém, diante de enormes assimetrias predominantes em âmbito mundial – de controle sobre a moeda e as finanças, de geração e difusão do progresso técnico e de poder militar –, esses projetos de desenvolvimento nacionais ficam fortemente condicionados, em cada momento histórico, pelas condições prevaletentes na geopolítica e na geoeconomia internacional. (IPEA, 2010, p. 9)

O Brasil soube segundo os autores reagir economicamente e manter sua reestruturação econômica, “após a acentuada desvalorização cambial de 1999 e diante das frustrações renitentes com o fraco desempenho econômico brasileiro, as empresas passaram a adotar estratégias exportadoras mais ativas, mediante esforço comercial e de rearranjo da distribuição das linhas de produção entre as filiais das corporações multinacionais. Em alguns casos, a escala do mercado interno e/ou a especialização, derivadas da dinâmica deste mercado, também implicaram atividades exportadoras, inclusive bens tecnologicamente mais elaborados. Assim como as firmas, a política externa adotada pelo governo brasileiro, principalmente a partir de 2003, também passou a dar maior importância à promoção das exportações, bem como a buscar maior diversificação geográfica de destinos das mesmas, privilegiando grandes mercados do mundo em desenvolvimento. Dessa forma, houve ampliação das vendas de produtos manufaturados de maior valor agregado, tais como autopeças, chassis, automóveis, tratores, aviões, bens de capital, móveis e eletroeletrônicos”. (IPEA, 2010, p. 13)

Por fim, lembramos que depois de quase três décadas de crescimento econômico lento e acirramento das fraturas sociais a partir do começo da primeira década do século XXI, a combinação de fatores externos, com a intensificação de políticas estatais para ativar as capacidades ociosas e novas capacidades o Brasil e o setor industrial vem apresentando índices que tendem a recuperar parte do tempo e das energias perdidas (tabela 11).

**Tabela 11** - Brasil: índice de emprego: ano base 1999 = 100

<b>Setor</b>	<b>2000</b>	<b>2009</b>
<b>Geral</b>	94,26	134,23
<b>Indústria manufatureira</b>	83,54	113,09
<b>Comércio</b>	101,14	162,95
<b>Serviços</b>	100,21	143,87

Fonte: CEPAL. Informe estatístico da economia brasileira. 2011. Organização: César Martins

### **2.3 A lógica discursiva do uso do território na indústria da pesca e sua conotação na FES**

No caso das fábricas de pescados do município do Rio Grande, o uso do território através do processamento do pescado sustentou por um período uma parcela de trabalhadores e suas famílias. Como exemplo MARTINS (1997) apresenta uma análise do declínio das indústrias de pescado. Entre as décadas de 1980 e 1990, dois terços das indústrias de pescado no Rio Grande foram fechadas e dos cerca de 17.000 trabalhadores do setor no começo da década de 1980, apenas 800 trabalhadores mantinham seus postos de trabalho, produzindo somente peixe salgado e congelado. O autor demonstrou que o resultado do trabalho dos pescadores com a natureza do Estuário da Laguna dos Patos e do litoral adjacente, materializado nas diferentes espécies de pescado, configura um dos momentos da realização do valor em múltiplas escalas. Por essa razão já se torna motivo de estudo e análise acadêmica.

Os indícios da lógica discursiva sobre o território foram identificados em trabalhos como o de SANTOS (1996). O parque industrial pesqueiro do Rio Grande formou-se por um conjunto de características locais já descritas no capítulo anterior. Tornou-se uma região concentrada ao longo de um período e perdeu seu status para outras atividades econômicas que [...] a economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas infraestruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população (SANTOS, 2004, p. 140).

Como Milton Santos e Maria Laura Silveira (2004), consideramos a “Guerra fiscal”, guerra dos lugares como fator importante nas mudanças ocorridas no município do Rio Grande. As atividades industriais tem uma disputa exasperada entre os Estados e municípios pela fundação de novos empreendimentos industriais, fábricas e novas unidades ou transferência das já existentes. O complexo portuário riograndino é um exemplo dessa acirrada disputa que atraiu para o Rio Grande do Sul na década de 1990 a General Motors, estabelecendo-se em Gravataí e passando a utilizar o porto do Rio Grande como suporte para suas operações. A escolha do município como novo “Polo Naval” também demonstra a nova concentração que se configura, deixando de lado a importância que foi nas décadas passadas a indústria da pesca. Obras como a extensão dos molhes da barra confirmam a intenção do

Estado Nacional em projetos focados na indústria naval e na movimentação de containers com navios cada vez maiores.

Embora algumas indústrias pesqueiras estejam com seu registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ativo, parte delas se encontram momentaneamente paradas ou parcialmente trabalhando. Pois a indústria da pesca apesar dos esforços de seu empresariado continua com dificuldades de incentivos estatais para novos investimentos como destaca a reportagem do Jornal Agora<sup>5</sup>:

Comitiva formada por Albano Gonçalves Oliveira Filho (Presidente Sindpesca), Paulo Edison Mello Pinho (diretor Sindpesca) e Torquato Pontes Neto reúnem-se com o presidente da Caixa RS (Rodolfo Hartmann) e deputado Sandro Boka para solicitar incentivos (Agora, 07-05-2009, p. 3).

Outro problema é a fiscalização ambiental e trabalhista nas fábricas que afeta diretamente o beneficiamento do pescado. Como demonstra a reportagem do Jornal Agora:

Fechamento de indústria de pescado na Rua D. Pedro I por não possuir unidade de tratamento de efluentes pelo batalhão de Polícia Ambiental (Agora, 24-07-2008, p. 7)

A preocupação com a diminuição de postos de trabalho no setor pesqueiro e por consequência uma maior vulnerabilidade da população mais carente no município, levou a prefeitura a encaminhar projeto de auxílio ao setor conforme demonstra a reportagem do Jornal Agora:

Prefeitura Municipal do Rio Grande entrega no Ministério da Pesca e Aquicultura projeto de R\$ 4,6 milhões para recuperação de trapiches, construção de fábrica de gelo, câmara de estocagem na 4ª Seção da Barra (Agora, 17-08-2009, p. 10).

Para realizar um diagnóstico dos locais que operam com pescados, principalmente aqueles que manipulam o produto, fazendo o corte, a Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria Municipal da Pesca em conjunto com a Vigilância Sanitária coordenaram no mês de outubro de 2009 um levantamento em diversos imóveis na cidade. O resultado apresentou pessoas trabalhando em situação irregular com o pescado *in-natura*.

Destaca o jornal Diário Popular

“O presidente executivo do Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG), Paulo Edson Pinho, observa que a indústria pesqueira local continua na mesma, ou seja, operando com taxa de ocupação muito baixa, em função das restrições de matéria-prima. Filiadas ao Sindipesca existem 13 indústrias, sendo uma em Pelotas, outra em

---

<sup>5</sup> Jornal diário fundado em 20 de setembro de 1975, Rio Grande – RS, de propriedade de Organizações Risul Ltda.

São Lourenço e 11 em Rio Grande. Além delas, tem um número considerável de fabriquetas na informalidade” (Diário Popular, 06-05-2010, p. 5)

O que nos remete a seguinte pergunta: “Qual a atual situação do parque industrial pesqueiro da cidade do Rio Grande”?

### 3 AS ATIVIDADES DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PESCADO EM RIO GRANDE

No capítulo anterior foram apresentados alguns dos debates sobre as reestruturações a partir da década de 1990 e insistimos na ligação com a formação social brasileira e nas especificidades do local como uma das variáveis para entender a dinâmica social.

Os indícios de reorganização da atividade industrial pesqueira em Rio Grande foram identificados em trabalhos como o de BARBOSA (2000, p. 49) que constatou que o município para manter a produção e reprodução dos seus agentes sociais, tornou-se um grande entreposto de pescado, pois, esta é a lógica do momento, dar velocidade a produção, mesmo que esta ultrapasse os limites municipais, com a modernização dos meios de transporte isto foi possível, portanto, a comercialização do pescado *in-natura* substituiu em parte o beneficiamento do mesmo.

Para fins de retomada da estruturação do parque industrial localizado em Rio Grande ao longo do tempo, o quadro 5, faz uma síntese baseada nos documentos localizados na pesquisa.

**Quadro 5** - Rio Grande-RS: empresas registradas como fábricas de pescado em diversos anos

Nome e ano de fundação (a)	1941(b)	Décadas 1950-1960 (c)	Década de 1970 (d)	Década de 1980 (e)	1994-1995 (f)	Observações e situação em 2009-2010
Cunha Amaral (1876)	X	X	X	X	X	Falida. Hoje Asiamerica Indústria e Comércio de Pescados Ltda.
Leal Santos (1889)	X	X	X	X	X	Beneficiamento do atum.
Fábrica de Conservas Alimentícias Souto (1923)	X	X	X	X		Falida.
Fábrica de Conservas Triunfo – Figueiredo (1936)	X	X	X	X		Falida.
Fábrica Almeida-Manoel Pereira de Almeida (1913)	X	X	X	X		Falida. Hoje Asiamerica Indústria de Comércio de Pescados Ltda.
Fábrica de Conservas Ideal-Ponte, Ayres & Cia.(1938)	X					Desativada. Porém, no antigo prédio há produção de gelo por captação de água subterrâneo.
Fábrica de Conservas Eduardo Balester (1923)	X	X	X	X		Fechado.
Fábrica de Conservas Alimentícias- Firma Galo (N/I)	X					Fechado.

**Quadro 5** - (continuação) Rio Grande-RS: empresas registradas como fábricas de pescado em diversos anos

Nome e ano de fundação (a)	1941(b)	Décadas 1950-1960 (c)	Década de 1970 (d)	Década de 1980 (e)	1994-1995 (f)	Observações e situação em 2009-2010
Firma Abel Dourado (1931)	X			X		Fechado.
Empresa Luiz Lorea (N/I)	X					Fechado.
Firma Marcos & Pinho	X					Fechado.
Ind. Brasileira de Peixe-Pescal (1942)		X	X	X	X	Alterou sua razão social para Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Operando em descarga. Produção pequena: 10.000 kgs p/mês e estocagem de carne suíno e frango para mercado comum europeu e Ásia. Entrepasto de pescado.
Torquato Pontes S.A.		X	X	X	X	Preparação de pescado; fabricação de farinha de peixe e salgamento de pescado.
Furtado e Cia. (1943)		X	X	X	X	Fechou. Parte das instalações arrendadas para TS Pescados em 2006.
J.G.Siqueira e Filhos S.A.- Joqueira (1958)		X	X	X		Captação de água subterrânea e produção de gelo.
Wigg S.A. Com. E Indústria		X	X			Fechado.
Albano de Oliveira e Irmão Ltda (1953)		X	X	X	X	Desativado entre 1997/1998.
FR Amaral e Cia. Ltda		X	X	X		Desativado. As antigas instalações são uma das <i>fishes</i> urbanas do município com 53.338,53m <sup>2</sup> em estado de degradação.
Napesca Ltda		X				Desativado.
Dourado e Cia		X	X			Desativado. As antigas instalações são uma das <i>fishes</i> urbanas do município com 6.048,56m <sup>2</sup> em estado de degradação.
Paulo Faria e Cia. Ltda		X				Fechado.
Brasilpes Ltda		X				Fechado.
Frigorífico Anselmi		X	X	X		Desativado. As antigas instalações são uma das <i>fishes</i> urbanas do município com 9.574,93 m <sup>2</sup> em estado de degradação.
Schneider Matte e Cia. Ltda		X				Fechou. O prédio foi ocupado pela Promar Pescados S.A.
Rio Grande Produtos Alimentícios (1954)		X	X	X		Produção parada.

**Quadro 5** - (continuação) Rio Grande-RS: empresas registradas como fábricas de pescado em diversos anos

Nome e ano de fundação (a)	1941(b)	Décadas 1950-1960 (c)	Década de 1970 (d)	Década de 1980 (e)	1994-1995 (f)	Observações e situação em 2009-2010
Alimentos Supergelados		X				Varejão Pescal (comércio varejista).
Farimpesca Ind.Pescado Ltda			X			Fechado.
Ind. Riograndense de Pescado (ISAPEIXE)- 1967			X			Fechado.
SOPESCA Ltda			X			Fechado.
Jean Lacombe			X			Defumação. Produzia caviar de ovas de peixes do litoral gaúcho. A Leal Santos comprou a marca. Fechou.
Promar Pescados S.A. (1964)			X	X	X	Só encontra-se o prédio.
NilmarSul Ltda (1976)				X	X	Produz para o mercado comum europeu.
Redentor Ind.Comércio de Pescado S.A.				X		Fechado.
Ind. Charrua de Pescado Ltda				X		Fechado.
Marsilva Ltda (1971)				X	X	Em operação.
Atlantis Ltda (1978)				X		Fechado.
Domar Ltda				X		Fechado.
Pesqueira Nacional S.A.- PENASA (1984)				X	X	Falida.
Cia. Mista de Pesca Nipo-Brasileira				X		Fechado. Prédio foi demolido.
Atlântica Pescado S.A.				X	X	Fechado.
Guanapesca Ind. e Comércio				X		Fechado.
Junção Ind. e Comércio				X		Fechado. Prédio arrendado. Recebendo peixe fresco.
Comercial Discon S.A.				X		Não existe em Rio Grande.
Jahu Ind. e Com. de Pescado (1976)				X	X	Hoje Super Pier. Operando. Entrepasto de pescado.
Total de empresas que industrializavam pescado	11	21	21	29	12	(Apenas duas como entreposto de pescado: Pescal e Super Pier)

Fontes: (a) Foram mantidos os nomes comerciais e as datas de fundação das empresas com apresentados nas fontes citadas. Nos casos em que foi possível a consulta na Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS) as datas de fundação e de fechamento são da instituição. As datas de fundação (b) TORRES, Luiz Henrique. Águas de Maio: a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: FURG/Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, 2011, p. 24-28. (c) BARCELLOS, Boaventura N. Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul. P.Alegre: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1966. (d) MA/SUPEDE/. Avaliação das indústrias pesqueiras do estado do Rio Grande do Sul (1975-1976). Brasília, 1978 (série Documentos Ocasionais nº 28. (e) CENTRO DE INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE. Perfil da Indústria Pesqueira do Rio Grande. Rio Grande, março de 1980; MA/SUDEPE. Diagnóstico do setor pesqueiro do Rio

Grande do Sul. Rio Grande, maio de 1988. (f) FIERGS. Cadastro Industrial/RS, 1994/1995.P.Alegre, 1996. Organização: César Martins e Marco Renner

No período 1994-1995 estavam operando legalmente 12 unidades fabris na salga e congelamento do pescado no município do Rio Grande. As atividades de resfriamento, enlatamento, farinha, óleo e gelo deixaram de ser praticadas em relação à década de 1980.

**Tabela 12** - Rio Grande - Indústrias de pesca operando legalmente entre 1994 e 1995

Nome	Ano de Fundação	Endereço	Número de empregados	Situação em 2009-2011
Albano de Oliveira Sobrinho & Cia. Ltda.	1953	Gal. Canabarro, 154	90	Desativado entre 1997/1998.
Atlantis Ind. E Com. de Pescado Ltda.	1978	Atlantis, 241, Bosque Silveira	49	Fechado
Cunha Amaral S/A Ind. E Comércio	1876	Av. Portugal, 262	5	Falida. Hoje Asiamérica Indústria e Comércio de Pescados Ltda.
Furtado S/A Com e Ind.	1943	Av. Portugal, 204	200	Parado
Jahu Ind. Com. de Pescado Ltda.	1976	Visc. De Mauá, 1231	355	Hoje Super Pier. Operando. Entrepósito de pescado.
Leal Santos Pescados S/A	1969	Quarta Secção da Barra	720	Beneficiamento do atum.
Marsilva Imp. e Exp. de Pescado Ltda.	1971	Visc. Mauá, 1297	8	Em operação.
Nilmarsul Ind. Exp. de Pescado Ltda.	1976	Rua dos Dragões, 80	9	Produz para o mercado comum europeu.
Pescal S/A	1942	Mal. Andréia, 268	900	Operando em descarga pescado <i>in-natura</i> . Produção pequena: 10.000 Kgs p/mês e estocagem de carne suíno e frango para o mercado comum europeu e Ásia.
Pesqueira Nacional S/A (PENASA)	1984	Av. Portugal, 286	20	Falida
PROMAR S/A Ind. e Com. de Pescados	1964	Dom Pedro I, 164	101	Só encontra-se o prédio.
Torquato Pontes Pescado S/A	1970	Mal. Andréia, 208	224	Descarga de pescado <i>in-natura</i> . Produção de filé para o mercado comum europeu.

Fonte: Martins, César A. A. Indústria da Pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado, Santa Catarina, UFSC, 2006, p 129.

Embora exista uma preocupação com os níveis de captura do pescado excessivo que diminuem as operações pela falta de peixe, pois os estoques estão diretamente ligados aos fatores ecológicos como a capacidade do ambiente e a taxa de reprodução natural, entre outros, o nível de captura na década de 1940 era de 14.173 toneladas, comparando os totais de pescado desembarcado na pesca artesanal na década de 1950, verificamos que houve um aumento de 42,34%. E continuou aumentando, agora para 30,70% na década de 1960. No final da década de 1970, teve um pequeno declínio de 5,47% (tabela 13).

**Tabela 13** - Rio Grande - totais de pescado desembarcado (em toneladas)

Ano	Pesca Artesanal	Pesca Industrial	Total
1990	18.188	38.339	56.527
1991	22.728	55.381	78.109
1992	21.971	47.597	69.568
1993	16.942	49.797	66.739
1994	19.255	47.529	66.784
1995	18.856	40.731	59.587
1996	13.441	34.302	47.743

Fonte: IBAMA/CEPERG (diversos anos)

Mas há uma inflexão no período da década de 1970. Na primeira metade da década houve comparando com a década anterior (1960) um aumento na captura de 34,70%, chegando a um total capturado de 35.517 toneladas de pescado. Foi o maior volume capturado em todas as décadas até 1996. Tal volume justifica-se pelo conjunto de normas de financiamentos, isenções e incentivos para a construção de estruturas de pesca, transformação e comercialização no país.

Na década de 1980 o volume de capturas foi de 20.580 toneladas, 2,1% a mais que o volume de capturas da década de 1950! Comparando a década de 1980 com a década de 1990 até o ano de 1996, tivemos um declínio da captura de 34,69%, chegando a 13.441 toneladas capturadas até então.

Mas quando comparamos o volume de capturas da década de 1940 de 14.173 toneladas e os de 1996 de 13.441 toneladas, observa-se que os volumes descarregados são semelhantes e as vezes um pouco menores ou maiores ao longo dos períodos, ou seja, parece não faltar peixe para as indústrias! A pergunta que se estabelece então é:

Para onde vai o peixe?

Observa-se que o período de 1994-1996 parece encerrar-se um ciclo com o fechamento de empresas como a Pescal e Atlantis. A segunda<sup>6</sup> começou suas atividades no ano de 1978 no ramo de comércio de pescado e seus derivados, gêneros alimentícios em geral por atacado e varejo. Em sua composição societária, dos três sócios, dois eram sócios da Distribuidora Caxiense de Pescado Ltda., os senhores Alcides Frizzo e José Darcy Carletti. A Distribuidora Caxiense começou suas atividades em 1965, na cidade de Caxias do Sul, também no ramo de comércio de pescados e seus derivados. Em 1974 seu sócio Alcides Frizzo retira-se da sociedade, para mais tarde, em 1978, com seu irmão Paulo Luiz Frizzo abrir a empresa Atlantis – Comércio de Pescados Ltda.

Em julho de 1989 a empresa passa a se denominar Atlantis Indústria de Comércio de Pescado Ltda., alterando sua composição societária com a inclusão de novos sócios, os senhores Odir João Forner e Nestor Roncada proprietários também da Distribuidora Caxiense de Pescado Ltda. Nessa mesma alteração contratual, é admitido na sociedade da Atlantis, a própria empresa Distribuidora Caxiense de Pescado Ltda., compondo novo quadro societário. O motivo da inclusão torna-se claro na alteração contratual da empresa de Caxias do Sul. Em outubro de 1989 a Distribuidora Caxiense muda seu objetivo social para: **industrialização e comercialização de pescado e seus derivados – comercio de gêneros alimentícios em geral – importação e exportação dos mesmos** (grifo meu); abate, industrialização e distribuição de carnes, bovinas, ovinas, suínas e seus derivados; abate, industrialização e distribuição de aves e seus derivados. Nesse período a empresa já possuía três filiais: uma na capital Porto Alegre, na Avenida Viana, nº 42, bairro São Geraldo; outra em Caxias do Sul, à Rua Pinheiro Machado, nº 2083, sala quatro, e, em Itajaí, estado de Santa Catarina, à Rua Roque Bosco, nº 65, fundos, bairro São Vicente.

A Atlantis Indústria e Comércio de Pescado Ltda., em sua alteração contratual de julho de 1989 apresenta duas empresas que compõe as filiais da Distribuidora Caxiense: a de Porto Alegre, na Avenida Viana, nº 42 e a de Caxias do Sul, à Rua Pinheiro Machado, nº 2083 e uma terceira filial na cidade de Itajaí – SC, à Rua Alfredo Eicke Junior, nº 650, 1º Distrito industrial, explorando a ramo de captura, industrialização, comércio, importação e exportação de pescados em geral, comércio de gêneros alimentícios em geral, transportes por via rodoviária e prestação de serviços em manipulação de pescados. O objetivo da empresa passa a ser além da industrialização e comercialização de pescados e seus derivados; comércio de gêneros alimentícios em geral por atacado e varejo, a **importação e exportação; o**

---

<sup>6</sup> Atlantis - Comércio de Pescado Ltda. Conforme registro nº 432.000.484 61 Junta Comercial do Rio Grande do Sul, dez/1978.

**transporte por via rodoviária, lacustre e fluvial dos mesmos; representação, armazenagens e prestação de serviços de manipulação de pescados (grifo meu).**

Em janeiro de 1990, na alteração contratual da Distribuidora Caxiense de Pescado Ltda., no 8º item, apresenta-se a Atlantis Indústria e Comércio de Pescado Ltda., como uma filial de número quatro, à Rua Atlantis, nº 241, sala 02, bairro Bosque Silveira, Rio Grande – RS.

A Atlantis Indústria e Comércio de Pescados Ltda., em sua alteração contratual de julho de 1990 apresentava o seguinte quadro societário: Irineu Peccini, Odir João Forner, Nestor Roncada e Distribuidora Caxiense de Pescados Ltda., representada por seu sócio-gerente Odir João Forner.

Na alteração contratual de julho de 1990, a Distribuidora Caxiense de Pescado Ltda., retira-se da sociedade, cedendo suas cotas para os sócios: Odir João Forner e Nestor Roncada, passando a empresa Atlantis ter um nova composição do capital social: Irineu Peccini, Odir Forner e Nestor Roncada. Fecham-se as filiais de Porto Alegre, Caxias do Sul e Itajaí, estado de Santa Catarina.

Em nova alteração contratual, em novembro de 1990, a Atlantis constitui uma filial em Caxias do Sul, à Rua S. José, nº 2314, apto 51, bairro Pio X. Nessa mesma alteração o sócio Nestor Roncada adquiri parte das quotas de capital de Odir João Forner, passando a sócio majoritário da empresa Atlantis Indústria e Comércio de Pescado Ltda. Em última alteração contratual, em janeiro de 1994, retira-se da sociedade Irineu Peccini, cedendo suas quotas para Nestor Roncada, que se mantém como sócio majoritário. O novo quadro societário fica composto por Nestor Roncada e Odir João Jorner.

A empresa Atlantis Indústria e Comércio de Pescado Ltda. (figura 12), em suas atividades mantinha um registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Serviço de Inspeção Federal, sob o nº 3010. Esse registro continua ativo, mas em nome de outra empresa, a J. S Captura e Comércio de Pescados Ltda., à Rua Arnaldo Lopes Gonzaga, nº 493, bairro de Imarui, cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina. Seu registro foi efetivado em 15/09/2003, através do processo nº 21050.003632/2000-18, autorizada a exportar os seguintes produtos: miúdo de peixe congelado; miúdo de peixe seco; peixe eviscerado fresco e peixe fresco.

A fábrica de pescados Atlantis foi baixada de ofício, pela Receita Federal do Brasil, seu cadastro nacional de pessoa jurídica, através da lei 11.941/2009, art. 54, por inaptidão, ou

seja, tendo sido declarada inapta não tenha regularizado sua situação nos 5 (cinco) exercícios subsequentes, retroativos a 31/12/2008.

Em 07/04/1994 a Atlantis Indústria e Comércio de Pescado Ltda. sofre uma execução fiscal no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no valor da ação de R\$ 107.611.657,54 (cento e sete milhões, seiscentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

A empresa foi declarada como massa falida pelo Diário Oficial da União do dia 19/04/2002, decisão DECIF/DICAM-2001/75, de 11/6/2001. Penalidade: multa pecuniária no valor de R\$156.869,55 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Processo 9900965076.

**Figura 12** - Embalagem do pescado processado pela Atlantis do Rio Grande para a Distribuidora Caxiense de Pescados de Caxias do Sul.



O reflexo direto das demissões ocorrida nas fábricas foi à diminuição do número de trabalhadores formais registrados no RAIS conforme tabela 14. Outro reflexo direto foi o da economia do município, com a redução destes postos de trabalho o recolhimento de impostos diretos e indiretos, a diminuição do consumo no comércio, entre outros. De 1995 para 2010 o número total de trabalhadores diminuiu em 59,02% sendo que desse total houve uma diminuição de 53,46% de homens e 62,78% de mulheres. Outro aspecto relevante é que o número de trabalhadores homens e mulheres chegaram a uma pequena diferença, apenas de

15,41% a mais de mulheres em 2010 quando em 1995 era de 47,83% de mulheres trabalhadoras nas fábricas de peixe.

**Tabela 14** - Rio Grande - empresas, trabalhadores e seus gêneros na classe de preparação e preservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos (1995-2010)

Ano	Número de Firmas	Trabalhadores (total)	Total de Homens	Total de Mulheres
1995	17	3829	1545	2284
1996	17	2255	939	1316
1997	15	2593	909	1684
1998	16	1726	648	1078
1999	15	1915	711	1204
2000	13	1741	692	1049
2001	16	2352	934	1418
2002	17	1759	809	950
2003	16	1865	852	1013
2004	18	2789	931	1858
2005	22	2132	747	1385
2006	30	2574	925	1649
2007	26	2256	889	1367
2008	25	1877	808	1069
2009	19	1734	728	1006
2010	21	1569	719	850

Fonte: MARTINS, C.A.A. 2006. (tese de doutorado em Geografia), p. 139. Atualizado por Geógrafo MSc. Luciano Marin Lucas – NAU/FURG com base no Banco de Dados on-line do RAIS.

Conforme dados da RAIS, uma das consequências locais, além do fechamento das fábricas é a redução dos postos de trabalho dos cerca de 17.000 nos finais da década de 1980 (CIRG, 1980), para 2.284 em 1995, atingindo principalmente as mulheres<sup>7</sup>. O número de trabalhadores (as) continuou a decair na década de 1990. Os dados demonstram (tabela 15) que em 1997 o estado do Rio Grande do Sul superava os estados de Santa Catarina, São Paulo e outras unidades da federação perdendo somente para o estado do Rio de Janeiro em número de postos de trabalho. Com a perda de constantes posições para o estado vizinho, Santa Catarina, chegou ao final da primeira década do século XXI com apenas 1.687 postos de trabalho no setor, equivalendo a 10,5% da fatia de todo o território nacional.

<sup>7</sup> Dados do RAIS. Não foram identificadas publicações sobre o trabalho das mulheres nas fábricas de pescado no Brasil. A professora Dra. Susana Silva da FURG vem realizando pesquisas sobre o tema.

**Tabela 15** - Brasil - trabalhadores no setor de preparação e conservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos – 1997/2010

Unidade Federada	1997		1998		1999		2000		2005		2007		2010	
	n°	%	n°	%	n°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
<b>Santa Catarina</b>	1.907	15,6	2.469	27,4	4.963	32,6	2.950	29,5	3.949	32,6	4.439	33,8	4.304	26,8
<b>Rio Grande do Sul</b>	2.756	23,9	1.898	21,1	2.839	18,6	1.881	18,8	2.273	18,8	2.420	18,5	1.687	10,5
<b>São Paulo</b>	914	7,6	763	8,5	1.134	7,5	837	8,4	867	7,2	1.026	7,8	1.572	9,8
<b>Rio de Janeiro</b>	4.753	39,5	2.191	24,4	2.681	17,6	2.267	22,7	1.647	13,6	482	3,7	854	5,3
<b>Outras UF</b>	1.688	14,4	1.674	18,6	3.603	23,7	2.066	20,6	3.378	27,9	4.747	36,2	7.630	47,5
<b>Brasil</b>	12.018	100	8.995	100	15.220	100	10.001	100	12.114	100	13.114	100	16.047	100

Fonte: MARTINS, C.A.A. (tese de doutorado em Geografia). p. 189. Atualizado por Geógrafo MSc. Luciano Marin Lucas – NAU/FURG com base no Banco de Dados *on-line* do RAIS.

Em uma breve análise particular da indústria da pesca podemos destacar autores como GIULIETTI e ASSUMPCÃO (1995) que afirmam que o Brasil ganha em competitividade quando se trata da qualidade do produto, pois exporta não só produtos de qualidade, mas também produtos finos. Todavia, devido ao elevado preço do óleo diesel, principal insumo usado na captura, notadamente na do camarão rosa e peixes finos, os seus custos aumentam, ficando em desvantagem perante a concorrência internacional.

SCHMITT e MAÇADA (1997) apresentam um esforço em apurar como a indústria criou estratégias para competir no mercado. Já em sua introdução destaca a grave crise dos últimos 20 anos que comprometeram a sobrevivência das empresas nacionais em relação às empresas estrangeiras. Tal desvantagem fez com que o Brasil passasse de exportador para importador de pescado no final do século XX, conforme dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em 1998 o déficit da balança comercial da pesca brasileira era de -333,00 milhões de US\$, em 1999 de -150,10 milhões de US\$ e no ano 2000 de -58,80 milhões de US\$. Outro problema é a queda da atividade, do emprego e o próprio déficit na balança comercial de produtos pesqueiros. Com a abertura do mercado brasileiro, a indústria nacional não conseguiu preços competitivos nem mesmo para o mercado interno e muito menos para o externo. A Argentina e Uruguai, que há pouco produziam quantidades de pescado inferiores a

do Brasil, tornaram-se fornecedores para a indústria brasileira. A principal causa para essa inversão é o elevado custos dos insumos. A diferença de preço do óleo diesel de US\$ 360 a tonelada no Brasil para um preço médio internacional de US\$ 260 a tonelada mostra a dificuldade dos armadores brasileiros, pois o combustível representa 40% do custo de produção. Não havendo dessa forma concorrência equilibrada com os países do Mercosul, onde o combustível é subsidiado.

Outro ponto em desequilíbrio é a falta de incentivos de redução de impostos na importação e exportação, para aquisição de equipamentos, linhas de créditos para renovação de frota industrial que não ocorrem no Brasil. A importância da competitividade está nos mercados no mundo inteiro. Torna-se preocupação para todos os empreendimentos e empresários dos mais variados setores da indústria. A globalização de mercados, novas tecnologias elevaram a grau de qualidade de produtos e serviços. Nesse sentido os domínios do conhecimento das atividades propostas pelas empresas do setor são de fundamental importância para traçar estratégias competitivas, utilizando habilidades e competências, identificando a dinâmica da concorrência. Cada setor da indústria desenvolveu em seu ambiente econômico o qual está inserida uma forma de atuação no mercado. O sucesso competitivo depende da criação e sustentação de vantagens, onde cada empresa esforça-se para obter um ou mais atributos que a diferenciem das demais. Os autores demonstram suas preocupações com a estratégia competitiva que visa estabelecer uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a concorrência.

Qual o quadro da última década? As empresas que industrializam pescado serão aqui chamadas de fábricas de peixe. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divide em quatro categorias: Entrepasto Frigorífico (EF1); Entrepasto de Pescados (EP1); Fábrica de Pescados (FCP); Fábrica de Conserva (FC1) e barco fábrica (BF1).

Conforme o regulamento da inspeção industrial e sanitária de origem animal – RIISPOA, capítulo I, Art. 21,

§ 5º entende-se por “fábrica de conservas” o estabelecimento que industrialize a carne de variadas espécie de açougue, com ou sem sala de matança anexa e em qualquer dos casos seja adotado de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o preparo de subprodutos não comestíveis;

§ 8º - entende-se por “entrepasto de carnes e derivados” o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou

frigorificadas das diversas espécies de açougue e outros produtos animais, dispondo ou não de dependências anexas para a industrialização, atendidas as exigências necessárias, a juízo do D.I.P.O.A;

No Art. 37 – tratando-se de estabelecimento destinados ao recebimento e industrialização do pescado devem satisfazer mais o seguinte:

1 – dispor, nos entrepostos de pescado, de câmaras frigoríficas, para estocagem de pescado em temperatura de  $-15^{\circ}\text{C}$  (menos quinze graus centígrados) a  $-25^{\circ}\text{C}$  (menos vinte e cinco graus centígrados);

2 – dispôs de dependências para inspeção sanitária, recebimento, manipulação, classificação e distribuição do pescado;

3 – dispor de veículos apropriados e isotérmicos;

4 – dispor, quando for o caso, de dependências apropriadas para industrialização.

Parágrafo Único – as fábricas de conservas do pescado obedecerão, ainda, no que lhes for aplicável, às exigências fixadas para os estabelecimentos de carnes e derivados.

O objetivo da dissertação é o estudo das fábricas de peixe segundo os registros oficiais do MAPA. O quadro 6 apresenta as empresas existentes em Rio Grande, divididas nas classes citadas.

SOUZA (2007) apresentou artigo, justificativa para a quebra de inúmeras indústrias pesqueiras. Os produtos da pesca precisam ter mais valor agregado, sobretudo através de novas tecnologias de conservação e processamento, através de investimentos nos barcos para aumentar a eficiência unitária deles, mas deixando constante a capacidade de captura ao retirar unidades de frota obsoletas. Assim como, investimentos na aquicultura, tanto em água doce como marinha, a qual atuaria como sistema de produção alternativo e de complemento à oferta de pescado extrativo. Todavia, seu desenvolvimento deve ser realizado com cuidado para não comprometer a própria sustentabilidade da atividade pesqueira em águas marinhas.

**Quadro 6 - Estabelecimentos registrados no SIF, Rio Grande, 2011.**

<b>SIF</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Logradouro</b>	<b>Classe/Categoria</b>
2083	Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Av. Mal. Andrea, 269	Entreposto Frigorífico – EF1
1240	Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Av. Mal. Andrea, 269	Entreposto de Pescados – EP1
1643	Super Pier Ltda.	Rua Mal.Andrea, 236	Entreposto de Pescados – EP1
1805	Paulo Hepp Pescados Ltda.	Rua Gal.Osório, 474 E 478	Entreposto de Pescados – EP1
2079	Asiamerica Industria e Comércio de Pescados Ltda.	Rua Mal. Deodoro, 1	Entreposto de Pescados – EP1
2085	Torquato Pontes S/A. Comércio e Indústria	Rua Gal. Osório, 258	Entreposto de Pescados – EP1
2759	Indústria e Comércio de Pescados da Ilha Ltda.	Av. Portugal, 286	Entreposto de Pescados – EP1
4360	Mar Alimentos Refrigerados Ltda.	Rua dos Dragões, 85 Parque Princesa Isabel	Entreposto de Pescados – EP1
4592	Gilberto Barella Barreto ME	Rua Visconde de Mauá, 949	Entreposto de Pescados – EP1
948	Industrias Alimentícias Leal Santos Ltda.	4 Seção da Barra s/n. Dist. Industrial	Barco Fábrica – BF1
948	Industrias Alimentícias Leal Santos Ltda.	4 Seção da Barra s/n. Dist. Industrial	Fábrica de Pescados – FCP
241	Torquato Pontes Pescados S. A.	Rua Gal. Osório, 581	Fábrica de Pescados – FCP
839	Marsilva – Importadora e Exportadora de Pescados Ltda.	Rua Visconde de Mauá, 1289/97	Fábrica de Pescados – FCP
1061	Promar S/A Ind. e Com. de Pescados	Rua Dom Pedro I, 164	Fábrica de Pescados – FCP
1632	Indústria e Comércio de Pescados do Sul Ltda.	Rua José Bonifácio, 214	Fábrica de Pescados – FCP
2028	Daniel de Miranda Furtado Gomes	Av. Portugal, 204	Fábrica de Pescados – FCP
2169	Albano de Oliveira, Sobrinho & Cia. Ltda.	Rua Gal. Canabarro, 104	Fábrica de Pescados – FCP
1910	Ártico S/A.	Rua dos Dragões, 80	Fábrica de Conserva – FC1
2132	Rio Grande Produtos Alimentícios Ltda.	Rua Caramuru, 222	Fábrica de Conserva – FC1

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS); Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA); Serviço de Inspeção Federal (SIF); Site: [http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif\\_cons/lap\\_estabelec\\_nacional\\_rep](http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/lap_estabelec_nacional_rep) – Levantamento feito entre os dias 09/02/2011 À 17/02/2011. Coleta e organização Marco Antônio G. Renner

Com a existência de plantas fabris com registro no SIF e trabalhadores disponíveis, o gargalo estaria nos volumes de pescado desembarcado? Ora se os volumes do começo da década de 1970 chegaram a comprometer o ciclo de reprodução de várias espécies e em função de ajustes nas frotas e na imposição de regramentos para as capturas, talvez impeçam a obtenção daqueles máximos, nos primeiros anos da década de 1990, os dados apresentados acima indicam diminuições significativas especialmente em relação à frota artesanal, na última década há padrões de oscilações positivas e negativas (tabela 16).

**Tabela 16** - Desembarques registrados no Rio Grande do Sul entre 1997 e 2009 (em toneladas)

Ano	Pesca Artesanal	Pesca industrial	Importação de outros estados brasileiros	Importação internacional	Total (inclui em alguns anos a pesca continental)
1997	12.295	28.716	2.658	8.519	52.188
1998	7.162	28.779	0,959	2.613	39.513
1999	5.691	20.168	1.757	2.896	30.512
2000	10.296	33.830	1.012	3.061	51.749
2001	4.552	36.237	2.426	3.042	46.807
2002	4.808	36.563	0,830	2.553	47.475
2003	3.445	33.521	6.264	20.313	42.890
2004	6.448	30.920	8.188	1.621	42.630
2005	7.885	31.329	6.544	12.896	43.321
2006	8.118	30.973	7.167	8.439	42.400
2007	10.584	28.133	0,357	0,684	41.641
2008	6.592	23.373	1.082	0,17	33.053
2009	5.209	24.249	1.290	1.068	33.392

Fonte: MMA/IBAMA. Estatísticas de Pesca. Diversos anos. Organização: César Martins

A Leal Santos, que na década de 1940-1989 passou a fazer parte do Grupo Ipiranga e ao ser adquirida na década de 1990 pelo grupo argentino Benvenuto S.A.C.I. (possuidor de 25% do mercado de pescado na Argentina com três plantas nas cidades de Mar del Plata, Mendoza e Rio Negro) e reiniciou as atividades em Rio Grande em 1997, levando toda a produção do lombo do atum para suas unidades na Argentina. Seu diretor Alexandre Llopart em entrevista<sup>8</sup> declarou que para a empresa sobreviver no mercado em 1996 alterou sua estratégia de captura e processamento de espécies abandonando o peixe de costa e passando a trabalhar somente com o atum. Tal especificidade proporcionou a empresa um maior controle dos custos e maior qualidade e padronização do produto. Outro exemplo foi à cadeia de varejo Pão de Açúcar, com o slogan: “corte, concentre, simplifique”.

Em 2006 o Grupo Arcor compra a Benvenuto S.A.C.I., empresa argentina líder em produtos alimentícios. Desta forma, o Grupo Arcor adquire as tradicionais linhas de tomates, legumes e hortaliças, doce de leite, geléias e frutas, e ingressa no mercado de peixes em conserva e mariscos. O Grupo Arcor vendeu ao grupo espanhol *Actemsa*, em 2006. Em 2010, a Leal Santos, juntou-se à espanhola *Jealsa*, para enlatar sardinhas e atuns. O atum será

<sup>8</sup> Saída de campo em 28/09/2011 da disciplina “Organização Espacial da Pesca” de responsabilidade do Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins, oferecida nos Cursos de Graduação da FURG realizada na fábrica da Leal Santos.

fornecido pela própria Leal Santos e a sardinha será importada do Marrocos, destinando-se os produtos a serem vendidos no Brasil<sup>9</sup>.

A Pescal foi à maior empresa brasileira do setor durante parte da década 1990, optou em 1998 por eliminar a industrialização, manteve a comercialização de especialidades produzidas na Argentina e Uruguai e pelas indústrias Torquato Pontes e Furtado do Rio Grande. Recentemente, a Pescal realizou diversos investimentos em infraestrutura, passando a concentrar parte de suas atividades na prestação de serviços de armazenagem frigorífica como Entrepasto Frigorífico de Pescados, Aves e Carnes, oferecendo excelente estrutura e capacidade de frio. Foram realizadas diversas operações para a Doux Frangosul S/A (média de 3.700 toneladas movimentadas por mês). Também se realizaram operações esporádicas para a Avipal S.A<sup>10</sup> (tabela 17).

**Tabela 17** - Comercialização de produtos de origem animal - SIF 2083 PESCAL S/A - Período de 10/2009

<b>Produto</b>	<b>Quantidade em quilos</b>
Frango Congelado	39.850
Cortes Congelados de Frango	121.567
Miúdos Congelados de Aves	17.140
Carne Congelada de Suíno C/Osso	186.109
Carne Congelada de Suíno S/Osso	1.770
Espinhaço Congelado de Suíno	118.193
Miúdos Congelados de Suíno	186.615
Mascara Congelada de Suíno	23.400

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS; Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA; Serviço de Inspeção Federal – SIF – Coleta e organização por Marco Antônio G. Renner

<sup>9</sup> Notícia veiculada no site do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região, Consulta feita em 04/10/2011, acessado por Marco Antônio da Gama Renner <http://www.sindipi.com.br/index2.php?s=noticias&id=1416>

<sup>10</sup> Informações obtidas no site da empresa Pescal. (<http://www.pescal.com.br/index.htm>)

### 3.1 Uma nova realidade na indústria de pescado

No primeiro capítulo apresentamos a gênese das fábricas de pescados, organizadas nos padrões convencionais que aqui identificamos com a estrutura clássica de chão de fábrica, com um quadro de funcionários devidamente registrados no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, distribuídos em diversos setores desde o recebimento do peixe *in-natura* até seu processamento salgado, congelado, enlatado e seus subprodutos (óleos e farinhas). As fábricas com seus devidos registros no MAPA através do SIF, onde toda a cadeia produtiva ocorria dentro da fábrica. No segundo capítulo através da pesquisa encontramos uma nova configuração do trabalho. As fábricas reduziram seus quadros de funcionários significativamente em relação a período de décadas anteriores e surgiram pessoas físicas desenvolvendo atividades que antes só ocorriam dentro dos estabelecimentos industriais. Não houve falta de matéria-prima (pescado). O que ocorreu? No capítulo final apresentamos através de levantamento de campo mais uma mudança na configuração. Novos agentes identificam-se como pessoas jurídicas devidamente cadastradas na Receita Federal através do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, na Receita Estadual através da Inscrição Estadual. A maioria utilizando-se de registro como: comércio atacadista de pescados e frutos do mar, com código e descrição da natureza jurídica: 213-5 empresário (individual). Constatamos em saída de campo que as sedes registradas apresentam aspecto de residências comuns, sem alguma identificação comercial na fachada, ou algo parecido. Suas atividades são de emissão de notas fiscais, remetendo pescado para outros municípios e Estados da federação articulados com algumas fábricas de pescados, que hoje tem como característica o registro de “entrepasto de pescados”.

O que está acontecendo no setor da indústria da pesca?

Identificamos três grupos (mapa 4): (1) as organizadas nos padrões anteriores; (2) as pessoas físicas que trabalham beneficiando pescado em residências, na maioria moradias, conforme levantamento feito pela Prefeitura Municipal do Rio Grande e (3) os registrados como comércio atacadista de pescados e frutos do mar que não mantém aparentemente estruturas físicas para tal fim, conforme pesquisa de campo.

Em quadros não conclusivos em função da dinâmica setorial temos a seguinte configuração:

**Quadro 7 - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS - Fábricas com cadastro no SIF e na FEPAM**

<b>Fábricas</b>	<b>Endereço</b>	<b>Cadastro SIF</b>	<b>Cadastro FEPAM</b>
Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Rua Mal. Andrea, 269	1240 – entreposto de pescados; 2083 – entreposto frigorífico	6537 - pescado; 121322 - pescado
Super Pier Ltda.	Rua Mal. Andrea, 236	1643 – entreposto de pescados	123629 – entreposto de pescado
Paulo Hepp Pescados Ltda.	Rua Gal Osório, 474/ 478 Rua Francisco Campelo, 469/475	1805 – entreposto de pescados	148844 – recebimento e congelamento de pescado
Asiamerica Indústria e Comércio de Pescados Ltda.	Rua Mal. Deodoro, 1	2079 – entreposto de pescados	156217 –preparação de pescado
Torquato Pontes S/A Comércio e Indústria	Rua Gal. Osório, 258/ 564/570/581	241 – fábrica de pescados; 2085 – entreposto de pescados	19873 – salgamento de pescado; 6085 – preparação de pescado e fab. farinha de peixe
Indústria e Comércio de Pescados da Ilha Ltda.	Av. Portugal, 286	2759 – entreposto de pescados	4809 – pescado
Mar Alimentos Refrigerados Ltda.	Rua dos Dragões, 85	4360 – entreposto de pescados	15421 – pescado
Gilberto Barella Barreto – ME	Rua visconde de Mauá, 949	4592 – entreposto de pescados	67355 – pescado. Obs: registro em nome de João Francisco Kucharski Junior (CNPJ/MF 93955979000132)
Industrias Alimentícias Leal Santos Ltda.	4 Secção da Barra s/n. Dist. Industrial	948 – fábrica de pescados; 948 – Barco fábrica	3960 – pescado
Marsilva – Importadora e Exportadora de Pescados Ltda.	Rua Visconde de Mauá, 1289/1297	839 – fábrica de pescados	5915 - pescado
Promar S/A Ind. e Com. de Pescados	Rua Dom Pedro I, 164	1061 – fábrica de pescados	4960 – pescado. Obs: registro em nome de Roselaine Gamarra – RG Pescados (CNPJ/MF 2717966000170)
Indústria e Comércio de Pescados do Sul Ltda.	Rua José Bonifácio, 214	1632 – fábrica de pescados	15422 – preparo, salga e armaz. de pescados
Daniel de Miranda Furtado Gomes	Av. Portugal, 204	2028 – fábrica de pescados	3372 – pescado. Obs: registro em nome de Furtado S/A Com. e Ind. (CNPJ/MF 94848272000190)
Albano de Oliveira, Sobrinho & Cia. Ltda.	Rua Gal. Canabarro, 104	2169 – fábrica de pescados	15415 – pescado
Ártico S/A	Rua dos Dragões, 80	1910 – fábrica de conserva	4545 – preparação de pescado. Obs: no registro de endereço consta como rua Forte Santana, 67 (ex-rua Dos Dragões, 67)
Rio Grande Produtos Alimentícios Ltda.	Rua Caramuru, 222	2132 – fábrica de conserva	5140 - pescado

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS); Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA); Serviço de Inspeção Federal (SIF); Site: [http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif\\_cons/ap\\_estabelec\\_nacional\\_rep](http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/ap_estabelec_nacional_rep) – Levantamento feito entre os dias 09/02/2011 À 17/02/2011. Coleta e organização Marco Antônio G. Renner

As pessoas físicas (quadro 8) abaixo, são responsáveis pelas residências que trabalham com o pescado in-natura.

**Quadro 8** - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS – Pessoas Físicas

<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Endereço</b>
Vera Regina Lopes Duarte	Rua Mal. Andréa, 327
Sidney Oleiro Dutra	Rua Mal. Andréa, 327-A
Simone Pinheiro Almeida	Rua Mal. Andréa, 329
Paulo Cezar Brito	Rua Almirante Barroso, 85
Valter Cezar Brito	Rua Antonio João, 200
Liziane Lucas Munhoz	Rua Joquei Club, 02
Alani Da Costa	Rua Joquei Club, 14
Antonio Gonçalves	Rua Joquei Club, 54
Yara Pintado	Rua Joquei Club, 68
Admir De Matos Borges	Rua Alberto Torres, 196
Antonio Luiz De Oliveira Martins	Corredor Do Bosque, 536 B
José Da Silva Freitas	Rua Alberto Torres, 333
Esair Bastos	Rua Alberto Torres, 334
Paulo Fernando De Almeida Porciuncula	Rua Henrique Pancada, 1145
Paulo Fernando De Almeida Porciuncula	Rua Maua, 1146
Vinicius Quirino Barbosa	Rua Augusto Maia, 114-A

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande/Secretaria Municipal da Pesca; Everton Luis Bicca Noguez: Organizado por Marco Antônio Renner e César Martins.

Como comércio atacadista de pescados e frutos do mar, os comerciantes abaixo (quadro 9), estão registrados na Receita Federal do Brasil como firma individual.

**Quadro 9** - A composição dos agentes nas transformações da organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS – Comércio Atacadista de Pescados e Frutos do Mar

<b>Comércio Atacadista de Pescados e Frutos do Mar</b>	<b>Endereço</b>
José Roberto dos Santos Henriques	Rua Abdala Nader, 288 – Bairro Getúlio Vargas
Regina Rosimari Diogo de Araujo	Rua Ernani Fornari, 65 - Lar Gaucho
José Antonio do Amaral – Pescados	Rua Oito de Julho, 282 - Bairro Getúlio Vargas
Marco Antonio Dias da Silva	Rua General Vitorino, 88 apt 001 – Centro
Carlos Shizuo Hirata Representante	Rua Riachuelo, 265 Conj. F – Centro
Maria Teresa Fontan Meis de Castilhos	Rua Riachuelo, 283 – Centro
Vilmar Pedroso Torales	Rua Lagoa Azul, 43 – Bairro Cidade Nova
Vander Cleiton Capuson dos Santos	Rua Visconde do Rio Branco, 730 – Casa
Miriam Beatriz Xavier Garcia	Rua Campos Sales, 414 – Bairro Junção
Sandro Oli da Silva Rodrigues	Rua C, 79 – CEP 96.214-040 – Bairro Castelo Branco
D F M de Castilho	Rua Henrique Bule, 553 - Bairro Cassino
Rosaria Xavier	Av. Julio Simões Nobrega, 651 - Bairro Cassino
Aroldo Rosa Gregorio	Av. Via Principal, 352 - Quarta Secção da Barra
Leardini Pescados Ltda	Rua Marechal Andrea, 236 – Sala Fundos - Centro

Fonte: Levantamento de pesquisa de campo. Organizado por Marco Antônio Renner.

**Mapa 4** – Estabelecimentos entre os anos de 1990 e 2010.

### 3.1.1 As empresas organizadas nos padrões anteriores

As empresas organizadas nos padrões de fábricas de pescado mantêm um quadro de funcionários permanente para o recebimento de pescado *in-natura* e beneficiamento. Se utilizam embarcações próprias ou arrendadas para captura da matéria-prima (pescado), muito pouco alterando os padrões de décadas anteriores. Trabalham para o mercado interno e o exterior. Destacam-se as Indústrias Alimentícias Leal Santos Ltda., a Torquato Pontes Pescados S/A, Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Super Pier Ltda., Paulo Hepp Pescados Ltda., Asiamerica Indústria e Comércio de Pescados Ltda., Indústria e Comércio de Pescados da Ilha Ltda., Mar Alimentos Refrigerados Ltda., Gilberto Barella Barreto, Marsilva Importadora e Exportadora de Pescados Ltda., Promar S/A Ind. e Com. de Pescados, Indústria e Comércio de Pescados do Sul Ltda., Daniel de Miranda Furtado Gomes, Albano de Oliveira Sobrinho & Cia. Ltda. e Rio Grande Produtos Alimentícios Ltda. Apresentaremos em destaque somente as indústrias de pescados que operam atualmente com barcos próprios ou arrendados segundo informações das empresas, do Ministério da Pesca e Aquicultura e no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

As Indústrias Alimentícias Leal Santos Ltda. possuem uma frota pesqueira de seis barco atuneiros: Katsushiu Maru nº5, Katsushiu Maru nº6, Katsushiu Maru nº7, Katsushiu Maru nº8, Espada, construído pelo Estaleiro Só em 1972 (figura 13) e Delfim, todos utilizados na captura do atum, fazendo parte dos investimentos externo do grupo espanhol Actemsa-Jealsa (figura 14).

**Figura 13** - Propaganda do barco Espada produzido pelo Estaleiro Só para a Leal Santos.



Fonte: Revista Nacional de Pesca, n. 119, outubro-dezembro de 1972.

**Figura 14** - Logotipo da empresa Leal Santos (Grupo Actemsa).



A empresa ainda está investindo em novo projeto, o enlatamento de atum e sardinha. Um investimento feito pela empresa espanhola Jealsa-Rianxeira, por meio de sua controladora no Brasil, a Crusoe Foods (figuras 15 e 16). Ele será direcionado principalmente a maquinários, estimado em cerca de um milhão de euros (R\$ 2,3 milhões).

**Figura 15** - Notícia sobre investimentos na empresa Leal Santos.

## Leal Santos receberá investimento de empresa espanhola

A empresa Indústrias Alimentícias Leal Santos deverá receber um considerável aporte de investimentos que vai permitir ampliar suas atividades no segmento de pescados industrializados no Município. O anúncio foi feito pelo diretor, Alexandre Pereira Llopart, junto com o conselheiro, Henrique José Vieira da Fonseca ao prefeito Fábio Branco, acompanhado do secretário para Assuntos Extraordinários do Município, Gilberto Pinho.

De acordo com Llopart o investimento, que está estimado em cerca de 1 milhão de euros, será feito pela empresa espanhola Jealsa-Rianxeira, por meio de sua controlada no Brasil, a Crusoe Foods. Os recursos

devem ser direcionados principalmente a maquinários.

Atualmente, a unidade captura seis mil toneladas de atum por ano, o que representa 25% da produção nacional do pescado. Hoje, a empresa pesca atum, eviscera, congela, processa e distribui, porém não enlata o pescado. Com a parceria, a empresa, além de enlatar o produto, passará a processar também sardinha.

Conforme Llopart, com o investimento, a empresa, que hoje gera

250 empregos diretos - entre a fábrica e os seis barcos pesqueiros - deverá gerar outros 150 postos de trabalho diretos. As melhorias na fábrica deverão ser concluídas até o final do ano para adequar a capacidade da planta ao novo processamento.

O prefeito Fábio Branco disse estar bastante satisfeito com a notícia e comentou que investimentos como este servem para alavancar ainda mais o crescente desenvolvimento econômico do Município.

**Figura 16** - Notícia – Grupo espanhol Jealsa-Rianxeira investe na Leal Santos de olho no mercado internacional.

## Os novos empregos que vêm do mar

*Grupo espanhol Jealsa-Rianxeira investe na Leal Santos, de olho no mercado internacional*

Rafael Mano Diverio

**Rio Grande.** A fábrica de pescados Leal Santos, uma das mais tradicionais indústrias de alimentação da história do Rio Grande do Sul, é a sede de um novo investimento que chega ao Brasil através do grupo espanhol Jealsa-Rianxeira. A cidade começou a produzir enlatados de peixes, especialmente sardinha e atum, para consumo interno e exportação, gerando mais empregos para a cidade. E a ideia dos investidores é dominar o mercado nacional.



Sardinha (foto), atum e outros pescados estão em alta para o consumo

### Grupo Jealsa

O Jealsa-Rianxeira está no mercado desde 1958. Trata-se de uma holding com 24 empresas, organizadas em quatro áreas de atividades distintas: conserva de pescado e marisco, pesca e serviços, alimentos para cães e gatos e energia. O conselho do Grupo determinou que, a partir deste ano, Robinson Crusoe será a marca internacional para pescado. O grupo também entrou no mercado americano com a Crusoe SeaFoods, em sociedade com a Sugar Foods Corporation - que detém 90% do mercado americano no segmento em que atua. O Jealsa-Rianxeira produziu em 2009 um total de 30 mil toneladas de produtos relacionados à pesca. Em termos de vendas de pescados, a em-

presa faturou 381 milhões de euros (o equivalente a quase R\$ 900 milhões) em 2009. A perspectiva é de que o faturamento de 2010 seja 15% maior. Para expandir a empresa e atingir agressivas metas de crescimento, a marca investiu cerca de 400 milhões de dólares na operação, em dez anos (1997 a 2007). Somente em 2008 foram investidos 47 milhões de dólares.

O mercado de pescado em conserva apresenta grande crescimento nos últimos cinco anos. Segundo o grupo espanhol, estudos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apontam que até o final do ano as capturas brasileiras alcancem um total de 1,2 milhão de toneladas com 9% destinados a conservas.

Fonte: Jornal Diário Popular em 24/10/2010, p. 7.

A indústria Torquato Pontes Pescados S/A (fotos 4 e 5) conta com três barcos de pesca: Maria, Maria Letícia e o Ideal VII. A fábrica possui cais próprio, dotado de equipamentos para receber o pescado e encaminhá-lo, automaticamente, aos diversos setores de produção. Utiliza-se de mão-de-obra fixa e temporária, trabalhando no beneficiamento de pescados que são distribuídos no mercado interno, quando próximos, por meio de dois caminhões da própria fábrica. Ainda comercializa para o MERCOSUL, principalmente Argentina e Uruguai; América do Norte, com vendas pra os Estados Unidos; mercado comum Europeu em destaque a Itália, Portugal, Inglaterra, França, Espanha e Grécia; Oriente Médio para Arábia Saudita e Israel e Extremo Oriente, exportando para China e Japão<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> FREITAS, Maurício. Dados descritivos da empresa Torquato Pontes Pescados S/A, ano 2005. Trabalho da disciplina “Organização Espacial da Pesca” de responsabilidade do Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins, oferecida nos Cursos de Graduação da Furg.



**Foto 4** - Unidade da Torquato Pontes Pescados S/A, na rua Franciso Campelo, nº 567. Atualmente trabalhando na captação de água subterrânea e produção de gelo para pescados. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner.



**Foto 5** - Matriz da Torquato Pontes Pescados S/A, na rua Marechal Andrea, nº 208. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner.

Um detalhe interessante é a fachada da empresa (foto 6). Nela contém a marca “ideal” orgulho do pioneirismo, que lhe permitiu traçar novas metas e buscar novas realizações. Em 1967 adquiriu o “Ideal I”, seu primeiro barco de alto mar<sup>12</sup> para realização própria da captura de pescados.

<sup>12</sup>Fonte: Revista Nacional da Pesca, nº 112, Fev/Mar – 1972.



**Foto 6** - Fachada da Matriz da Torquato Pontes Pescados S/A, com o símbolo da marca “ideal”, na rua Marechal Andrea, nº 208. Foto em 09/07/2010. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio G. Renner.

Outra indústria de pescados que atuou com embarcações próprias para a captura do peixe e seu processamento foi a Fábrica e Frigorífico Junção Indústria e Comércio de Pescado Ltda., de propriedade de Orlando Hepp que começou suas atividades no setor pesqueiro com a empresa Irmãos Hepp Ltda. em 1972, mais tarde inauguraram em 29 de abril de 2000 a Fábrica e Frigorífico Junção Indústria e Comércio de Pescado Ltda. A empresa operava com seis barcos: Ouro Preto, Irmãos Hepp XX, Irmãos Hepp XXI, Dom Orlando II, Dona Adelina e Dona Adelina II.

A fábrica (figura 17) localizada a Rua José Bonifácio nº 214, bairro Junção, em uma área de aproximadamente 15 mil m<sup>2</sup>, com área construída de 4.000 m<sup>2</sup>, tinha em seu interior equipamentos de última geração como os silos de gelos, geradores e câmaras. Mas a empresa acabou falindo antes mesmo do final da primeira década do século XXI. Com uma série de infrações cometidas ao longo de sua história a empresa não resistiu a multas e ações judiciais (foto 7).

**Figura 17** - Fábrica Junção, localizada à Rua José Bonifácio, nº 214, Bairro Junção.



Fonte: Jornal Cassino, 05/05/2000.



**Foto 7** - Barco Dona Adelina será recuperado pela Furg. Foto: Rosane Borges, divulgação. Notícia no Clicrbs on-line; <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/tag/pesca/>, 27/03, 19:12; acesso dia 01/08/2012.

Sob o título: “IBAMA doa navio apreendido para a FURG”, a reportagem do Grupo RBS, esclarece que:

O proprietário do barco, Orlando Hepp, foi autuado em novembro de 2009 depois que a fiscalização do Ibama constatou que ele não possuía licença ambiental para a atividade e a licença de pesca da embarcação encontrava-se vencida. Como agravante, o infrator utilizava rede de arrasto de forma irregular. O histórico de infrações cometidas por Hepp, que responde atualmente a 18 processos administrativos no Ibama, contribuiu para a doação do navio. [...] Além de ter o barco apreendido, o montante de multas aplicadas chega a R\$ 1.555.000,00 em autuações diversas. O navio será utilizado pela Furg em pesquisas na região (ClicRBS – Rio Grande. Acesso 01/08/2012).

Também operando sua própria frota para captura de matéria-prima (pescado), a empresa Paulo Hepp Pescados Ltda. de propriedade de Paulo Roberto Hepp e Paulo Ricardo M. Hepp, localizada a Rua Francisco Campello, nº 469/475, operava com seis barcos pesqueiros: Pescal II, São Francisco, Paulo Hepp I, Paulo Hepp II, Coroa e Astro II. Hoje a empresa opera apenas com um barco, o São Francisco, e suas atividades industriais estão concentradas no congelamento do pescado (foto 8).



**Foto 8** - Prédio da empresa Paulo Hepp Pescados Ltda, na rua Francisco Campello nº469/475 em 09/07/2010. Pesquisa de campo: Marco Antônio da G. Renner.

### **3.1.2 As pessoas físicas que trabalham beneficiando pescado**

Através do levantamento feito pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, se identificou pessoas físicas trabalhando com o beneficiamento do pescado em residências (quadro 10).

**Quadro 10** - Pessoas responsáveis pelos endereços onde manipulam peixe *in-natura* em situação irregular no município de Rio Grande – RS

<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Endereço</b>
Vera Regina Lopes Duarte	Rua Mal. Andréa, 327
Sidney Oleiro Dutra	Rua Mal. Andréa, 327-A
Simone Pinheiro Almeida	Rua Mal. Andréa, 329
Paulo Cezar Brito	Rua Almirante Barroso, 85
Valter Cezar Brito	Rua Antonio João, 200
Liziane Lucas Munhoz	Rua Joquei Club, 02
Alani Da Costa	Rua Joquei Club, 14
Antonio Gonçalves	Rua Joquei Club, 54
Yara Pintado	Rua Joquei Club, 68
Admir De Matos Borges	Rua Alberto Torres, 196
Antonio Luiz De Oliveira Martins	Corredor Do Bosque, 536 B
José Da Silva Freitas	Rua Alberto Torres, 333
Esair Bastos	Rua Alberto Torres, 334
Paulo Fernando De Almeida Porciuncula	Rua Henrique Pancada, 1145
Paulo Fernando De Almeida Porciuncula	Rua Maua, 1146
Vinicius Quirino Barbosa	Rua Augusto Maia, 114-A

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande/Secretaria Municipal da Pesca; Everton Luis Bicca Noguez; Organizado por Marco Antônio Renner e César Martins.

As características gerais destes locais são:

a) não apresentam condições sanitárias adequadas, conforme orientação do Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento – MAPA, Divisão de Inspeção de Pescado e Derivados – DIPES, através do disposto no Ofício nº Ofício DIPES/CGI/DIPOA nº 043/2009, de 17.08.2009, que trata das Diretrizes para Aplicação das Circulares nº 175 e nº 176/2005/CGPE/DIPOA no Setor de Pescado e Derivados, que consistem nos procedimentos padronizados das ações técnicas e administrativas a serem executadas pelo Serviço de Inspeção Federal na área de Pescado e Derivados, para a manipulação do pescado *in-natura* e seu beneficiamento como:

- Manutenção das Instalações e Equipamentos: devem estar conformes o forro, teto, paredes, piso, equipamentos e utensílios, quanto à construção, material, identificação de acordo com o uso, limpeza e manutenção; drenagem das águas residuais; vedação de aberturas; separação entre as seções, evitando riscos de contaminação cruzada;
- Vestiários, Sanitários e Barreiras Sanitárias: Devem estar conformes quanto à localização, número e dimensões compatíveis com o contingente de operários,

condições higiênico-sanitárias e funcionamento. Os uniformes devem ser trocados com frequência.

- Iluminação: O local de trabalho deve ser conformes quanto à qualidade, disposição, intensidade e proteção das luminárias.

- Ventilação: As dependências onde são executadas as tarefas devem atender o controle de odores, vapores e da condensação.

- Água de abastecimento e gelo: As instalações devem manter boas condições gerais dos reservatórios e da rede de alimentação de água; Nos casos de águas subterrâneas, deverá haver um controle para a proteção contra infiltrações de água da superfície.

- Águas Residuais: As águas residuais devem ter a destinação adequada, sem acúmulo no piso e sem contato com equipamentos e utensílios.

- Controle integrado de pragas: Os locais devem observar: a limpeza e organização das áreas externas; condições das armadilhas e iscas; se existem evidências de presença de pragas no ambiente interno; se as barreiras e dispositivos para controle de pragas (cortinas de ar, sistema de fechamento automáticos de portas, telas nas aberturas, porta iscas, etc.) estão de acordo; Além disso, o local deve guardar os produtos para esse fim em lugar adequado e sob controle.

- Higiene, hábitos higiênicos e saúde dos operários Todos os envolvidos no processo produtivo devem exercitar práticas higiênicas, que possam evitar alteração de produtos, antes da entrada nas seções de produção e durante os trabalhos; os uniformes e acessórios usados pelos operários devem estar limpos e trocados com a frequência; todos os envolvidos no processo produtivo devem possuir atestados de saúde atualizados com aptidão para manipular alimentos; deve haver higienização dos instrumentos de trabalho, precedida de lavagem, nos intervalos regulares;

Observe-se que um dos maiores problemas da baía da Guanabara no Rio de Janeiro durante décadas formam os efluentes das fábricas de conservas de pescado, especialmente as localizadas em São Gonçalo e Niterói. Em Rio Grande, a indústria de pescados Mar Alimentos Refrigerados Ltda. sofreu um vazamento de amônia no dia 15 de março de 2006<sup>13</sup>, o que levantou preocupação com o impacto ambiental que pode ser causado pelas indústrias de pescado em torno da área urbana do município.

---

<sup>13</sup> Fonte: Jornal Agora, 21/03/2006, p. 1

Nas Indústrias Alimentícias Leal Santos Ltda., o engenheiro Alexandre Llopart demonstrou a preocupação da empresa com seus efluentes, levando-nos para a sala de processamento e pegando com a mão a farinha produzida pelo resíduo<sup>14</sup>.

b) inexistência da formalização dos trabalhadores, com precários equipamentos de prevenção de acidentes e locais com pouca iluminação. O trabalho é executado basicamente por mulheres em condições de precarização e preconceito em relação ao trabalho (KUNIOCHI e COSTA, 2010).

Nas atividades de campo, constatamos a movimentação de carga e descarga de peixe fresco nestes locais, vindos de cais pesqueiros da orla de localização das fábricas de pesca. Na prática, as operações da indústria e comércio de pescado tornaram-se comum o uso dessas que vamos chamar aqui de pequenas unidades, células, operando e processando o pescado fora da planta industrial em quantidades que variam de 200 a 750 quilos de peixe fresco ao dia, retornando aos entrepostos já em caminhão pronto para receber nota fiscal e guia de trânsito. Essa nova configuração constituiu-se numa realidade que, de alguma maneira, construiu uma rede solidária e participativa no ciclo de produção e reprodução do capital.

SANTOS (1996, p. 16) afirma,

[...] Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares (SANTOS, 1996, p. 16).

O parque industrial pesqueiro se adaptou com as especificidades locais ou porque não dizer, necessidades locais, onde demonstra sua intimidade com a Formação Econômica e Social (FES), posto que as desregulamentações do final da década 1990, permitiram a flexibilização das relações trabalhistas, bem como a diminuição dos custos de transportes adaptados para o deslocamento de produtos perecíveis em rodovias melhores.

---

<sup>14</sup> Saída de campo em 28/09/2011 da disciplina “Organização Espacial da Pesca” de responsabilidade do Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins, oferecida nos Cursos de Graduação da FURG realizada na fábrica da Leal Santos.

### 3.1.3 Os registrados como comércio atacadista de pescados e frutos do mar

Em pesquisa de campo procuramos identificar através dos órgãos oficiais do Estado brasileiro como a Receita Federal através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e a Secretaria da Receita Estadual através da Inscrição Estadual, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os agentes emissores de notas fiscais do pescado remetido para outras localidades do território estadual e nacional. Inscritos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE como “Comércio Atacadista de pescados e frutos do mar”, 46.34-6-03, em código e descrição da natureza jurídica: “empresário (individual)”, 213-5 esse grupo de pessoas jurídicas, segundo observado ao longo da pesquisa, emite notas fiscais para transporte do pescado. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação é recolhido como manda à lei, e no corpo da nota fiscal é destacada em carimbo uma Instrução Normativa de nº 81, item quatro de 12 de novembro de 2004 que diz (figura 18),

As matérias-primas, como pescado vivo ou fresco, oriundas da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras, ficam dispensadas de certificação mesmo este trânsito ocorrer no âmbito interestadual. Conforme ofício DIPOA número 159/2004. Mercadoria destinada para manipulação na indústria com SIF.

As empresas utilizam uma normatização questionada pela própria Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul que através de sua agência em Rio Grande enviou ofício de nº 08/2011 interpelando a validade e legislação deste dispositivo. Segundo Pedro Ernesto L. Moreira – Chefe da Agência de Fazenda Estadual do Rio Grande afirma (figura 19),

[...] Também em anexo cópia do DANFE da NF – e número 35, que estava desacompanhada de Guia de Trânsito, apresentando apenas um **carimbo** (grifo meu) de “Certificado Sanitário”. Neste caso, solicito a informação deste órgão a respeito da validade ou não deste carimbo, e se existe legislação que permita o trânsito interestadual de pescados *in natura* apenas com este carimbo e sem a Guia (Ofício 08/2011 – Agência da Receita Estadual do Rio Grande).

As notas fiscais são apresentadas com a descrição de transporte de pescado *in-natura*. Será realmente que todo o pescado transportado por caminhões através dos entrepostos de pescado são mesmo de pescado *in natura*? Para onde vai o produto (peixe) que sofre transformação pelas pessoas físicas em residências, na maioria moradias?

Figura 18 - Parte de nota fiscal com carimbo Instrução Normativa 81.

S/FRETE CFE, ATR. 95  
R. 14 DO RICMS.  
DO FRETE: 500,00  
E CÁLCULO: 400,00  
ATA: 20,00 %  
JE ICMS: 48,00

**CERTIFICADO SANITÁRIO**  
Instrução Normativa nr. 81 item 4 de 12  
Novembro de 2001. "As matérias-primas, con-  
pescado vivo ou fresco, oriundos da fonte de produção  
para as indústrias beneficiadoras, ficam dispensadas  
de certificação desde que o trânsito ocorrer no âmbito  
interestadual" Conforme ofício DIPOA nr. 159/2001.  
Mercadoria destinada para manipulação na indústria  
como SIF..... 7082 ou SIE.....

DO ISSQN			
MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

**ADICIONAIS**

COMPLEMENTARES

DES ADICIONAIS DE INTERESSE DO FISCO PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE  
VALOR DE R\$ 29,60, CORRESPONDENTE A ALIQUOTA DE 1,25% NOS TERMOS DO ART 23 DA

ic interesse do FISCO: DOCUMENTO EMITIDO POR OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES

eletrônica disponível para download em <https://enota.safeweb.com.br/enotac>

EDOR	VALOR TOTAL DA NF-e	NF-e
	R\$ 2.368,00	Nº 000.000.000

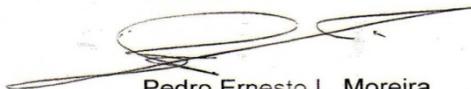
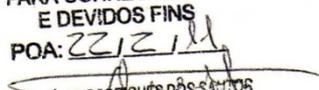
Segundo Instrução Normativa SRF nº 257, de 11 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a tributação dos resultados da atividade rural na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas, em seu Art. 2, § 1º, diz que:

A atividade de captura de pescado **in natura** é considerada extração animal, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca, etc.), inclusive a exploração em regime de parceria (SRF nº 257, 11/12/2002).

E esclarece ainda em seu Art. 3 – Não se considera atividade rural:

III - o beneficiamento ou a industrialização de pescado **in natura** (SRF nº 257, 11/12/2002);

**Figura 19** - Ofício 08/2011 expedido pela Agência da Receita Estadual do Rio Grande para SIPOA/SFA/RS em 08/02/2011.

	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA RECEITA ESTADUAL DELEGACIA DA RECEITA ESTADUAL DE PELOTAS AGÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL DE RIO GRANDE	
Ofício nº 08/2011	Rio Grande, 08 de fevereiro de 2011.	
Ilmo. Sr. Chefe do SIPOA/SFA/RS:		
<p>Conforme contato telefônico, remeto em anexo cópia dos DANFE'S - Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica das NF-e's nº 44 e 45 emitidas em Rio Grande, no dia 27/01/2011, pela empresa _____, bem como das respectivas Guias de Trânsito visadas pelo fiscal do Ministério da Agricultura.</p> <p>Como pode ser verificado, foram impressas 2 vias de cada DANFE, na tentativa de fraudar a Fiscalização do ICMS, utilizando a mesma NF-e para acobertar 2 cargas de camarões enviadas para Santa Catarina em caminhões diferentes. Com isso, foram emitidas 2 Guias de Trânsito relativas à mesma NF-e, mas citando placas diferentes.</p> <p>Também em anexo cópia do DANFE da NF-e nº 35, que estava desacompanhada de Guia de Trânsito, apresentando apenas um carimbo de "Certificado Sanitário". Neste caso, solicito a informação deste órgão a respeito da validade ou não deste carimbo, e se existe legislação que permita o trânsito interestadual de pescados <i>in natura</i> apenas com este carimbo e sem a Guia.</p>		
Saudações.		
		
Pedro Ernesto L. Moreira Chefe da Agência da Fazenda Estadual de Rio Grande		
Ilmo. Sr. Marco Antônio Rodrigues dos Santos Chefe do SIPOA/SFA/RS Porto Alegre - RS	Ao <input type="checkbox"/> SECAR <input checked="" type="checkbox"/> SEPES <input type="checkbox"/> SELEI/MEL PARA CONHECIMENTO E DEVIDOS FINS POA: 22/2/11  MARCO ANTÔNIO RODRIGUES DOS SANTOS Fiscal Federal/Agropecuário Médico Veterinário CRMV-RS 1616 Chefe do SIPOA/SFA/RS	

Além da nota fiscal com descrição da instrução normativa duvidosa, interpelado pela Receita da Fazenda Estadual, também é utilizado à chamada “Guia de Trânsito”. Este documento é de uso contínuo nas operações de transporte de pescados, mas isso acabou

gerando uma fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Coordenação-Geral de Programas Especiais, Divisão de Inspeção de Pescado e Derivados (MAPA/SDA/DIPOA/CGI/DIPES) - Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo, Ala A, 4º andar, sala nº446 - CEP: 70.043-900 Brasília – DF, em mensagem enviada dia 22/07/2011 as 16h05min é solicitado à fiscalização do MAPA em Rio Grande a apuração do número de Guias de Trânsito expedidos pelos SIFs 1240 – Pescal S/A e 1643 Super Pier Ltda. do setor nº 1 – Pescados – SVA/Rio Grande/RS nos anos de 2009/2010 e 2011 (figura 20).

**Figura 20** - Mensagem do MAPA – Brasília - DF para o MAPA – Rio Grande – RS e a respectiva resposta.

Boa tarde!  
 Agradeço a sua colaboração, okay.

Abraço,

Fiscal Federal Agropecuário - CR  
 DIPES/CGI/DIPOA/SDA  
 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
 Tel: (61) 3218-2775 ou (61) 3218-2778

-----Mensagem original-----  
 De: sif1 [mailto:sif1@mapa.gov.br]  
 Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2011 16:05  
 Para: [mailto:sif1@mapa.gov.br]  
 Assunto: Numero de guias fiscais expedidos 2009/2010/2011

Boa Tarde.

Conforme solicitado eis o a apuração do numero de Guias de Trânsito expedidos pelos SIFS 1240 -PESCAL S.A. e 1643 SUPER PIER Ltda do SETOR Nº1 -PESCADOS -SVA/ RIOGRANDE/ RS

SIF	NOME EMPRESA	Ano	Nº A SEGUIR	Nº GUIASEXPEDIDOS
1240	Pescal S.A	2009	00001 à 00359	359
		2010	00360 à 01369	1009
		2011	01370 à 02027	657
1643	Super Pier LTDA	2009	07347 à 08058	711
		2010	08059 à 08681	622
		2011	08682 à 09000	318

Att

12706

Em pesquisa realizada nos registros da Fundação Estadual de Proteção Ambiental e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observamos que há de se distinguir os critérios dos respectivos registros licenciados as empresas Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e a Super Pier Ltda. (quadro 11).

**Quadro 11** - Licenciamentos das empresas Pescal e Super Pier na Fepam e MAPA.

Empresa	Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Fepam	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Sif	Número de funcionários em 2009 (Fepam)
Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Dois registros de licenciamento:  6537 – preparação de pescado/fabricação de conservas de pescado – vencido em 08/08/1999.  121322 – preparação de pescado/fabricação de conservas de pescado – em vigência até 08/04/2013.	Dois registros de licenciamento:  1240 – entreposto de pescados  2083 – entreposto frigorífico	188
Super Pier Ltda.	Um registro de licenciamento:  123629 – entreposto de pescado – em vigência até 17/04/2013.	Um registro de licenciamento:  1643 – entreposto de pescados	20

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS; Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA; Serviço de Inspeção Federal – SIF; Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – Coleta e organização por Marco Antônio G. Renner

A empresa Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., mantém dois registros no mesmo endereço – Rua Marechal Andrea, 269, de licenciamento pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam. O registro 6537 de autorização para preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado vencido desde 08/08/1999, e o segundo registro 121322 também com a mesma atividade em vigência até 08/04/2013.

Em pesquisa no site da Fepam, encontramos o cadastro onde identificamos a licença de operação LO nº 1636/2009 – DL, que autoriza às operações da atividade de **beneficiamento de pescados** (grifo meu), para uma capacidade produtiva mensal de 400.000

quilos de peixes e 50.000 quilos de camarões, e ainda, a licença contempla a operação das seguintes etapas: recepção, separação de gelo, classificação, evisceração, corte, embalagem, congelamento e armazenagem. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seu registro no Serviço de Inspeção Federal a empresa mantém dois registros no mesmo endereço – Rua Marechal Andrea, 269: um de entreposto de pescado e outro de entreposto frigorífico. Pelos registros no MAPA/SIF a empresa Pescal apenas recebe e armazena o peixe *in-natura*. Pelos registros na Fepam a empresa Pescal opera nas atividades de beneficiamento de peixe *in-natura*!

A empresa Super Pier Ltda., mantém um registro de licenciamento pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam. O registro 123629 de autorização de **entreposto de pescado** (grifo meu) em vigência até 17/04/2013. Em pesquisa no site da Fepam, encontramos o cadastro onde identificamos a licença de operação LO nº 01785/2009 – DL, que autoriza o recebimento de 70.000 quilos de peixe *in-natura* por mês. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seu registro no Serviço de Inspeção Federal a empresa mantém apenas um registro, de entreposto de pescado. Pelo registro no MAPA/SIF a empresa Super Pier apenas recebe o peixe *in-natura*, correspondendo também com o registro na Fepam!

A Pescal Indústria de Comércio de Alimentos Ltda. no ano de 2010 utilizou-se de 1009 Guias de Trânsito, uma média de 84 guias por mês. Um caminhão frigorificado carrega segundo informações da fiscalização, uma média de 10.000 quilos de peixes. Considerando o volume de guias (foto 9), temos uma média de 840.000 quilos de peixes no mês transportados através de Guias de Trânsito apenas de uma indústria de pescados!

Esse dado nos remete as seguintes perguntas: (1) Se não existem quantidades de peixes suficientes na natureza com explicar esse volume capturado e descarregado em Rio Grande? (2) Se há sobrepesca qual o tamanho do impacto ambiental? (3) Quais as consequências tributárias no transporte desses volumes para os diferentes Estados? (4) E as relações trabalhistas nesse novo arranjo organizacional?



**Foto 9** - Guias de Trânsito já utilizadas em remessas para outros municípios e Estados do Brasil. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Ao longo da pesquisa de campo, foi apurado em torno de 14 estabelecimentos registrados com atividade econômica principal o “Comércio atacadista de pescados e frutos do mar”, a maior parte com descrição da natureza jurídica: “Empresário” (individual), formando uma rede solidária para a negociação do pescado junto às indústrias de pesca no município (quadro 12).

Segundo informações colhidas em pesquisa de campo, nos órgãos oficiais da Secretaria da Receita Estadual e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Serviço de Inspeção Federal, na atividade de envio de pescados, novas empresas surgem a todo o momento como comércio atacadista de pescados e frutos do mar, dando sequência as atividades de remessa de pescado para outros municípios e estados do Brasil. Calcula-se, segundo informações obtidas com pessoas que trabalham na atividade pesqueira que o ganho desses agentes está em torno de 7 a 8 por cento sobre o valor total de venda emitido em nota fiscal. Também é repassado o valor a recolher de ICMS.

**Quadro 12** - Relação dos estabelecimentos registrados como comércio atacadista de pescados e frutos do mar

<b>CNPJ</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Endereços</b>
02.468.099/0001-86	José Roberto dos Santos Henriques	Rua Abdala Nader, 288 – Bairro Getúlio Vargas
11.694.941/0001-24	Regina Rosimari Diogo de Araujo	Rua Ernani Fornari, 65 - Lar Gaucho
12.067.852/0001-85	José Antonio do Amaral – Pescados	Rua Oito de Julho, 282 - Bairro Getúlio Vargas
11.497.433/0001-10	Marco Antonio Dias da Silva	Rua General Vitorino, 88 apt 001 – Centro
08.361.840/0001-91	Carlos Shizuo Hirata Representante	Rua Riachuelo, 265 Conj. F – Centro
01.902.798/0001-20	Maria Teresa Fontan Meis de Castilhos	Rua Riachuelo, 283 – Centro
10.832.882/0001-05	Vilmar Pedroso Torales	Rua Lagoa Azul, 43 – Bairro Cidade Nova
02.312.273/0001-05	Vander Cleiton Capuson dos Santos	Rua Visconde do Rio Branco, 730 – Casa A
11.273.095/0001-33	Miriam Beatriz Xavier Garcia	Rua Campos Sales, 414 – Bairro Junção
11.842.902/0001-91	Sandro Oli da Silva Rodrigues	Rua C, 79 – CEP 96.214-040 – Bairro Castelo Branco
03.544.401/0001-09	D F M de Castilho	Rua Henrique Bule, 553 - Bairro Cassino
11.215.643/0001-79	Rosaria Xavier	Av. Julio Simões Nobrega, 651 - Bairro Cassino
11.730.510/0001-30	Aroldo Rosa Gregorio	Av. Via Principal, 352 - Quarta Secção da Barra
80.727.720/0004-35	Leardini Pescados Ltda.	Rua Marechal Andrea, 236 – Sala Fundos – Centro (sub- locação)

Fonte: Levantamento de pesquisa de campo. Organizado por Marco Antônio da G. Renner

O trabalho no chão da fábrica já não tem a mesma continuidade das décadas passadas, o trabalho ganhou nova configuração. Por necessidade os trabalhadores (as) do pescado se sujeitam as atividades laborais sem nenhuma segurança trabalhista. Então um novo arranjo foi-se formando em torno do cais da fábrica, da matéria prima (pescado) e das relações de produção e reprodução do capital. Como SANTOS (1996, p.18) afirma,

[...] Há que refletir sobre o conflito entre, de um lado, a ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção. Por isso, em nosso tempo, renova-se a importância do fator trabalho, condicionado pela configuração técnica do território no campo e na cidade, e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho, cujo valor é ditado por relações mais distantes. Essa nova geografia do trabalho é um dado importante no entendimento da sociedade atual (SANTOS, 1996, p. 18).

Nas saídas de campo constatamos que as empresas caracterizadas acima apresentam as estruturas físicas das mais variadas possíveis, tornando inclusive difícil identificar como estabelecimentos comerciais e que seu registro autoriza a manipulação de pescado. A nova condição apresenta diferentes condições das instalações deste grupo de empresas.

Num primeiro grupo encontramos a utilização de instalações de antigas empresas que figuraram no conjunto do parque industrial. Tome-se, por exemplo, o funcionamento da Leardini e Super Pier no prédio da antiga Jahu na Rua Mal. Andréia, 236 (foto 10). A Jahu processou congelados e salgados e na metade da década de 1990, empregava, segundo o cadastro da FIERGS de 1997-98, 355 trabalhadores. Depois de transferida as operações para um prédio a rua Visconde de Mauá, 1231, a empresa está sem licença de operação da FEPAM desde 1998. Na Receita Federal, o CNPJ que estava registrado no Cadastro da FIERGS em 2012 está o registro da firma RM & R Indústria e Comércio de Pescado que opera no endereço da Rua Visconde de Mauá e tem registro no SIF. Porém, no endereço da Rua Mal. Andréia, opera a Super Pier com o SIF 1643 para Entrepasto de Pescado. Operando com 20 trabalhadores, a Super Pier tem nos fundos do mesmo endereço, a Leardini, que é uma empresa de navegantes em Santa Catarina especializada em congelados.



**Foto 10** - Antigas instalações da Jahu na Rua Mal. Andreia onde há registros de funcionamento das empresas Super Pier e Leardini Pescados Ltda. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Num segundo grupo encontram-se estabelecimentos comerciais que possuem indicações de sediarem outras atividades e sem características que indiquem, por exemplo,

condições de fornecimento de energia elétrica, escoamento de efluentes e para o transito de veículos (foto 11).



**Foto 11** - Estabelecimento José Antonio do Amaral – Pescados. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Alguns estabelecimentos comerciais são tão descaracterizados que não apresentam nenhum aspecto de identificação de suas atividades (foto 12).



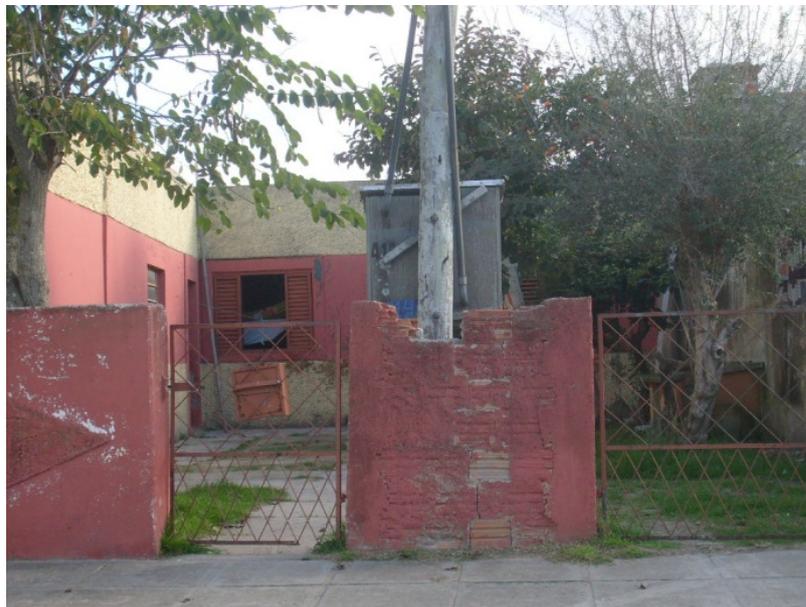
**Foto 12** - Sandro Oli da Silva Rodrigues (S Oli Comércio de Pescados). Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Apresentam-se como residências simples como também luxuosas, mas mantendo o mesmo anonimato para todos aqueles que passam em frente ao local (foto 13).



**Foto 13** - D F M de Castilho. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Qual é a lógica desse grupo de comerciantes? Por que todos tem a mesma característica? Independente da estrutura física, não há registro nenhum visível de suas atividades de comércio atacadista de pescados e frutos do mar (foto 14).



**Foto 14** - Miriam Beatriz Xavier Garcia. Pesquisa de campo. Autor: Marco Antônio da G. Renner.

Os comerciantes atacadistas de pescados estão imbricados com as pessoas físicas responsáveis pelos lugares onde as atividades do beneficiamento de peixe ocorrem, compondo o universo particular das operações solidárias, articuladas em rede, que transformaram essas relações trabalhistas do operário que necessita do serviço para sustento de sua família e do

empresário que achou outra forma de substituir as políticas estatais que beneficiaram outrora os industriais do setor pesqueiro.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação procurou manter sempre uma das premissas básicas da Geografia, como a descrição dos elementos constitutivos de um setor industrial (o de pescado) em um lugar (Rio Grande) para ser possível entendê-lo como parte de uma dinâmica de diferentes escalas e que possui suas especificidades ligadas a ação e aos interesses dos diferentes envolvidos na produção de uma segunda grandeza.

A construção dos resultados almejados percorreu um caminho onde a execução de um conjunto de atividades teóricas e práticas. O estudo motivador do presente trabalho foi à importância econômica e social que a atividade industrial pesqueira instalada no município. O município produzido precocemente na história do sul do Brasil tem em sua localização uma das vantagens para a manutenção e criação de atividades produtivas. Numa breve linha que combinam agentes e conjunturas, foram os fortes estrategicamente localizados, os comerciantes de importação e exportação, os industriais, as ações estatais e o trabalho nas águas e nas fábricas que formataram interna e externamente a estrutura social e econômica do município. Nos quase três séculos desde a formalização da posse lusitana, as águas da lagoa e do litoral adjacente foram limites e possibilidades para os moradores do município. Uma das possibilidades foram os seres aquáticos que se tornaram fonte de alimentos, mas também matéria-prima para empresários e trabalhadores.

Ao longo da pesquisa encontramos dificuldades no levantamento da coleta de dados importantes para chegarmos ao desenvolvimento de conclusões mais contundentes. Empresários representantes do setor, autoridades vinculadas à indústria da pesca esquivaram-se de entrevistas, cancelando horários marcados com antecedência, justificando outros compromissos ou simplesmente não atendendo. Por essa razão algumas das perguntas, tornaram-se dúvidas e possuem respostas parciais e mesmo sem respostas.

Analisando o contexto abordado, a indústria da pesca no município do Rio Grande permaneceu à margem do paradigma tecnológico dominante, herdado do padrão substitutivo, cuja estratégia de sobrevivência, via ganhos de produtividade, de competitividade e de busca de inovação, não evoluiu, persistindo nos moldes da “antiga indústria”. Algumas fábricas continuaram com as mesmas instalações desde sua implantação e possuem estruturas menores, eliminando setores que hoje são disputados por grandes grupos nacionais e

internacionais como o de enlatamento. Parte das empresas entrou em falência, reflexos de políticas estatais incertas, de algumas administrações equivocadas, de continuidade no planejamento, de problemas sucessórios e da origem e afirmação de cadeias produtivas com escalas e escopos para o fornecimento de proteína animal em todo o território nacional com preços menores como a de frango, suínos e bovinos.

Algumas das empresas organizadas nos padrões anteriores, atualmente estão exportando sua produção para outros países, além do mercado interno. Entre os exemplos estão as Indústrias Alimentícias Leal Santos Ltda que fazem parte dos investimentos externo do grupo espanhol Actemsa-Jealsa na captura e beneficiamento de atum e sardinha; a Torquato Pontes Pescados S/A que mantém frota pesqueira, salga do pescado e beneficiamento diferentes espécies; a Pescal Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. no beneficiamento de pescados e camarões; Super Pier como entreposto de pescado.

As pessoas físicas responsáveis pelos locais de manipulação do peixe *in-natura* trabalham na atividade sem os critérios adequados, regulados Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, transformando essas operações numa atividade de risco eminente a saúde daqueles que fazem as atividades, homens e mulheres operários (as), e para aqueles que venham a consumir o produto elaborado nesses lugares. Deve-se somar a esta condição, os problemas com os efluentes das instalações e do transporte do pescado entre as embarcações e depois de processado.

Os comerciantes atacadistas de pescados e frutos do mar, devidamente registrados na forma da lei, mas que não apresentam atividades operacionais de suas vendas de pescados e tão pouco apresentam uma caracterização física de seus estabelecimentos comerciais. São residências comuns, que se apresentam em imagens de casas simples até as mais sofisticadas.

Nesse conjunto articulado e contraditório, indica-se que está formada uma rede solidária, compondo as transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande. Na FES, em escala local os agentes transformaram a atividade de industrialização do peixe, de acordo com suas necessidades, recriando possibilidades de maiores lucros. Nos arredores das imponentes fábricas das décadas passadas encontram-se novas formas de trabalho junto a antigas. Mesclando, inventando, e por que não dizer, no “velho jeitinho brasileiro” (DAMATTA, 2004), que representa uma forma pacífica e legítima de resolver problemas, desobedecendo às regras, mas conciliando todos os interesses.

Muitas outras perguntas se fazem presentes no contexto apresentado nessa dissertação. Algumas respostas atenderam a urgência dos questionamentos, outras nem tanto, mas as informações aqui registradas servirão de base para futuras pesquisas, vivenciadas no dia-a-dia das transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande - RS.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P. **Atividade pesqueira: político e evolução.** Piracicaba: ESALQ, 1998 (tese de doutorado em Economia).

ALMEIDA, M.T.A. *et al.* **Identificação das possíveis fontes de contaminação das águas que margeiam a cidade do Rio Grande-RS.** Rio Grande: FURG, 1993 (série Documentos Técnicos, n. 6).

ALONSO, José Antonio F. et alii. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul.** FEE, Porto Alegre, 1994.

BARCELLOS, Boaventura N. **Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul.** Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1966.

BARBOSA, Paulo Sérgio. **O parque industrial pesqueiro do Rio Grande/RS:** contribuição para o estudo da Geografia das Indústrias. TCC em Geografia, FURG, Rio Grande, 2000.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 2. Ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

BONELLI, Regis; FONSECA, Renato. **Evolução da competitividade da produção manufatureira no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BONELLI, Regis; FONSECA, Renato. **Ganhos de produtividade e eficiência:** novos resultados para a economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BOTELHO, Adriano. **Reestruturação produtiva e produção do espaço:** o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 15, p. 55-64, 2002.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise e a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Editora Unicamp, Instituto de Economia, Unicamp, 2002.

CARTÓRIO AMÉRICO. **Certidão de fundação do Centro de Indústrias de Rio Grande.** Rio Grande, 1956.

CASTRO, Antonio B. **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90.** Uma interpretação. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 3 (83), 2001.

CIRG - Centro de Indústrias do Rio Grande. **Perfil da indústria pesqueira do Rio Grande.** R.Grande, 1980.

COPSTEIN, Raphael. **O trabalho Estrangeiro no Município do Rio Grande.** Boletim Gaúcho de Geografia, n. 4 AGB/P. Alegre, Porto Alegre, 1975.

DAMATTA, R. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DIEGUES, Antônio C.S. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha. **SuperPorto do Rio Grande: plano e realidade- elementos para uma discussão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os grandes desafios da economia globalizada**. In: SACHS, Ignacy et alii (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. S.Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 430-455.

GARCIA, Ayrton Sanches. **Indústria Leal Santos: trajetória histórica**. In: ALVES, Francisco das Neves. (Org.). *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001, p. 57-84.

GIULIETTI, Nelson; ASSUMPCÃO, Roberto de. **Indústria pesqueira no Brasil**. *Agricultura em São Paulo, SP*, 42 (2):95-127, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-ales: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. S.Paulo: Ática, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos- o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. S.Paulo: Cia das Letras, 1991.

IBGE. **Séries estatísticas retrospectivas**. Vol. 2. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3, 1983 (edição fac-semilidada).

IBGE. **Cadastro Industrial/RS**. 1965.

IPEA. **O Brasil em quatro décadas**. Rio de Janeiro, 2010.

MAMIGONIAN, A. **Teorias da industrialização brasileira**. Florianópolis: UFSC/CFH. *Cadernos Geográficos*, n.2, 2000.

MA/SUDEPE. **Diagnóstico do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul**. Rio Grande, 1988.

MA/SUDEPE. **III Plano nacional de desenvolvimento da pesca (1975-1979)**. Brasília, 1980.

MMA/IBAMA/CEPERG/RS. **Desembarque de pescados no Rio Grande do Sul**. Rio Grande/RS, 1990 até 1997.

MARTINS, César A. A. **Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal em Rio Grande**. S.Paulo: USP, 1997 (dissertação de mestrado em Geografia Humana).

\_\_\_\_\_, César A. A. **Indústria de pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. Florianópolis: CFH, 2006 (tese de doutorado em Geografia).

\_\_\_\_\_, César A. A. **Empresas na pesca e na aqüicultura: anotações do uso do território.** *Terra Livre* S.Paulo, ano 19, v. 2 n. 21, p. 213-223, 2003.

MARTINS, Solismar .F. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade.** Editora FURG, 2007.

MENZ, M.M. **Entre dois Impérios: a formação do Rio Grande na crise do antigo regime colonial (1777-1822).** S.Paulo: USP, 2006 (tese de doutorado em História Econômica).

MIRANDA, José Carlos. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990.** Texto para discussão nº 829. Brasília: IPEA, 2001.

NIENCHESKI, F. *et al.* **Contaminação das águas ao redor da cidade do Rio Grande: óleos e fenóis.** *Ciência e Cultura*, v. 33 (2), 1980.

OLIVEIRA, Cassius Rocha de. **Equilíbrio Econômico Ecológico da Pesca Marítima no Rio Grande do Sul – Brasil.** Recife: UFPE, 2004 (Tese de doutorado em Economia).

OLIVEIRA, A.O. e LUCAS, L.M. **Caracterização do meio-físico natural e questões ambientais do município de São José do Norte, Rio Grande do Sul.** CaderNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v. 3, n.1. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

PERGALLI, E. **Como o Brasil ficou assim?** São Paulo: Global, 1984.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais do Município de Rio Grande.** IBGE/CNG, Rio de Janeiro, 1944.

REIS FILHO, Daniel A. et alii. **O século XX- o tempo das dúvidas (do declínio das utopias às globalizações).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade** (Ensaio). Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In: SANTOS, Milton et alii (orgs.). *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1996, p. 15-20.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L.(orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

SCHMITT, L. & MAÇADA, A. C. G. **Competitividade e estratégia: o caso da indústria de pesca no Brasil.** Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Engenharia Industrial e XVII Encontro Nacional Engenharia da Produção Anais... (CD-ROM) Gramado (UFRGS/PPGEP) - Rio Grande do Sul -RS - 06 à 09 de outubro de 1997.

SEVECENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI- no loop da montanha-russa.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA, Maria Lussieu. **A internacionalização das grandes empresas brasileiras de capital nacional nos anos 90.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.

SILVA, Célia M. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.** Florianópolis: EDUFSC, 1992.

SILVA, Luis G. (org.). **Pescadores na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, MARCO A. A. **Geração de emprego na pesca industrial em Rio Grande**: uma aplicação do método estrutural-diferencial. Trabalho apresentado no XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. – UNIPAMPA – Itaqui – RS – 22 a 25 de julho de 2007. UEL – Londrina – PR.

SUERTEGARAY, D.M.M. e FUJIMOTO, N.S.V.M. **Morfogênese do relevo do estado do Rio Grande do Sul**. In: VERDUM, R. *et al.* (orgs.). Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. P.Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 11-26.

TORRES, Luiz Henrique. **Águas de Maio**: a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: FURG/Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, 2011.

YESAKI, M. e BAGER, K.J. **Histórico da evolução da pesca industrial em Rio Grande**. R.Janeiro: FAO-SUDEPE, 1975.